

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

UM OLHAR PARA JAPERI: ENSINO, PESQUISA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. A
PEDRA LISA COMO PAISAGEM CULTURAL.

MONICA MUSA AFONSO

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

**UM OLHAR PARA JAPERI: ENSINO, PESQUISA E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL. A PEDRA LISA COMO PAISAGEM CULTURAL.**

Monica Musa Afonso

Sob orientação do Professor

Dr. Fábio Ricardo Reis de Macedo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Área de concentração em Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade.

Seropédica, RJ.

Julho, 2025.

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Afonso, Monica Musa, 22/05/1978-

A256o Um olhar para Japeri: ensino, pesquisa e educação
patrimonial. A Pedra Lisa como paisagem cultural. /
Monica Musa Afonso. - Nova Iguaçu , 2025.

153 f.: il.

Orientador: Fábio Ricardo Reis de Macedo.

Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade, 2025.

1. Patrimônio Cultural . 2. Japeri. 3. Educação
Patrimonial . I. Macedo, Fábio Ricardo Reis de , 1964

, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Patrimônio,
Cultura e Sociedade III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE



TERMO Nº 845 / 2025 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.056901/2025-45

Nova Iguaçu-RJ, 30 de setembro de 2025.

MONICA MUSA AFONSO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de Concentração Patrimônio Cultural: MEMÓRIA E SOCIEDADE.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 07/07/2025.

(Assinado digitalmente em 02/10/2025 13:20.)

FABIO RICARDO REIS DE MACEDO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

~~DepAR~~ (12.28.01.00.00.00.81)

Matricula: 387051

(Assinado digitalmente em 13/10/2025 11:25.)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

~~DepH/IM~~ (12.28.01.00.00.88)

Matricula: 1862824

(Assinado digitalmente em 30/09/2025 18:52.)

ALVARO DE OLIVEIRA SENRA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 644.508.807-49

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 845, ano: 2025, tipo: TERMO, data de emissão: 30/09/2025 e o código de verificação: 3885395616

AGRADECIMENTOS

“A pessoa prudente esconde a sua sabedoria, mas os tolos anunciam a sua própria ignorância.”

Provérbios, 12, 23.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Ao longo da minha vida, tenho encontrado pessoas prudentes às quais dedico este trabalho. A sabedoria, compreendida também como conhecimento, é dádiva de alguns. Tenho sorte, posso dizer nesses termos, por aprender, ao menos um pouco, com essas pessoas e tê-las por perto.

Agradeço aos meus pais, José (“Meu”) e Maria, por me dedicarem amor incondicional e por saberem desde cedo que eu nasci para estudar e por isso logo me matricularam na escola.

Agradeço ao meu avô Sebastião Otávio Musa (*in memoriam*), homem do campo, do sul de Minas Gerais, de letra lindíssima, fala mansa, correta e de uma sabedoria acolhedora. Tenho na memória seu olhar atento ao receber a neta vinda do Rio de Janeiro. Atualmente, a família Musa, da qual me orgulho, é majoritariamente formada por mulheres, professoras, fortes e estudiosas, com as quais compartilho a satisfação deste trabalho concluído.

Agradeço ao meu Mestre, Roberto Lobato Corrêa, geógrafo de suma relevância no cenário acadêmico brasileiro. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parecia gigante, aos meus olhos, eu, jovem estudante oriunda da periferia da Zona Oeste do Rio. Suas aulas me encantavam pela didática e conhecimento. O mestre enxergou a aluna e reconheceu seu futuro promissor. Guardo até hoje as provas comentadas com os elogios. Obrigada por acreditar em mim, me ensinar o amor pela Geografia, aceitar meus tropeços acadêmicos e ainda hoje me permitir ser uma ‘colega’ de ofício.

Agradeço ao professor Álvaro Senra, o responsável pelo meu ingresso neste programa de pós-graduação. O docente do Cefet-RJ vislumbrou o potencial da minha pesquisa durante a especialização em patrimônio cultural e me incentivou a chegar até aqui. Seu amor e vínculo com a Baixada Fluminense nos aproximaram.

Agradeço ao meu orientador, Fábio Macedo, pela disponibilidade. Também por me exigir o cumprimento dos prazos e a objetividade da pesquisa.

Agradeço às colegas de turma Tânia e Ana Paula, que na aula inaugural não me deixaram desistir, em meio à preocupação em como conciliar a vida acadêmica com a profissional, desafio constante para professores da Educação Básica como eu.

Agradeço à atual secretária de cultura do município de Japeri, Daniella Moreira Beliago, por contribuir com ideias no início da pesquisa. Em algumas conversas, compartilhamos a esperança de ver nossos adolescentes como protagonistas do território, atuando por meio do afeto e do conhecimento de sua história.

Agradeço aos senhores Josimar e Antônio (Tonhão), membros da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa, por me guiarem, de modo espontâneo e generoso pelo bairro. A vasta sabedoria e respeito no trato com a terra me encantaram. Com os dois me senti como a “tola”, que chega com o conhecimento acadêmico e é invadida pelos saberes da prática, dos tempos da natureza, do saber fazer, dos “causos”, da consciência plena de quem são e das memórias que carregam. Deste modo, falar em patrimônio cultural tornou-se leve e doce.

Por fim, agradeço, nestes vinte anos de sala de aula, aos meus alunos por me motivarem a aprender para ensinar. Especialmente, às estudantes Ana Paula, que conheci na Educação de Jovens e Adultos e que hoje é minha amiga; Aline, Luani e Maria Eduarda, jovens universitárias que quando adolescentes, durante a pandemia de Covid-19, eram minhas alunas que topavam tudo que eu propunha e hoje nos reunimos para trocar experiências acadêmicas durante um chá da tarde.

Monica Musa Afonso, Nova Iguaçu, julho de 2025.

RESUMO

AFONSO, MONICA MUSA. **UM OLHAR PARA JAPERI: ENSINO, PESQUISA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. A PEDRA LISA COMO PAISAGEM CULTURAL.** 2025. Dissertação Mestrado em Patrimônio Cultura e Sociedade. Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, ANO

Japeri é um município conhecido por marcar o ponto final da linha de trem do ramal da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, o que contribui para seu distanciamento físico e socioeconômico em relação à cidade do Rio de Janeiro. Frequentemente associado à violência e à precariedade nas narrativas midiáticas, o município integra a Baixada Fluminense, região cuja diversidade é muitas vezes apagada por discursos homogêneos e estigmatizantes. Este trabalho investiga a existência de patrimônios possíveis, a partir da ampliação do conceito de patrimônio cultural aplicado a territórios periféricos. A pesquisa adota uma perspectiva situada, valorizando os olhares e vivências dos moradores. Para tanto, foi realizada observação participante no bairro Pedra Lisa, espaço marcado por memórias e modos de vida associados à luta pela posse da terra. A investigação permitiu identificar a Pedra Lisa como uma paisagem cultural e subsidiou a elaboração de uma sequência didática, fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase na abordagem geohistórica. A proposta configura-se como uma prática de educação patrimonial e contribui para o reconhecimento da Pedra Lisa como patrimônio cultural em construção, evidenciando sua centralidade em um campo de disputas simbólicas e políticas no presente.

Palavras-chave: Japeri; patrimônio cultural; Pedra Lisa; educação patrimonial; paisagem cultural.

ABSTRACT

SOBRENOME, NOME. **Perspectives on Japeri: Teaching, Research, and Heritage Education. Pedra Lisa as a Cultural Landscape** 2025. Dissertação Mestrado em Patrimônio Cultura e Sociedade. Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025

Japeri is a municipality known for being the terminus of the train line of the former Central do Brasil Railway, a condition that reinforces its physical and socioeconomic distance from the city of Rio de Janeiro. Frequently portrayed through narratives of violence and social precariousness, the municipality is part of the Baixada Fluminense region, whose diversity is often obscured by homogenizing and stigmatizing discourses. This study investigates the existence of "possible heritages" by expanding the concept of cultural heritage to encompass peripheral territories. The research adopts a situated perspective, valuing the perspectives and lived experiences of local residents. To this end, participant observation was conducted in the neighborhood of Pedra Lisa, a place deeply marked by memories and ways of life linked to struggles for land ownership. The investigation enabled the identification of Pedra Lisa as a cultural landscape and supported the development of a didactic sequence based on the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), with an emphasis on the geohistorical approach. The proposal constitutes a practice of heritage education and contributes to the recognition of Pedra Lisa as a cultural heritage in the making, highlighting its centrality within a field of contemporary symbolic and political disputes.

Keywords: Japeri; cultural heritage; Pedra Lisa; heritage education; cultural landscape.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MAS AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL? UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.	14
1.1 Origem e mudanças do conceito de patrimônio cultural	14
1.2 Desafios para o uso do conceito de patrimônio	21
2. JAPERI: ENTRE CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO, UMA APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO	32
2.1 Japeri: formação histórica e territorial, no contexto da Baixada Fluminense	32
2.2 Japeri, narrativas para seus patrimônios possíveis	43
3. A PEDRA LISA: UM PATRIMÔNIO CULTURAL POSSÍVEL E UMA PAISAGEM CULTURAL A SER DESCRITA	59
3.1 Apresentação da Pedra Lisa como um patrimônio cultural possível	59
3.2 Contribuições de uma atividade de campo para a descrição da paisagem cultural da Pedra Lisa: uma reflexão metodológica.	79
4. A PEDRA LISA: UM PATRIMÔNIO CULTURAL DIDATICAMENTE A SER EXPLORADO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ANEXO A - Oficina para professores. Tema: Japeri: cruzando olhares, (re)produzindo narrativas e ensinando por meio dos espaços da cidade	131
ANEXO B - Prefs Good. Desenhos elaborados pela prefeitura para os pontos simbólicos da cidade	144
ANEXO C - Ata da Comissão de Anistia	149

INTRODUÇÃO

A minha trajetória profissional como professora de Geografia da rede municipal de Japeri iniciou-se há vinte anos, estando lotada na mesma escola desde então. Ao longo deste tempo, cursei a licenciatura em Turismo, pois enxerguei no lazer a possibilidade de aprendizagem em espaços não-formais, como nos bairros e pontos de interesse turístico da cidade.

Sempre tive um olhar curioso e atento para o município, embora não resida no mesmo. Durante a pandemia de Covid-19, ingressei numa especialização em Patrimônio Cultural pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-Maracanã), na qual despertei para os conceitos de patrimônio cultural e referência cultural. Foi o encontro da minha origem como geógrafa - que valoriza as relações socioespaciais - com o Patrimônio Cultural. Dessa experiência apreendi que as ‘marcas’ da cultura, o simbólico e as conexões dos moradores com o território contribuem para a compreensão do modo de vida dos sujeitos e de quem eles são.

Em sala de aula, a minha curiosidade era alimentada pelas narrativas sobre o município, difundidas pela mídia. O enfoque, quase exclusivo, na precariedade da qualidade de vida, na violência e na distância de Japeri em relação ao centro do Rio de Janeiro me faziam pensar que devia haver outros aspectos, menos estigmatizados, invisibilizados ou pouco (re)conhecidos até mesmo pelos alunos, que de modo informal, sinalizavam não gostar de morar em Japeri. Esta observação me fez propor um roteiro pedagógico por alguns pontos da cidade que, infelizmente, em razão da pandemia, não pode ser aplicado. Mas o meu desejo de conhecer outras narrativas, estimulou o ingresso no mestrado.

O conceito de patrimônio cultural perpassa a minha perspectiva sobre Japeri. O município possui um casarão histórico da antiga estação ferroviária, erguido no século XIX durante a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil. O imóvel pertence à lista do patrimônio ferroviário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Trata-se, portanto, de um caso de patrimônio cultural material tombado. Este sofreu um incêndio em 2020 e, mesmo antes não era disponibilizado ao público, composto por passageiros que utilizam uma construção mais recente para acessar a plataforma do trem. Esse patrimônio cultural está presente no brasão da bandeira municipal, elemento a ser problematizado mais a frente, especialmente, por estar ausente do dia a dia da cidade. Adicionalmente, a concepção de patrimônio “pedra e cal” reluz no cenário contraditório tendo em vista que o casarão em estilo europeu contrasta com o vai-e-vem dos vagões metálicos, dos ambulantes, da passarela e das habitações em torno. É, portanto, um ponto instigante na paisagem arquitetônica do centro urbano.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) previu a proteção aos bens imateriais de um grupo social. Os artigos 215 e 216 da carta magna reconheceram a diversidade cultural como um patrimônio e não apenas as edificações e monumentos. Mais uma vez, eu me questiono se não existem outros patrimônios, outras tipologias, inclusive. Onde estão os patrimônios imateriais na cidade, quem são as figuras detentoras dos saberes ou dos fazeres. Tão pouco não há celebrações, religiões ou realizações históricas ou tecnológicas para uma possível patrimonialização? Do mesmo modo, será possível encontrar patrimônios naturais na cidade, que possui uma ampla porcentagem de área preservada?

As indagações anteriores se justificam, empiricamente a partir do meu contato com a Pedra Lisa e com a história de luta pela posse da terra dos agricultores da região durante a ditadura militar. O monumento geológico que dá nome a um bairro essencialmente rural foi testemunha de conflitos fundiários violentos e da mobilização popular em torno de um núcleo agrário, que sediou uma importante associação de posseiros atuante na região até os dias de hoje. Além disso, a rocha também é utilizada para a prática de rapel, com fins turísticos e de lazer. Diante desse contexto, a ampliação do significado do conceito de patrimônio não pode contemplar esta realidade ou o movimento social? Não poderia ser reconhecido como uma referência cultural?

O leitor desta pesquisa deve se perguntar o porquê uma professora de Geografia se preocupa com o patrimônio cultural. Essa é a única indagação que sei responder prontamente, com base na minha prática e nos anos de estudo no campo patrimonial. O patrimônio representa a possibilidade de um olhar valorizado para uma produção cultural cotidiana originária de um lócus periférico, o que pode resultar em reconhecimento simbólico, econômico e na construção da consciência de si mesmo, de quem produz o bem, e da coletividade. Também pode ser uma forma de combate ao preconceito territorial.

Diante dos elementos preliminares apresentados, o objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a possibilidade de a Pedra Lisa ser reconhecida como patrimônio cultural e de o Núcleo Agrário Miguel Couto Filho se caracterizar como uma referência cultural, ambos considerando o contexto de ampliação do conceito de patrimônio cultural. Subjacente a este propósito, encontra-se a pouca visibilidade da Pedra Lisa e da história de luta do grupo como um movimento social organizado, apesar de ela ser considerada um lugar de memória. Dessa forma, a problemática desta pesquisa reside na seguinte questão: por que bens culturais produzidos no cerne das questões socialmente construídas, no campo das disputas, não são devidamente valorizados pela sociedade, pelo poder público e pelos próprios fazedores da cultura no seu dia

a dia e ao longo da sua formação enquanto sociedade? Adicionalmente, por que a história local é pouco abordada como um capítulo significativo dos conteúdos de História e de Geografia?

A partir da problemática é possível listar os seguintes objetivos específicos: 1) inserir a Pedra Lisa nas discussões sobre patrimônio cultural à luz de uma revisão bibliográfica; 2) identificar elementos problematizadores para uma possível patrimonialização da Pedra Lisa, como um exercício teórico; 3) apresentar a construção de uma sequência didática como um instrumento de educação patrimonial de modo a preservar a memória, a identidade e difundir o bem cultural para as escolas do município.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de analisar a possibilidade de reconhecimento da Pedra Lisa como patrimônio cultural e do Núcleo Agrário Miguel Couto Filho como referência cultural. Para isso, serão utilizados diferentes procedimentos metodológicos.

Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica, abrangendo literatura sobre patrimônio cultural, patrimonialização, memória, identidade e museus de território. Além disso, serão analisados documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, o Decreto-Lei nº 25/1937, que regulamenta o tombamento no Brasil, e normativas do IPHAN sobre patrimônio material e imaterial. Esse levantamento teórico possibilitou a reflexão sobre o conceito ampliado de patrimônio cultural e sua relação com territórios periféricos.

A pesquisa também contou com um estudo documental, incluindo a análise de registros históricos, atas, projetos e documentos institucionais que mencionem a Pedra Lisa e o Núcleo Agrário Miguel Couto Filho. Serão consultados arquivos públicos e privados, com destaque para fontes municipais e estaduais, a fim de compreender a trajetória histórica e os conflitos fundiários na região.

Além disso, foi realizado um trabalho de campo com observação direta da paisagem, das práticas culturais e das interações sociais no território. As visitas à Pedra Lisa e ao Núcleo Agrário Miguel Couto Filho permitirão o registro fotográfico e o mapeamento georreferenciado dos espaços analisados, contribuindo para uma percepção mais aprofundada do contexto local. Esses dados substanciaram uma proposta de sequência didática estabelecendo um diálogo com um dos campos dentro do Patrimônio, a Educação Patrimonial.

Portanto, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, reflete-se sobre o próprio conceito de patrimônio cultural, sua historicidade e tipologias, especialmente as que se referem ao patrimônio natural e imaterial. Discute-se, também o patrimônio cultural em Japeri e nos espaços periféricos, o que remete, inevitavelmente, a uma

discussão sobre cultura, perspectiva que orienta esta investigação e se entrelaça com minha origem, história de vida e trajetória profissional.

No segundo capítulo, Japeri é apresentado como um município pertencente à Baixada Fluminense, fato que lhe aproxima das dinâmicas regionais, reproduzidas no território local. Estas questões contribuem para a compreensão do objeto de estudo. Além disso, são utilizados dados estatísticos e legislações relevantes para contextualizar o município e situar o leitor nas reflexões desenvolvidas. Por fim, delimita-se a Pedra Lisa como o recorte territorial da pesquisa, estabelecendo seus limites de análise.

No terceiro capítulo, os elementos identificados dialogam com o aporte teórico para discutir a possibilidade de reconhecimento da Pedra Lisa como um patrimônio cultural. Núcleo Agrário Miguel Couto Filho é analisado como uma referência cultural com base nos achados da pesquisa.

A proposta de sequência didática compõem o quarto e último capítulo. Ela foi, em parte, inspirada no Guia Básico da Educação Patrimonial (IPHAN) e nas vivências da autora como professora da Rede Municipal de Educação de Japeri acaba por propor um roteiro de atividades a ser aplicado junto aos estudantes. Contudo, a proposta pode ser destinada a diferentes públicos interessados na preservação do patrimônio em suas diferentes instâncias.

CAPÍTULO 1: MAS AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL? UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

O presente capítulo busca apresentar uma breve revisão bibliográfica de modo a buscar uma definição para o conceito de Patrimônio Cultural. Igualmente, pretendemos apresentar as bases teóricas que nos orientam no sentido de discutir, ao longo dessa dissertação, o reconhecimento rarefeito de patrimônios e referências culturais nas regiões periféricas. Nos referimos especialmente, a cidade de Japeri.

A noção de patrimônio cultural é construída historicamente e permeada por disputas e narrativas, conforme apontam Fonseca (2003), Chuva (2020) e Gonçalves (2003). Compreender essa historicidade é essencial para a categorização do objeto de estudo como patrimônio cultural, destacando as relações de poder envolvidas em sua definição e reconhecimento.

Um dos aspectos centrais desse debate é a territorialidade dos patrimônios, marcada por desigualdades na distribuição do reconhecimento oficial. As áreas periféricas, muitas vezes excluídas dos processos de patrimonialização, enfrentam a escassez de bens culturais formalmente reconhecidos pelos órgãos públicos. Essa exclusão reforça hierarquias espaciais e invisibiliza referências culturais fundamentais para os grupos sociais que habitam esses territórios.

A patrimonialização não é apenas um conjunto de bens materiais e imateriais, o patrimônio cultural reflete disputas por memória, identidades e direito à cidade, elementos fundamentais para o nosso trabalho.

1.1 Origem e mudanças do conceito de patrimônio cultural

O conceito de patrimônio cultural é polissêmico, fato que amplia sua complexidade. Sua origem está relacionada à propriedade de bens pertencentes a um grupo, que deseja perpetuar-se por meio da sua herança paterna material e simbólica. Assim, a riqueza de bens, a moralidade, a cultura e a intelectualidade, os direitos, ações, posses e tudo o mais pertencente a uma pessoa ou família eram denominados de patrimônio. Esta visão do conceito destaca o senso de pertencimento, isto é, de poder. Em outras palavras, aqueles que possuíam ou aos quais os bens pertenciam tinham poder para exibi-los e preservá-los. (CHUVA, 2020).

Nos primeiros anos da consolidação do campo, a arquitetura era a responsável direta pela preservação do patrimônio. Este, era formado pelo conjunto de monumentos antigos,

conjuntos urbanos edificados e paisagens de excepcional valor, categorias dotadas de significado atribuído pelas elites. Lógica de inspiração europeia, esta forma de entender e privilegiar o patrimônio está na origem do nascimento do campo no Brasil. Desta forma, patrimônio ‘nasce’ como testemunho do poder e do modo de pensar de um grupo hegemônico que objetivava criar uma identidade nacional por meio do barroco. (CHUVA, 2020).

O tombamento como forma de proteção patrimonial foi instituído através de um decreto, ou seja, sem amplo diálogo à época, cabendo ao diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fazer o tombamento por ofício. Poderiam ser incluídos no conjunto do patrimônio histórico e artístico nacional bens móveis e imóveis, assim como, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens (Brasil, 1937). Eram passíveis também de proteção aqueles que tivessem resultado da agência humana e da natureza. Todavia, o que marcou esse período foi o reconhecimento de bens materiais ligados ao passado colonial em sua forma associada à herança europeia. Não por acaso, Ouro preto foi o primeiro sítio histórico reconhecido. (Iphan, 1938).

Criado em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN) seguiu a concepção de patrimônio vigente na época. Selecionando os bens de “pedra e cal” ligados à história nacional. A propósito, Fonseca (2003) aponta como esta narrativa se faz presente no caso da Praça XV, situada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ela é instituída como patrimônio histórico nacional devido à sua monumentalidade, arquitetura e história produzidas ao longo dos séculos da colonização portuguesa. A autora lembra do apagamento da presença indígena e negra na paisagem arquitetônica e, por isso é excluída da representação de poder, pois o valor estava intrínseco ao bem. Em outras palavras, indígenas e escravizados não exerciam poder por isso seus bens não eram valorados e, ao contrário, destruídos pelo Estado.

Gonçalves (2003) defende que patrimônio é uma categoria de pensamento, ideia consoante ao parágrafo anterior. É uma forma de expressão de um modo de vida, que possui uma dimensão antropológica. Assim o autor o caracteriza (2003, p.31):

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para *agir* (grifo meu) [...] não existe apenas para representar ideias abstratas e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói e forma as pessoas.

Nos anos 1990, um novo cenário se forma e a maior participação da sociedade na formação dos seus marcos legais garante uma transformação no conceito de patrimônio. O artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988, anuncia que os:

bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação (grifo meu), à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” compõem os patrimônios, identificados por meio das formas de expressão, dos modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e científico. (BRASIL, 1988)

Assim, como afirma Gonçalves (2003) em diálogo com essa nova concepção, o patrimônio cultural é ação e, por isso possui uma função, que é de formar a sociedade com os seus valores por meio da identidade e da memória. A legislação apresenta a ampliação do termo patrimônio, ao anunciar os saberes, fazeres, as formas de expressão, como bens culturais e não somente as edificações tombadas. Por sua vez, a mudança do marco legal apesar de evidenciar uma transformação no pensamento, não significa dizer que não tenha havido disputas e conflitos. Para Fonseca (2003) o caráter elitista e conservador das políticas de patrimônio permaneceu majoritário.

As demandas dos grupos não hegemônicos e não eurocêtricos, como os indígenas, africanos ou asiáticos, antes chamados de ‘exóticos’ e aqui no Brasil, relacionados ao folclore, passaram a integrar as discussões políticas sobre patrimônio cultural. A apropriação do patrimônio adquiriu um sentido de conquista na vida social, dada a sua repercussão em diversos aspectos da vida cotidiana a exemplo do turismo e da identidade. (Chuva, 2020).

Além do Estado brasileiro, as ações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também interferem, direta ou indiretamente, nas nossas políticas patrimoniais. Desde sua criação, a Unesco realizou várias convenções que resultaram em diferentes cartas patrimoniais. Dentre as quais destacam-se a Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (1972) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, tópico a ser desenvolvido na próxima seção. Destarte, a incorporação das discussões sobre o que é patrimônio cultural e seus desdobramentos no nível internacional ratificam que o termo ainda está em processo e adquiriu relevância em todo o mundo. Por isso, Gonçalves (2003) nos ensina que o patrimônio cultural é plástico e (re)construído no presente de acordo com as urgências.

O resgate da historicidade do conceito em tela permite refletir sobre a intencionalidade e o caráter político da categoria patrimônio.¹ Esse, portanto, interfere na formação da sociedade,

¹ O conceito de hegemonia, conforme formulado por Antonio Gramsci, refere-se à capacidade de um grupo social de exercer liderança cultural, política e moral sobre os demais, não apenas pela coerção, mas sobretudo por meio do consenso. Essa perspectiva é fundamental para a compreensão crítica do patrimônio cultural, uma vez que a seleção e a valorização de determinados bens materiais e imateriais como patrimônio são atravessadas por disputas

seja ela com pretensão homogênea, como expressou a ideia de identidade nacional unificada por meio do patrimônio barroco e apagamento dos vestígios dos ‘selvagens’, seja como sociedade marcada pela diversidade cultural, representativa do extenso território brasileiro.

Diante da polissemia e as qualificações do patrimônio, ao longo do tempo, atravessado por lutas, objetivos políticos e por hierarquias sociais, cabe aprofundar a apresentação conceitual por meio dos adjetivos associados ao patrimônio. Não é apenas uma questão linguística e, sim, semântica que revela, mais uma vez, as complexidades e modulações do campo patrimonial.

Associado à concepção de patrimônio exclusivamente como o conjunto arquitetônico e de excepcional valor histórico e artístico, o conceito de patrimônio histórico era dominante no período de criação do Sphan. Afinal, o culto à identidade nacional e à valorização da história e da arte dos colonizadores era a referência predominante. Atualmente, com base nas transformações apresentadas na seção anterior, é um equívoco pensar apenas na dimensão histórica e artística de um patrimônio, pois há várias histórias, de grupos diversos, e a arte não é a única expressão de uma cultura. Como contraponto, é interessante notar que o Iphan permanece sob a mesma denominação, no entanto, os processos de tombamento e de registro aprovados pelo órgão refletem a superação daquele período.

O artigo 216 da Constituição Federal (Brasil, 1988), ao anunciar os bens culturais como um direito, apresenta, pela primeira vez, a dimensão imaterial da cultura. Esta é formada pelas referências simbólicas, enquanto os patrimônios materiais são as edificações, documentos e objetos concretos. Vianna (2016) afirma que o patrimônio imaterial é complementar e relativo à materialidade de um bem em razão do conceito subjacente de cultura, do ponto de vista antropológico². É oportuno mencionar, com base em Fonseca (2003), que o olhar sobre a (in)tangibilidade de um bem é adequado para evitar as dicotomias entre a imaterialidade e a materialidade de um bem cultural. Em outras palavras, qualquer patrimônio possui elementos materiais e toda herança material contém aspectos simbólicos, a exemplo do samba que precisa dos tambores e dos corpos para se expressar. Já o conjunto arquitetônico da cidade de Ouro

de poder e visões de mundo. Assim, o patrimônio cultural pode refletir tanto a hegemonia de grupos dominantes — que definem quais memórias e práticas devem ser preservadas — quanto ser um campo de resistência e afirmação identitária de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, reconhecer essa dimensão política permite evidenciar que determinadas memórias e narrativas são promovidas em detrimento de outras. Ao apresentar esse conceito, busca-se situar o trabalho em uma perspectiva crítica e contra-hegemônica, ao valorizar patrimônios e referências culturais que foram historicamente marginalizados ou silenciados pelos discursos dominantes. (GRAMSCI, 2000).

² A definição de cultura utilizada na presente pesquisa advém da Antropologia e será apresentada no capítulo 2, porém para uma base inicial, consulte Vieira (2016).

Preto, por exemplo, necessitou dos saberes e do trabalho dos escravizados, aspectos intangíveis, para se materializar no espaço.

Assim Vianna (2016) apresenta o conceito de patrimônio imaterial:

Patrimônio cultural remete à riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado. Diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade que são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às outras sociedades ou comunidades.

A descrição supracitada anuncia a diversidade cultural como premissa dos patrimônios da sociedade brasileira. Da mesma forma, destaca a importância da transmissão dessa herança, fato a ser salvaguardado pelo registro, um instrumento legal. À propósito, o Decreto-Lei n.3551, de 4 de agosto de 2000 (Brasil, 2000) orienta sobre os mecanismos de salvaguarda³ e de registro dos bens culturais imateriais. Tal documento apresenta importantes iniciativas para a compreensão do processo de patrimonialização. Uma delas é listar a participação da sociedade civil como parte legítima na instauração de um processo de registro, juntamente com o poder público, o que ratifica a democratização iniciada pela Constituição Federal.

O avanço da legislação no tocante às celebrações, aos rituais, saberes, fazeres, realizações e lugares significativos para uma coletividade não elimina os desafios do registro e salvaguarda por parte do poder público. Neste contexto, Vieira (2016) apontou as fragilidades do processo de registro e de criação de demais instrumentos. É pertinente mencionar a diversidade das expressões culturais e a vastidão do território brasileiro, aspectos relevantes para o aumento da complexidade dos processos de registro e de salvaguarda, o que atinge os grupos sociais, que lutam para conquistar o registro. Diante disso, o Estado permanece como figura principal na inscrição de um bem, por meio de um detalhado processo. Este fato sugere a seletividade e a politização do campo patrimonial.

A convenção da Unesco (2003) para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, da qual o Brasil é signatário, registra que medidas são indispensáveis para afastar as ameaças de desaparecimento ou apagamento no contexto da globalização, a exemplo da garantia de acesso ao patrimônio imaterial e do fomento de estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa. Deve-se mencionar que o patrimônio imaterial está associado aos

³ A Unesco (2003) define a salvaguarda como “as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização desse patrimônio em seus diversos aspectos.”

grupos menos abastados, ditos de ‘cultura popular’ ou de comunidades, e que por essa razão, mais vulneráveis.

A partir de Fonseca (2003) e Vieira (2016), a importância do reconhecimento legal do patrimônio imaterial é compreendida. A primeira autora destaca a função política desta categoria. O bem imaterial representa a diversidade social e cultural do país e uma forma do grupo se relacionar com a sua própria cultura. Adicionalmente, cria melhores condições para o cumprimento do direito à memória e à cultura, por meio da construção e fortalecimento da primeira e da identidade.

Vieira (2016), por sua vez, pontua o aspecto econômico da valorização do patrimônio imaterial, que não é alijado da cultura. Segundo ele, a imaterialidade pode contribuir para o desenvolvimento econômico do grupo e inclusão social por intermédio do turismo e do protagonismo a partir do modo de vida cotidiano. Em resumo, o processo de registro e, sobretudo de salvaguarda, é um desafio no tocante ao patrimônio imaterial, mas também significa a oportunidade de ampliação da cidadania e do entendimento da cultura nas suas diversas formas.

Outra tipologia fundamental é a de patrimônio natural e suas relações com a cultura. Scifoni (2006) apresenta a historicidade do conceito associada à ideia de monumentalidade e de beleza cênica. Desta forma, o monumento natural é o testemunho das épocas passadas e um ‘sobrevivente’ das transformações antrópicas no seu entorno. Por essa razão, tal bem natural compõe uma paisagem a ser ‘lida’. Tal percepção não é nova. Já no decreto-lei n.25 de 30 de novembro de 1937, temos a equiparação dos monumentos e sítios arquitetônicos à natureza para fins de tombamento. Cabe destacar no seu artigo 1º, inciso 2, o caráter seletivo desta ação observado por meio da seguinte afirmativa: “o que importa conservar e proteger pela feição notável.” Assim, o patrimônio natural é resultado de escolhas realizadas de acordo com um critério estético. Neste sentido, foi criado, também em 1937, o primeiro parque nacional brasileiro, o parque nacional de Itatiaia.

Em 1972, a Unesco realizou a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural ainda com base na concepção monumental da natureza. O encontro sintetiza a relação intrínseca entre cultura e natureza, inclusive com demandas de proteção semelhantes. Para o órgão, o patrimônio natural “foi estabelecido como as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e novamente os lugares notáveis” (Scifone, 2006, p.36). O conceito revela a preocupação com as ameaças da urbanização e industrialização crescentes em todo o mundo e para a qual os instrumentos legais deveriam mitigar os desafios.

A caracterização do patrimônio natural na década de 1970 difere da primeira. É possível observar uma mudança no olhar sobre a natureza. Em tempos mais recentes, a beleza cênica deixou de ser o principal valor. O aporte genético, biológico, a função no sistema natural e a natureza como recurso fabril adquiriram relevância, enquanto os embates com a economia aumentaram. Por esta razão, a legislação ambiental avançou significativamente. Nesse contexto,

os órgãos competentes lançaram mão da prevenção, precaução, do desenvolvimento sustentável, da participação coletiva e da noção de poluidor-pagador. Porém, o número de tombamentos de bens naturais diminuiu em comparação aos bens culturais deixando evidente que apesar dos esforços de preservação, o patrimônio natural no Brasil ainda não goza de autonomia nem conceitual nem operacional, carecendo de um status que realmente reflita sua relevância social (SCIFONI, 2006).

A criação do sistema nacional de unidades de conservação (Snuc) no ano de 2000 ratifica a preocupação com a proteção dos conjuntos naturais. Neste contexto, os usos do solo são observados para a manutenção da diversidade natural sem desconsiderar as populações locais. É nesta época que a sustentabilidade se torna um conceito importante, aliado à participação da sociedade civil. A propósito, esta pode gerir as reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) para desenvolver pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo, segundo o projeto de lei n. 1548 de 14 de maio de 2015. Por fim, cabe mencionar que a referência ao documento legal, mais do que aprofundar o tema, tem por objetivo destacar o termo ‘patrimônio natural’ e a falta de definição nele na lei.

A breve apresentação das nuances do patrimônio natural no Brasil evidencia o nascimento do termo junto ao patrimônio edificado, nos idos da década de 30. Desta forma, a adjetivação ‘natural’ se mistura ao cultural. Além disso, a classificação do que deve ser tombado ou eleito como de monumental importância estética, de alto valor genético ou para a diversidade natural é realizada pelas concepções e olhares vigentes, isto é, pelo Estado, que é um agente da cultura. Por outro lado, a natureza é apropriada pelas relações antropológicas, que a (re)significam, desenvolvem ciência e tecnologia com a sua exploração, ou seja, natureza e cultura são indissociáveis⁴ e tratá-las de modo segregado, amplia as dificuldades para sua apropriação, uso e proteção.

⁴ Em alguns sítios os valores genéticos, estéticos e culturais, considerando sua autenticidade e integridade, são tão proeminentes que a Unesco criou os patrimônios mistos, termo para os lugares que correspondem em parte ou à totalidade das definições de patrimônio cultural e natural segundo as definições da convenção. São exemplos, Paraty, Angra dos Reis.

As características do patrimônio natural apresentadas por Scifoni (2006), sobretudo os desafios diante da urbanização e da conservação dialogam com a Pedra Lisa. Por sua vez, sua monumentalidade e o valor estético foram escolhidos para categorizar o relevo em questão, contribuindo para a construção de uma paisagem cultural, conceito abordado posteriormente. No entanto, seu significado extrapola a dimensão natural. A rocha é testemunho e referência da formação da coletividade local, fato explicitado na toponímia do bairro.

Por fim, o patrimônio natural possui uma dimensão imaterial. O significado a ele atribuído é (re) configurado pelo grupo que dele usufrui. As atividades religiosas, os saberes, os fazeres, os festejos e outras expressões imateriais podem ocorrer em função do patrimônio natural. Desta forma, olhar para este tipo de patrimônio é dialogar com a imaterialidade e considerar a complexidade do campo patrimonial, aspecto abordado na próxima sessão.

1.2 Desafios para o uso do conceito de patrimônio

Os apontamentos teóricos redigidos neste capítulo esboçam uma trajetória de ampliação do conceito e do significado de patrimônio cultural. No âmbito internacional, a Unesco promoveu o patrimônio imaterial. No país, a Carta Magna evidenciou a diversidade cultural da sociedade brasileira e o número de patrimônios cresceu a tal ponto de Gonçalves (2007) citar o inflacionamento e obsessão pelo patrimônio. Por sua vez, o patrimônio natural também recebeu atenção no bojo das discussões culturais.

A complexidade crescente do campo patrimonial exige reflexões sobre exageros e limites da categoria. Por isso, Gonçalves (2007) alerta para questões políticas e econômicas relevantes que podem descaracterizar e esvaziar o conceito. Inicialmente, o autor atesta a concordância com a ideia de que o “patrimônio deve ser um instrumento de luta para reconhecimento público de grupos e indivíduos” (Gonçalves, 2007, p.239). Do mesmo modo, questiona se é possível uma sociedade humana não dispor de um patrimônio cultural. Sendo assim, é possível afirmar, após os anos 1980, que o patrimônio cultural possui significado além de si mesmo, isto é, alcança as relações sociais (Fonseca, 2003) e estas também são econômicas. Destarte, o turismo é uma atividade que atravessa os patrimônios como forma de atividade lucrativa e de subsistência das comunidades detentoras ou dos bens tombados, mas também

pode acentuar as desigualdades, promover a perda da autenticidade⁵ e da integridade do bem cultural.

Como o patrimônio cultural, desde sua origem histórica, reflete os valores sociais é pertinente refletir sobre os valores de mercado, no sentido de troca, atribuídos ao campo, embora este valor seja condenado a exemplo dos espólios coloniais e polêmicas sobre os processos de repatriação. A respeito da inflexão, Gonçalves (2007) afirma:

O mercado não seria algo que ameaçaria (ou confirmaria) o patrimônio externamente, de fora de suas fronteiras; ao contrário, ele existiria internamente aos patrimônios culturais modernos, no interior de suas fronteiras, fazendo parte de sua natureza, não podendo existir sem aquele.

O conceito de patrimônio cultural é plástico e mutável, modulando-se por diferentes interesses e ampliando sua complexidade e polissemia. Essa flexibilidade gera reflexões sobre o desejo por novos patrimônios, para além das justificativas turísticas ou mercadológicas. Surge, então, a questão: “tudo é patrimônio?”. Mais do que uma banalização conceitual, a discussão aponta para a dessacralização do patrimônio, alinhada à historicidade do campo. Nesse sentido, ele deve ser compreendido como um “fato social”, integrador e resultado da vivência coletiva, cada vez mais multiétnica e multirreligiosa (FONSECA, 2003; GONÇALVES, 2007).

A sociedade moderna, por meio de seus bens culturais, pode evidenciar novos atores e novas práticas na cena cultural. O saber dos especialistas do patrimônio não deve ser o único a criar critérios de valoração e, portanto, de seleção. Esta perspectiva adota como premissa a representatividade dos grupos e das suas culturas para ampliar a justiça social e para eliminar falsas dicotomias, importantes apenas para ofuscar as questões essenciais. Por fim, é indispensável considerar que a sociedade atual, é muito distinta das sociedades patriarcais seculares e, portanto, o conceito de patrimônio deve se moldar aos novos e outros contextos.

Na presente pesquisa, a Pedra Lisa é apresentada como um ‘patrimônio possível’. A expressão denota dúvida e inexatidão, características da polissemia do conceito e do atual contexto de busca de critérios cada vez mais democráticos para a categorização (SOUZA E MORAES, 2017). Pensar no objeto como um patrimônio possível significa associá-lo a outras formas de teorizar, a exemplo da decolonialidade do saber com ênfase na pós-modernidade

⁵ Para o aprofundamento do conceito de autenticidade, consultar Carta de Nara (1994). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. *Conferência de Nara*. 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em 3 de março de 2025.

(Souza e Moraes, 2017). Em outras palavras, é um desafio que contesta o *status quo* e pressiona o Estado a considerar as demandas das periferias. É, portanto, um exercício de planejar a política patrimonial para grupos invisibilizados.

A possibilidade de a Pedra Lisa ser um patrimônio se baseia nas suas características naturais e na história local desenvolvida ao seu redor. As inúmeras pequenas propriedades rurais do seu entorno e o Núcleo Agrário Miguel Couto Filho, construído pelo movimento dos camponeses após disputa violenta com o grande capital são dois argumentos iniciais para esta proposição, a ser desenvolvida ao longo da pesquisa.

As reflexões sobre o ‘patrimônio possível’ necessitam ser aprofundadas nas dimensões social e territorial. É significativo estabelecer relações entre os bens culturais e seus produtores e, por outro lado, entre estes e sua territorialização.

Sobre a temática Gonçalves (2003) questiona a existência de uma sociedade humana sem patrimônio cultural. O autor, indiretamente, afirma que todos os grupos geram uma herança por meio de sua própria existência, que produz bens, artefatos, músicas, rituais, celebrações, lugares, documentos, monumentos etc. O pensamento lógico cede lugar ao olhar atento para a origem dos diferentes grupos e sociedades. Assim, de ‘onde’ se fala, quais são os recursos disponíveis e quais as influências recebidas e transmitidas revelam a importância do ‘meio’ na orientação e distinção das práticas sociais. Longe de um determinismo ambiental, porém próximo da concepção do território como um espaço de poder e de atuação do grupo sobre ele, é possível ampliar ainda mais o conceito de patrimônio, agora considerando a sua relação territorial.

Os olhares sobre o patrimônio devem, então, debruçarem-se sobre as mudanças no conceito de cultura e nas disputas que a acompanham. Ao mesmo tempo, é essencial considerar que as diferenças territoriais, desde a escala nacional devido à extensão do Brasil até a escala municipal, que abrange os vários territórios heterogêneos dos bairros, são traduzidas em desigualdades e distintos nichos de valorização. Em outras palavras, o território ‘anuncia’, numa classificação social, se haverá bens culturais a serem valorizados numa lógica econômica e política, segundo uma visão tradicional, carregada de estereótipos

O desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural, inserido no campo de forças antagônicas, também expressa as lutas do mundo do trabalho, do centro e da periferia. Neste sentido, é pertinente pensar nos territórios menos abastados e subalternizados, cujas condições de vida das pessoas ou do coletivo constroem a cultura e, por consequência, o patrimônio.

Por fim, pensar o patrimônio também é buscar as referências culturais, significativas do grupo, assunto a ser desenvolvido na última sessão deste capítulo. Mas antes, é indispensável

refletir sobre os territórios nos quais os bens culturais são gerados, protegidos ou invisibilizados.

Destacou-se, portanto, o papel do Estado nas políticas públicas culturais e a importância da participação popular no ‘novo’ conceito de patrimônio cultural, engendrado na visão antropológica de cultura. Assim, o cenário foi construído, mas ainda faltam os personagens e, principalmente, a sua historicidade ligada ao território. Este é um conceito estratégico da geografia política. Souza (2000) afirma que:

O território surge como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território [...]. (SOUZA, 2000).

A partir da definição apresentada é possível inferir que a herança cultural de um grupo é um dos “atributos socialmente construídos” e, portanto, o patrimônio é territorializado. A apropriação do território ocorre por meio das interações sociais e por intermédio das estratégias de poder, que permitem a sobrevivência do grupo. É oportuno mencionar que um país, uma praça, uma favela ou um trecho da praia são exemplos de territórios. Assim, pensar no conceito é refletir sobre as relações de posse, de infraestrutura econômica, de pertencimento e de vínculos, capazes de gerar uma identidade e permitir a fluência da vida cotidiana. Num sentido teórico e generalista, então, todo território possui patrimônios. Esta concepção também dialoga com a cultura na sua dimensão antropológica, como visto na sessão anterior.

No campo do patrimônio, a última frase de Souza (2000) é propícia para duas reflexões. A primeira refere-se à indissociabilidade entre os sujeitos e o território. É como se houvesse, de modo implícito, o questionamento de onde o sujeito fala, quais leituras faz do mundo a partir de si mesmo, quais são os seus valores e as experiências no território. Além disso, o ‘outro’ concebe o grupo por meio do seu território, que pode gerar imagens positivas ou negativas. Em outras palavras, o território carrega impressões, estigmas e simbolismos, como é possível observar em Japeri. Por consequência, se o território é valorizado, seus sujeitos, e suas práticas culturais, também o são. Ao contrário, se a carga semântica do território for estigmatizada, seus moradores, e sua produção cultural, também o serão.

A segunda reflexão é uma pretensão de dialogar com o pensamento de Souza (2000) quanto aos processos migratórios e a relação com o território de origem, visando pensar, posteriormente, sobre a formação da população japeriense e sua relação com o território. Com base em Fonseca (2003), que afirmou ser necessário dessacralizar os patrimônios considerando a herança cultural dos imigrantes, independentemente de seu local de permanência, é possível pensar que as ‘raízes’ não representam a fixação ou o caráter estanque das expressões culturais. Um exemplo disto é o Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga, popularmente conhecido como Feira de São Cristóvão⁶, localizado no Rio de Janeiro, fundado por migrantes num território(inicialmente) informal, desvalorizado e estigmatizado, mas importante para a reprodução da cultura nordestina entre os migrantes.

O fato de a Feira de São Cristóvão ser um patrimônio cultural reconhecido, duplamente⁷, suscita questionamentos. Quais contextos e agentes participaram e lutaram pelo processo de registro em 2010 e em 2023? Com qual intenção? Tais perguntas são retóricas para estimular reflexões para o objeto de estudo que, ao contrário, carece de reconhecimento, mas está inserido nas discussões gerais sobre patrimônio cultural. Por isso não serão respondidas no presente texto, mas sistematizadas nas seguintes observações:

- 1- O olhar hegemônico (externo) sobre a cultura e o território de um grupo subalternizado, como dos migrantes nordestinos, é capaz de modificá-lo, inclusive adequando-o aos interesses dominantes, como apresenta Valverde (2011) ao narrar as mudanças organizacionais na feira;
- 2- O processo de registro de um bem cultural está sujeito às nuances dos interesses políticos e econômicos. Á propósito, a dupla patrimonialização do Centro Cultural de Tradições Nordestinas ilustra a concepção de Canclini (1994) e de Chuva (2020). Ambos atestam que o patrimônio possui um sentido e é uma categoria em processo. Da mesma forma, a escassez de patrimônios do município de Japeri, também pode expressar um significado.

⁶Para a leitura pormenorizada da Feira de São Cristóvão, recomenda-se os trabalhos de NEMER, Sylvia Regina Bastos; Reznik, Luís. *Feira de São Cristóvão: contando histórias, tecendo memórias*. Rio de Janeiro, 2012. Tese de Doutorado – *Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* e de VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. *Transformações da feira de São Cristóvão: recriando o lugar do migrante*. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 81-90, jan./abr. 2011.

⁷ A lei n.12.301 de 28 de julho de 2010 registrou a feira como patrimônio cultural. Mais tarde, projeto-lei nº 935 de 3 de maio de 2023 propõe que o centro cultural seja um patrimônio histórico, turístico, cultural e gastronômico do estado do Rio de Janeiro.

3- O reconhecimento de um bem cultural é condicionado pelo olhar do outro, que, neste caso, (in) valida-o como patrimônio. E esse ‘outro’ é representado pelo Estado e pelo mercado, agentes onipresentes no processo. No caso da Feira de São Cristóvão, Valverde (2011) afirma que a patrimonialização serviu para legitimar a prática cultural dos migrantes nordestinos, antes condenada e marginalizada. Para Japeri, a apresentação da Pedra Lisa como um patrimônio possível evoca a mesma função, apontada pelo autor.

4- Ao mesmo tempo, a despeito da apropriação cultural praticada na feira, há também uma ‘essência’ (para não discutir os conceitos de autenticidade e integridade), nos modos de fazer, nos saberes, na música, na dança que é preservada e transmitida naquele território por meio do seu uso, o que é debatido por meio da identidade e da memória, temas abordados por Valverde (2011) e Nemer (2012).

Canclini (1994), ao longo do artigo no qual desenvolve argumentos sobre o território e a construção imaginária do nacional, esclarece que a desigualdade está presente no acesso e na formação dos bens culturais. Em outras palavras, a marginalização permeia os patrimônios, embora este tenha sido pensado, até a década de 1980, para unificar a nação brasileira. À propósito, os versos do hino municipal de Japeri - “para proteger o patrimônio nacional” / “em nossa terra trabalhamos com fervor” (Carvalho, 1991), representam o ideário patriótico que alicerçou as concepções do patrimônio e que, ora se estende até os dias atuais, e situam Japeri numa hierarquia de territórios, no qual o nacional parece ser o único relevante. Os versos ainda provocam as seguintes dúvidas: a qual patrimônio nacional o compositor se refere? Não há patrimônios municipais? O patrimônio nacional contém o municipal, isto é, representa toda a federação? As indagações dialogam com a trajetória do conceito e ratificam a participação do objeto da pesquisa no campo abordado.

O campo patrimonial é *locus* de conflitos e da atuação de diversos agentes, que lutam por seus interesses e representações. Esta disputa não é igualitária, pois existem diferentes capitais culturais (Canclini, 1994) de acordo com as classes sociais, dispostas num sistema hierárquico territorializado. Por essa razão, o autor declara:

O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um *acesso* preferencial à produção e distribuição de bens. Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento (CANCLINI, 1994).

O trecho supracitado resume a intrínseca relação entre economia e cultura. As palavras *acesso*, *produção* e *trabalho* permeiam o patrimônio. Para os grupos subalternizados, falta o acesso aos bens culturais, o que deve ser uma pauta das políticas públicas, tendo em vista o direito à cultura previsto no artigo 216 (Brasil, 1988). Entretanto, se o grupo subalternizado carece dos direitos à saúde, educação, moradia, por exemplo, o que dirá à cultura, dimensão humana considerada, pelo senso comum, não essencial e restrita aos grupos hegemônicos. Neste sentido, refletir sobre a Pedra Lisa, como um patrimônio possível, e o Núcleo Agrário Miguel Couto Filho como referência cultural, objetos da pesquisa, é um desafio justificado pela busca e valorização de direitos.

A partir de Canclini (1994), é possível observar a formação de um circuito de exclusão no território, no qual os grupos menos abastados ‘parecem’ não produzir nem consumir cultura. E quando o fazem, suas expressões são consideradas inferiores quando comparadas aos bens dos grupos hegemônicos, conforme assinala o autor, ao citar os diferentes valores atribuídos à arte e ao artesanato, por exemplo.

O mundo do trabalho permite a observação da relação entre cultura e economia (BORJA, 2024). A atividade laboral determina o tempo livre e a organização da vida cotidiana. Desde modo, os trabalhadores assalariados, que dispõem de pouco tempo livre, possuem menos acesso aos bens culturais e menor participação na formação destes bens (CANCLINI, 1994). Nota-se que as pessoas estão ocupadas com a garantia da sobrevivência. E neste sentido, a ida ao teatro, ao cinema ou a uma apresentação de ballet, exemplos de produção cultural no sentido sociológico do conceito, é ‘dispensável’. Essa realidade pode ser contraposta com a fala do ex-ministro Gilberto Gil (MINC, 2001), quando esclareceu que a “cultura é para e pelo mundo do trabalho” e se manifesta no dia a dia, da ida à igreja, à feira, na brincadeira da praça ou na viagem cotidiana no transporte público.

A configuração da desigualdade nos territórios subalternizados é completada pela divisão social do trabalho. Ao olhar para quais territórios produzem capital financeiro e cultural, são identificados os sujeitos e como eles participam do circuito da cultura. Em resumo, é *quem faz o que* (produção e bens culturais) e de *onde se está falando* (territórios hegemônicos e subalternizados)!

O *status quo* da desigualdade territorial é reproduzido socialmente. Canclini (1994) afirma que “os setores subalternos manifestam às vezes, uma posição tibia ou vacilante, como

se tivessem interiorizado a atitude desvalorizadora dos grupos dominantes dirigida à cultura popular”. (CANCLINI, 1994). Deste modo, a política pública no campo da cultura enfrenta o desafio de, além de oferecer o acesso, identificar, documentar, promover e difundir a cultura (Fonseca, 2003) para que ocorra a apropriação e valorização dela pelos seus próprios produtores. Neste contexto, Canclini (1994) comenta a respeito da dificuldade no processo de identificação dos bens culturais em territórios marginalizados em razão da escassez de recursos estruturais. Este é um ponto adicional para a reunião dos requisitos necessários à sistematização do patrimônio. À luz deste aspecto, é oportuno citar que Japeri aprovou, há menos de três anos, a lei n. 1501 de 13 de dezembro de 2022 que regulamenta a proteção ao patrimônio cultural municipal, legislação a ser detalhada no terceiro capítulo.

As reflexões desenvolvidas nesta escrita encaminham-se para ratificar a complexidade e múltiplos significados do patrimônio cultural, ainda mais ao se debruçar sobre a desigualdade social. A este respeito e para pausar, por hora, as considerações sobre o patrimônio, é pertinente a apresentação do texto de Macedo (2021), no qual realiza uma paráfrase intitulada “Patrimônio numa hora dessa?” O texto faz referência ao período pandêmico de 2020, no qual pensar o conceito soava inusitado ou descabido, com base na visão ainda dominante de patrimônio edificado.

O autor defende que a doença, além de vitimar produtores de cultura indígena e outras tradicionais, potencializou a solidariedade e a mobilização dos grupos em prol de seus patrimônios. Este aspecto ressaltou a identidade e a pujança dos bens intangíveis como forma de resistência. Do mesmo modo, é possível parafrasear, novamente, Patrimônio em Japeri e numa hora dessa? Numa perspectiva rígida, do patrimônio pedra e cal, a indicação de Japeri, um território periférico, pode soar secundária ou irrelevante diante de outras necessidades, como afirmado anteriormente. Porém, na visão do patrimônio cultural e ressaltando sua função social, esta consideração se justifica pelo potencial de transformação e de possibilidade de conhecer as referências culturais e memórias do grupo social, temas abordados na próxima sessão.

Neste sentido, a expressão referência cultural surge na década de 1970, quando as políticas públicas ainda privilegiavam o patrimônio institucionalizado, formado por obras de arte e por monumentos representativos da elite. O patrimônio ressaltava a identidade nacional. A propósito, os trabalhos de Fonseca (2001) e do IPHAN (2016) destacam a trajetória e as transformações conceituais do patrimônio desde o surgimento do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), passando por Mário de Andrade até a década da

redemocratização, quando o conceito de patrimônio cultural imaterial se difundiu e grupos da sociedade civil reivindicaram a patrimonialização, como visto ao longo deste trabalho.

Segundo Fonseca (2001), o termo referência cultural diz respeito ao patrimônio não consagrado. Também expressa a diversidade cultural existente no Brasil. Por fim, representa uma inovação no modo de pensar e de classificar os bens culturais, considerando as produções materiais e imateriais dos grupos menos favorecidos. A mesma autora destaca a atribuição de valor e a ação dos sujeitos como elementos primordiais das referências culturais.

Desta forma, quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõe sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referência para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico para a dinâmica da atribuição de sentidos e valores. (FONSECA, 2001).

Adicionalmente, o IPHAN (2016) afirmou: “Em suma, referências culturais são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura. Na construção de sentidos de identidade, são os que popularmente se chama de raiz de uma cultura.” (IPHAN, 2016, p.8)

Os trechos supracitados permitem alguns apontamentos. No primeiro deles, a referência cultural do grupo social revela o significado e o valor, estes existentes, muitas vezes num contexto de conflito de interesse, sobretudo no meio urbano. Faz-se necessário investigar qual é o sentido atribuído aos lugares, quem e por que se atribui tal valor. No segundo, a definição do IPHAN destaca a construção da identidade como fator da referência cultural.

Assim, o grupo possuir e manter as suas próprias referências culturais significa o reforço e a renovação da identidade. Ao contrário, a ausência de referências culturais ou a sua desvalorização representa a fragilidade do poder identitário, sobretudo dos grupos historicamente inviabilizados, que tiveram suas referências apagadas ou sobrepujadas pela hegemonia cultural das elites brasileiras. Por fim, a noção de referência cultural envolve questões ligadas às políticas públicas de seleção, centralização e hierarquização das diversas vozes que ecoam no cenário cultural brasileiro. Assim, trabalhar com as referências culturais é ter consciência deste mosaico. É conhecer as referências, para buscar sua preservação e possível intervenção. É atentar para o poder da ressignificação quando o grupo social reflete sobre as suas próprias referências e as contextualiza. É, portanto, uma ação dotada de intencionalidade.

A exposição do conceito de patrimônio cultural, aqui apresentada, dialoga com Meneses (2003), que sintetiza as ideias principais do capítulo. O autor chama atenção para a importância da vivência no local, como premissa para o pertencimento. Este gera identidade que situa o

sujeito no espaço, mais ainda, no território, como apresentamos anteriormente. Deste modo, o patrimônio cultural é inerente aos grupos, no seu modo de vida cotidiano. Ele está presente na esfera municipal e por isso é necessário questionar a escala de valores e os sujeitos atribuidores deste valor.

O patrimônio cultural possui uma dimensão espacial, marcada pela identidade, territorializada, e uma dimensão temporal, expressa pela memória. (Meneses, 2009). No contexto, no qual espaço e tempo se encontram, os patrimônios culturais de Japeri devem ser abordados. Os valores afetivos dos moradores, os vínculos, o sentimento de pertencimento, as representações e as práticas também devem ser consideradas.

Meneses alerta:

Como os valores não estão previstos geneticamente, mas são criados, eles precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados, transformados e não impostos. (MENESES, 2009, p.39.)

Destarte, faz-se necessário observar a gama de valores envolvidos nos bens culturais japerienses. Inclusive, as atribuições criadas pelos grupos hegemônicos, no que tange aos valores éticos, pragmáticos ou estéticos. (Meneses, 2009). Assim, o aporte teórico permite retornar à problemática desta pesquisa. Antes de buscar as causas para o valor ou para a desvalorização dos patrimônios dos grupos periféricos é necessário considerar a matriz de valores; Compreender o sentido simbólico, que engloba seu uso econômico, (in) tangível, sem nenhuma exclusão ou dicotomia.

Fonseca (2001) e Meneses (2009) concordam que os sujeitos atribuem valor às suas práticas, objetos e produções culturais. Sendo importante identificá-los. Os dois autores ainda dialogam com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, tendo em vista que não é somente o Estado o atribuidor de valor aos bens culturais. A sociedade civil e os diversos grupos elegem, legitimam, reivindicam, esquecem, (re)significam ou (des)valorizam os patrimônios culturais

Ao aplicar essas ideias às discussões locais, proposta deste estudo, é possível organizar alguns apontamentos que serão desenvolvidos nos capítulos seguintes. A saber:

- 1- A restauração do Casarão histórico da estação ferroviária de Japeri é um apelo para a valorização da estética e da história. No entanto, é preciso refletir sobre os valores afetivos, pragmáticos e éticos daquele bem cultural para a população de Japeri.
- 2- Patrimonializar significa uma preocupação com os instrumentos de preservação (tombamento e registro), porém é mais do que isso. Neste sentido, ter a estação como

patrimônio ferroviário é pensar nas estratégias de sua existência. É avaliar a sua repercussão no presente e no futuro, com significado simbólico, para a sociedade.

3- Tendo em vista que os valores são criados política e socialmente, é pertinente, sob a ótica da educação, considerar quais valores a escola ‘ensina’ ou ‘reproduz’ sobre o território de Japeri. Quais bens culturais são valorizados, negligenciados ou descontextualizados e quem o faz, como um agente do poder público ou da sociedade por meio dos conteúdos e competências pedagógicos. E o que pode ser elaborado a partir de uma perspectiva diferente.

4- Por fim, é possível ponderar quais valores são construídos ou transformados pelas práticas sociais ocorridas no Núcleo Agrário Miguel Couto Filho Júnior.

A propósito, os apontamentos anteriores perpassam o pertencimento e a identidade dos grupos, bem como sua relação com o território. Assim, o patrimônio cultural é um elo entre as pessoas, o território e sua história. Existe para a análise do passado, presente e produção do futuro, portanto é dinâmico e possui potencial de mudança. É com esta concepção que a pesquisa se desenvolve.

CAPÍTULO 2 – JAPERI: ENTRE CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO, UMA APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO

O capítulo apresenta o município de Japeri no âmbito da Baixada Fluminense desde a sua ocupação. Ambos estabelecem uma relação de proximidade, na qual a economia, a natureza, os caminhos fluviais e, depois, ferroviários, deixam marcas visíveis no território. As narrativas são construídas pelos que são de fora, como aqueles que inicialmente conceituaram a Baixada Fluminense, mas também pelos moradores, que vivenciam os indicadores sociais na prática.

2.1. Japeri: formação histórica e territorial, no contexto da Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense é o ponto de encontro entre Japeri e seus vizinhos. É o local de moradia de 3,9 milhões de habitantes (IBGE, 2020), que orbitam em torno do Rio de Janeiro. É a convergência dos estigmas e dos jogos de poder das elites locais. É o mote para a construção de narrativas, algumas delas a serem apresentadas na segunda seção, e para a proposição de novos discursos.

Alves (2003) e Simões (2007) afirmam a dificuldade de definição para a Baixada Fluminense, considerando os estudos ainda insuficientes e os diferentes critérios para a delimitação. O segundo autor atesta um recorte espacial consolidado, do qual o objeto de estudo faz parte. Ao contrário, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi oscilam na região de acordo com a abordagem dos autores.

Mapa 1: Divisão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Fortes et al., apud Silva (2020).

Na rede urbana regional, formada por treze municípios, uma hierarquia é descrita por Simões (2007). Japeri é citada como uma cidade-satélite de Nova Iguaçu que se localiza entre os municípios mais “periféricos” da “periferia”. Simões (2007, p.20):

Existem alguns consensos que devem ser ressaltados. Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com unanimidade, como núcleos dessa região, assim como não há questionamento sobre a inclusão de seus “satélites” imediatos, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores, mas nem sempre analisados com a mesma profundidade que o “núcleo duro”.

O município de Japeri integra a Baixada Fluminense e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sua ocupação remonta ao século XVIII, embora haja vestígios mais antigos datados da pré-história, como aponta o IAB (2014) ao identificar sítios arqueológicos na região, inclusive na área de estudo.

Pedro Dias Paes Leme da Câmara, o Marquês São João Marcos, possuía vastas terras na antiga Belém. Ele promoveu o crescimento e incentivou, mais tarde, a chegada da estrada de ferro. A presença da Igreja Católica durante o processo de colonização integrou-se ao município de Iguassu, formado por fazendas e por um pujante núcleo urbano.

A abertura de portos fluviais e do Caminho Novo do Pilar viabilizou o escoamento da produção agrícola, do ouro e o surgimento de povoados ao longo do caminho (Catramby e Zouain, 2020). Atualmente, existem algumas ruínas das sedes das fazendas São Bernardino, em Nova Iguaçu, ou São Bento, em Duque de Caxias, que vigoram como patrimônios culturais, sendo atualizados por meio de atividades de pesquisa, ensino e musealização, no caso da Fazenda São Bento.

As terras de Belém inserem-se na dinâmica econômica do Rio de Janeiro e do Brasil Império por intermédio do pertencimento aos municípios circundantes. Deste modo, o objeto de estudo foi distrito de Vassouras, Paracambi e Iguaçu. A ausência de centralidade política e a submissão econômica a outras localidades podem sugerir uma identidade em construção ou indefinida. A presença de migrantes procedentes do Vale do Paraíba, de Minas Gerais e do Nordeste para a região atualmente compõem os trabalhadores rurais de Japeri.

Em 1855, a relação capital-interior foi intensificada a partir da construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que em 1858, se estendeu da Freguesia Nossa Senhora de Belém e do Menino Deus (atual Japeri) ao ramal de Macacos (Paracambi).

O avanço da ferrovia possibilitou o acesso à Serra do Mar por meio da estação de Belém, chegando a Engenheiro Paulo de Frontin, ao Vale do Paraíba e à Barra do Piraí, entre 1863 à 1868, segundo Azevedo (2018). Neste sentido, Belém compunha um trecho de grande circulação de pessoas, inclusive negros escravizados, e de mercadorias e era responsável por levar recursos à capital.

A ferrovia foi um marco no povoamento e na interiorização das atividades econômicas do Rio de Janeiro do século XIX. Ao longo da linha férrea da Estrada de Ferro Rio D'ouro, os povoados se adensaram, fazendas e o comércio prosperaram. O trem serpenteava pelo interior da Pedra Lisa e por Jaceruba, bairro limítrofe, atualmente, pertencente a Nova Iguaçu. e limite atual com Nova Iguaçu. A propósito, Azevedo (2018) menciona a participação e morte de cinco mil chineses na construção da ferrovia devido à malária e às

péssimas condições de trabalho. Segundo a autora, o nome do município vizinho, Queimados, faz referência ao hábito dos chineses cremarem os mortos.

O ambiente pantanoso e insalubre, característico dos terrenos alagadiços, que se alternavam com pequenas elevações, além de área de mata atlântica e de manguezais (Senra e Andrade, 2024) cedeu espaço às pontes de ferro, presentes na paisagem atual. Como exemplo, a ponte de ferro, conhecida como “Pontilhão”, localiza-se em Engenheiro Pedreira no limite com Queimados.

Figura 1: Ponte de Ferro próximo à estação de Engenheiro Pedreira.



Fonte: Própria autora. Junho de 2025.

Cabe mencionar a existência do prédio histórico da estação de Japeri, abordado em detalhes na próxima seção e a antiga fábrica de tecidos de Paracambi, que atualmente abriga um complexo educacional público. Neste sentido, o processo de interiorização das atividades econômicas por meio da navegação fluvial e da ferrovia produziu marcas históricas na paisagem.

No século XX, Belém era formada por terras agrícolas, produtoras de laranja, como extensão do município-sede, Iguassu. É pertinente citar a existência de um bairro de Japeri (atual), chamado Citrópolis, em referência ao cultivo. Este foi abundante durante um período, mas sofreu com a II Guerra Mundial e com uma praga, fato que estimulou os investimentos no setor industrial. A área de estudo também era grande produtora de laranja.

Em 1952, Belém integra-se a Nova Iguaçu, depois de pertencer a Vassouras desde 1870. Na ocasião, recebe o nome de Japeri para ressaltar sua herança indígena, planta semelhante ao junco, existente em pântanos, e a passagem dos bandeirantes pela região. Engenheiro Pedreira, antiga estação de Caramujos, já fazia parte de Nova Iguaçu.

A chegada de imigrantes japoneses, oriundos de São Paulo, e depois de Itaguaí à Pedra Lisa, coincide com o movimento da Associação de lavradores e posseiros da área de estudo, que loteava terras. Os japoneses adquiriram terras e iniciaram abundantes plantações de tomate, jiló, berinjela, goiaba, quiabo e algumas hortaliças (Correio, 2018). E estabeleceram relações de trabalho e ensinavam técnicas para os migrantes recém-chegados.

A colônia comemorou os 50 anos da colônia japonesa na Pedra Lisa em 2002.

Atualmente, duas famílias ainda vivem na colônia que é composta por idosos, arrendam grandes faixas de terras para melhorar a renda doméstica e cultivam espaços menores perto de suas casas, com a cultura de hortaliças e principalmente a goiaba. Alguns filhos e netos costumam fazer visitas periódicas e outros vivem no Japão, vindo apenas em período de férias. (CORREIO, 2018, p.54):

O processo de loteamento com oferta de terras baratas, o início da industrialização, manutenção das lavouras, o conflito pela terra e atração de contingente populacional significativo caracterizam o distrito de Japeri, que, distante setenta quilômetros da capital, viu sua acessibilidade aumentar em razão da construção da rodovia Presidente Dutra, em 1951. Então, sua função na metrópole era a ligação com o interior e com São Paulo. Simões (2007, p.183):

A construção da rodovia Presidente Dutra em 1951 cortando parte do município não contribuiu para o desenvolvimento e ocupação do mesmo. A grande distância da sede do município e o fato de atravessar áreas vazias num momento em que o transporte rodoviário de passageiros ainda não era eficaz não estimulou a sua ocupação para fins residenciais e ao mesmo tempo desestimulou a sua ocupação agrícola. O resultado é que

essas áreas permanecem vazias até os dias de hoje como reserva de valor, pois as indústrias, que seriam a princípio o uso mais viável, também não se instalaram no local.

Apesar da ausência de infraestrutura habitacional e do caráter transitório (passagem) de Japeri, o lugar crescia em comércio e em população. Internamente, as lideranças políticas articulavam a emancipação. Cabe a menção ao slogan da campanha pró-emancipação: “É preferível ser cabeça de sardinha do que rabo de baleia”, conforme cita Azevedo (2018). A frase, em si, traz a consciência dos limites do futuro município, porém registra o interesse no protagonismo e na possibilidade de atuação das lideranças políticas locais.

A localidade configura-se como uma cidade dormitório⁸, que existe para abrigar o excesso populacional da capital, sobretudo os mais pobres. Desta forma, Japeri integra-se à dinâmica metropolitana com ênfase na periferização. Assim, o município possui um desenvolvimento urbano desigual e combinado, fruto da relação com a metrópole do Rio de Janeiro.

A construção do Arco Metropolitano, em 2014, ratifica a percepção de Japeri como a cidade a espera do desenvolvimento por meio de fatores externos e dependentes. A presença da rodovia Presidente Dutra e do Arco Metropolitano representa a trajetória histórica-econômica do município.

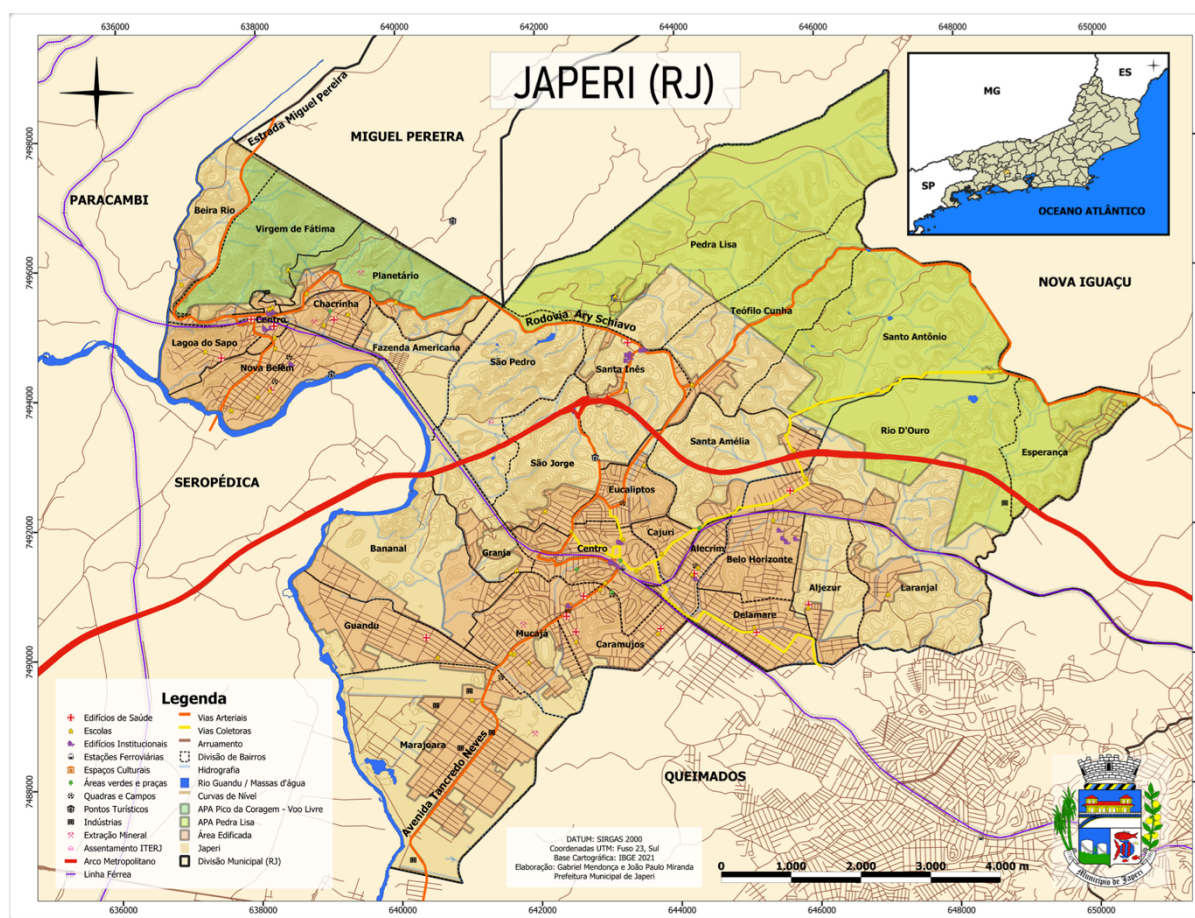
Japeri é atravessado, literalmente, pelo desenvolvimento do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas poucos benefícios permanecem na localidade. As indústrias existentes podem ser uma exceção, mas desafiam a sustentabilidade e o convívio com a agricultura tradicional. Por outro lado, os usos do solo e as áreas de preservação ambiental, que sugerem a diversidade natural, são insuficientes para ampliar a qualidade de vida da população residente.

A formação territorial do município ligada por um lado a Nova Iguaçu - na qual havia o núcleo de Caramujos (atual Engenheiro Pedreira), e por outro, a Vassouras - onde

⁸ O termo cidade-dormitório refere-se ao movimento pendular de trabalhadores que saem de casa ainda de madrugada, pois moram na periferia da metrópole e somente retornam à noite, após exaustiva jornada de trabalho, tendo em vista que é o centro metropolitano que oferece os empregos. Segundo Ojima et al (2010), o termo cidade-dormitório é pejorativo e marca a relação entre centro-periferia.

existia Belém (atual Japeri) contribui para explicar a separação e falta de identificação entre Engenheiro Pedreira e Japeri, o que dificulta a formação de uma identidade única. A antiga Caramujos tinha economia pujante, próxima da sede e atraía maior população, ao contrário de Belém.

Mapa 2 - Mapa Político da Cidade de Japeri



Fonte: material cedido por José Mauricio da Silva - Secretário Municipal de Agricultura e Pesca de Japeri, 2025.

Como é possível perceber no mapa acima, a urbanização dos dois núcleos é bastante distinta. Há maior adensamento populacional em torno de Engenheiro Pedreira que segue com maior dinamismo econômico e político. A sede da prefeitura se localiza em Engenheiro Pedreira, enquanto grandes secretarias, em Japeri. A construção de uma identidade entre os dois núcleos, que distam 12 quilômetros, é uma preocupação

governamental. A gestão atual, assim como outras, cogitam melhorar a acessibilidade, pavimentando e realizando obras de infraestrutura na estrada São José, que encurtará o trajeto em 4 quilômetros (JAPERI, 2022), mas que não mudarão a base dicotômica na qual os dois núcleos foram criados.

É oportuno comparar os índices socioeconômicos de Japeri com os demais municípios da Baixada Fluminense a fim de estabelecer relações com o objeto de estudo. A cidade possui uma população de 105.548 habitantes (IBGE,2020), o que representa 2,7% da população total da região. Apenas Seropédica (2,1%), Guapimirim (1,6%) e Paracambi (1,3%) possuem populações menores (Baixada em movimento, 2023)

Os indicadores apontam para a trajetória histórica de declínio econômico do município desde a extinção da citricultura. A qualidade de vida é comprometida pela carência na infraestrutura urbana. A ferrovia, consolidadora da história do município, ao longo do processo de privatização precarizou o transporte de massa, conforme aponta a tabela 1. Por outro lado, as condições habitacionais são ruins devido ao loteamento em locais distantes, com pouca acessibilidade, aspectos que deixam o município na pior posição em 2010.

Tabela 1: Índice de bem-estar urbano e suas dimensões dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2010

Nome do município	Dimensões					IBEU	Ranking Nacional
	Mobilidade	Condições ambientais	Condições habitacionais	Serviços coletivos	Infraestrutura		
Belford Roxo	0,471	0,684	0,773	0,807	0,517	0,650	5071°
Duque de Caxias	0,611	0,770	0,801	0,818	0,689	0,738	3809°
Guapimirim	0,789	0,902	0,811	0,690	0,623	0,763	3181°
Itaguaí	0,875	0,741	0,812	0,849	0,601	0,776	2850°
Japeri	0,355	0,667	0,737	0,750	0,354	0,573	5480°
Magé	0,644	0,796	0,795	0,664	0,489	0,678	4815°
Mesquita	0,601	0,812	0,831	0,933	0,640	0,764	3174°
Nilópolis	0,596	0,887	0,858	0,965	0,769	0,815	1813°
Nova Iguaçu	0,528	0,797	0,816	0,854	0,586	0,716	4234°
Paracambi	0,773	0,931	0,815	0,859	0,662	0,808	1995°

Queimados	0,434	0,806	0,789	0,819	0,512	0,672	4872°
São João de Meriti	0,598	0,716	0,802	0,943	0,665	0,745	3628°
Seropédica	0,717	0,755	0,808	0,809	0,365	0,691	4652°
Rio de Janeiro	0,691	0,865	0,823	0,948	0,771	0,819	1707°

Fonte: Observatório das metrópoles. Disponível em:
<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>

A população japeriense é formada em sua maioria por negros (71%), fato relevante para a compreensão da origem da população. Como apresentado, os migrantes mineiros, do sul fluminense, negros, ocuparam as terras, fizeram-nas produtivas, lutaram contra grileiros. Enfim, criaram um modo de vida, ligado ao trabalho. Mas, são alvos do racismo estrutural. As questões fundiárias, aprofundadas no próximo capítulo, são, reflexo da desigualdade social. Esta reflexão pode ser ampliada para a indagação a respeito dos patrimônios afro-brasileiros presentes no território de Japeri, também invisibilizados pelas condições socioeconômicas. Deve-se considerar também que mais de 50 % da população trabalha de modo informal e, portanto, não está nesta estatística.

Tabela 2: Percentual da população por cor ou raça e diferença de remuneração salarial entre brancos e negros no emprego formal – Município da Baixada Fluminense, 2010.

Município	Cor ou raça		Diferença de remuneração salarial média entre brancos e negros no emprego formal
	Não Branca (preta, parda e amarela) (%)	Branca (%)	
Belford Roxo (RJ)	68	32	12,2%
Duque de Caxias (RJ)	65	35	27,2%
Guapimirim (RJ)	61	39	0,9%
Itaguaí (RJ)	61	39	17,5%
Japeri (RJ)	71	29	31,6%
Magé (RJ)	64	36	8,0%
Mesquita (RJ)	63	37	1,2%
Nilópolis (RJ)	58	42	4,5%
Nova Iguaçu (RJ)	64	36	14,0%
Paracambi (RJ)	57	43	9,5%
Queimados (RJ)	67	33	5,2%
São João de Meriti (RJ)	64	36	8,9%
Seropédica (RJ)	60	40	15,9%
Rio de Janeiro (RJ)	49	51	41,9%

Fontes: (i) Cor e Raça: IBGE – Censo Demográfico, 2010; (ii) Diferenças salariais: RAIS-MTE /2018, sistematizadas pelo Casa Fluminense – Mapa da Desigualdade 2020. Disponível em: https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf

Os apontamentos supracitados encaminham as observações para a intrínseca relação entre economia e cultura (Botelho, 2001) no sistema capitalista. O território subalternizado por relações de dependência a Nova Iguaçu (antes da emancipação) e depois, ao Rio de Janeiro e às verbas federais possui uma população marginalizada, para qual a qualidade dos serviços urbanos e a inserção no mercado de trabalho são pouco importantes do ponto de vista do capital.

Por fim, o acesso aos equipamentos culturais com museus e cinema, em toda a Baixada Fluminense é precário. A soma de todos os municípios da Baixada representa menos de 20% dos museus existentes na capital. Um destaque positivo é Duque de Caxias. Por essa razão, os estereótipos sobre a cultura dominante e a cultura dos marginalizados permanecem. Da mesma forma, os patrimônios culturais presentes no Rio de Janeiro, nos museus, existem na estatística, enquanto, de Japeri ou de Queimados parecem não existir.

Tabela 3: População Estimada da Baixada Fluminense – 2021

Município	Quantidade de museus no território	Quantidade de salas de cinema	Percentual de pontos de acesso à internet banda larga fixa em relação ao número de domicílios
Duque de Caxias	4	8	41,8%
Nova Iguaçu	1	13	42,7%
Belford Roxo	2	0	24,2%
São João de Meriti	2	6	45,2%
Magé	2	0	31,7%
Mesquita	0	0	45,4%
Nilópolis	2	3	63,2%
Queimados	0	0	27,6%
Itaguaí	2	4	36,5%
Japeri	0	0	19,2%
Seropédica	2	0	32,8%
Guapimirim	2	0	47,3%
Paracambi	0	1	31,2%
Rio de Janeiro	136	216	71,9%

Fontes: Museus: IBRAM, (2020); (ii) Salas de Cinema: ANCINE, (2020); (iii) Anatel, (2020), sistematizadas pelo Casa Fluminense – Mapa da Desigualdade 2020. Disponível em: https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf

Os números apresentados ao final da seção são categóricos, mas ainda expressam friamente os movimentos sociais de resistência da população da Baixada Fluminense. A exemplo disso, Japeri não possui cinema comercial, mas oferece sessões em seus espaços culturais. Da mesma forma, algumas mudanças no enfoque do que seja a Baixada Fluminense ou Japeri são observadas, muitas por iniciativa da sociedade civil.

A formação territorial do município estudado contribui para o entendimento de seus aspectos. A falta de uma identidade local, a submissão a interesses externos e o deslocamento do eixo econômico para o litoral, deixando o interior afetaram o município. Por fim, os trinta e quatro de emancipação de um município jovem podem ser uma das causas para a dificuldade de romper com as condições históricas.

A próxima seção objetiva ressaltar a possibilidade de existência de patrimônios em Japeri, a despeito da história e da visão dominante.

2.2 Japeri, narrativas para seus patrimônios possíveis

A primeira seção apresentou Japeri, no contexto da Baixada Fluminense. Esta como uma região desigual, foco de concepções políticas, econômicas e culturais hegemônicas. Tais concepções produzem discursos, leituras e narrativas sobre aquele território. Deste modo, a definição de Baixada Fluminense é uma leitura a partir de um ponto de vista. Assim, é pertinente refletir quais narrativas, predominantemente, são produzidas para Japeri, como um município da Baixada e quem as produz. Silva (2013, p.58):

Antigos termos como Recôncavo ou Grande Iguaçu tinham a potência de dar nome ao lugar e esconder as inúmeras divisões internas e múltiplas atividades que constituíram a vida da região. O termo baixada, nome que mais tarde viraria um conceito, na medida em que serviria para dar inteligibilidade a uma realidade, emergiu associado às Comissões de Saneamento e esteve intimamente ligado à expansão das linhas férreas na região. Esse termo foi difundido por *aqueles que não eram do lugar* para designar um determinado local com imagens negativas, mas foi apropriado pela população migrante, não como conceito único, mas enquanto um campo de muitas possibilidades de sentidos.

Silva (2013) indica a construção de uma narrativa sobre a Baixada Fluminense, baseada em critérios econômicos e de ‘intervenção’ sobre o território, atribuindo-lhe características negativas. Mas, a autora menciona que a população local, formada por migrantes oriundos de Minas Gerais, do Sul Fluminense e do Nordeste, vivenciava outro conceito para a região, resultante de suas práticas e do seu olhar. Então, ocorre uma disputa de narrativas.

O conceito de narrativa de Walter Benjamin, filósofo alemão marxista, dialoga com os discursos sobre a Baixada Fluminense, à medida que a modernidade produz outras narrativas, distantes da tradição e da troca coletiva de experiências, premissas do pensamento do autor (Fernandes, 2019).

Por essa razão, há dois movimentos complementares – o do esquecimento ou apagamento das tradições e da oralidade – e da lembrança das narrativas de dominação. Assim, a Baixada Fluminense apresenta histórias e memórias pouco contadas ou restritas ao meio acadêmico, a exemplo da luta camponesa, ocorrida na área de estudo. E, por outro lado, o processo de emancipação de Japeri revela o poder da elite local, produzindo uma narrativa sempre lembrada.

A emancipação dos municípios da Baixada Fluminense resulta de narrativas. O jogo de interesse entre os atores sociais locais, a conjuntura econômica e a construção de uma identidade territorial para forjar a emancipação (Simões, 2007), como ocorreu em Japeri, exemplificam a afirmativa anterior.

O distrito de Japeri pertenceu a Vassouras e a Nova Iguaçu, anexado em 1952. Era um local de passagem e que perdeu importância a partir de mudanças regionais. Sua segunda tentativa de emancipação baseou-se na produção de uma narrativa contrária a Nova Iguaçu. A sede foi descrita como a fonte da drenagem dos recursos do distrito. Este, após a emancipação, seria capaz de gerir os recursos advindos dos governos estadual e federal. Deste modo, como narrativa, toda a carência de Japeri provinha de Nova Iguaçu, da qual, então, a localidade devia se separar. Simões (2007, p.158):

É interessante notar que o discurso dos panfletos faz questão de mencionar a cada parágrafo, o nome das localidades que constituem o distrito, como Engenheiro Pedreira, Pedra Lisa, Santo Antônio, Rio D'Ouro etc., dada a fragilidade das relações sociais, econômicas e políticas entre essas localidades e Japeri, expressa numa malha viária de péssima qualidade e que facilitam muito mais as ligações entre elas, principalmente com Engenheiro Pedreira, do que com a sede.

A ausência de uma identidade local, explicitada pela necessidade de listar os bairros para forjar unidade, visando a emancipação, confirma que a narrativa já não é mais elemento de união e formação de uma coletividade, como postulava Benjamin (Fernandes, 2019). É a construção de um ideário político de um grupo social. Japeri realiza um plebiscito e em 30 de junho de 1991 é declarado município. Dois anos depois é eleito o prefeito, o vereador Carlos Moraes, articulador da campanha pró-emancipação (Simões, 2007).

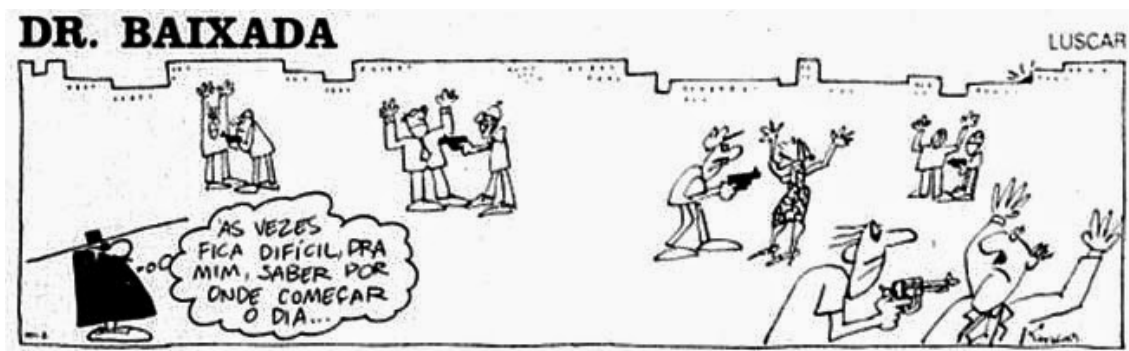
A imprensa produz narrativas sobre a Baixada Fluminense. Estas enfatizam a violência e a precariedade, sobretudo no período de 1950 a 1980. A chegada de migrantes nordestinos, entre outros, coincide com o aumento dos conflitos pela terra. Os posseiros começam uma organização social para resistir às tentativas de expulsão. Os conflitos são publicados em jornais e a Baixada é chamada de “Nordeste sem seca” “ou barril de pólvora.” (Enne, 2004).

As representações sobre a região produzem uma imagem, repercutida e assimilada, muitas vezes, pelos próprios moradores. Esta reflexão é importante, tendo em vista que a pesquisa é, também pedagógica. Os alunos levam as representações do que é ser um morador da Baixada ou de Japeri para a sala de aula e, por consequência, as relações de afeto (no sentido de como são afetados) e de pertencimento ao território. Alves (1998, p.154).

As revelações produzidas pelas investigações farão com que a imprensa funcione ao mesmo tempo como elemento de segregação da Baixada, identificando-a como outra sociedade, terra sem lei, lugar onde a feiura se associa ao crime ou câncer vizinho, e como instrumento de pressão no aprofundamento das investigações promovidas pela Delegacia de Homicídios. Uma ambiguidade que se estabelece entre a solidariedade e a rejeição.

A construção da Baixada de violência, sem considerar outros aspectos regionais, é consolidada por meio dos ‘pistoleiros’ e dos grupos do extermínio. O cartunista Luscar criou o Dr. Baixada na década de 1980 para ironizar o “Mão branca” e o Esquadrão da Morte (Enne,2004). A charge era publicada no Jornal do Brasil.

Figura 2: Charge criada pelo cartunista Luscar.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/rrqsfplNnMZgAimN9>, acesso em 25/6/2025.

A narrativa de violência, ‘feiura’ e de desordem está ligada aos trabalhadores da Baixada Fluminense, subalternos, que retornam à casa para dormir. São as cidades-dormitório, cujos moradores não vivem o dia a dia e os possíveis atrativos da cidade, pois estão ocupados em sobreviver. Desta forma, a construção de memória e a valorização dos patrimônios culturais locais são impensáveis diante das narrativas consolidadas. Então, é preciso produzir novas narrativas e questionar quem as constrói.

A abertura política e o fortalecimento dos movimentos sociais, junto à igreja católica viabilizaram uma mudança na visão sobre a Baixada Fluminense em meados da década de 1980 e início de 1990(Enne,2004), embora a violência permaneça como tema central. Observa-se que é no mesmo período que a constituição federal amplia o conceito de patrimônio cultural. Na região, a cultura começa a ser valorizada como meio de transformação social, inclusive para fins turísticos e novos narradores emergem.

Na perspectiva da maior participação da sociedade civil organizada após a redemocratização, as narrativas locais sobre o cotidiano e os problemas do mundo do trabalho adquirem visibilidade. O Jornal da Baixada, criado em 1979, por um grupo de pessoas leigas revelou-se, de certa maneira, um movimento social, que expressava as demandas do povo. Era uma publicação alternativa, escrita por pessoas com engajamento político oposicionista, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Senra e Andrade (2024, p.55, grifo meu):

Sem negar em nenhum momento, as difíceis condições de vida dos cidadãos da Baixada Fluminense, o Jornal da Baixada construiu uma *narrativa* que valorizou aquilo que a imprensa não priorizava: a possibilidade de transformação da região como resultado de mobilização e da ação política dos próprios moradores e trabalhadores.

O Jornal da Baixada, de vida curta (1979-1980), registrou a existência de mobilizações sociais, associações de moradores e sindicatos. Cabe mencionar que a sociedade de lavradores de Pedra Lisa foi anterior a este movimento, existindo desde a década de 1950 e agregando, posteriormente as demandas urbanas.

O Correio da Lavoura, importante jornal criado em Nova Iguaçu, em 1917, é fonte histórica desde os tempos da citricultura. O jornal registra o conflito entre lavradores e fazendeiros de gado, em Nova Iguaçu. Bastos⁹ (2022):

Deve haver compreensão entre lavradores e criadores”. Diz o jornal que, após a crise da laranja por conta da Segunda Guerra Mundial, os criadores de gado viram um momento oportuno para se estabelecerem em Nova Iguaçu. “Muitos deles [antigos laranjais] passaram a ser pasto para o gado de fulano e beltrano, que não possuem terras, mas aproveitam com muito gosto as que foram desprezadas por seus donos” (CORREIO DA LAVOURA, 18/08/1946).

O site Japeri online, pioneiro na comunicação virtual no município, é uma forma de registro do cotidiano da cidade que produz memórias. Desde 2004, o site tem o compromisso de divulgar, positivamente, a cidade. Aguilar (2022), criador do site e morador de Japeri, registrou os relatos das reportagens e eventos da cidade ao longo dos 18 anos de vida do jornal em um livro, editado por meio da lei Aldir Blanc.

No site, há uma seção sobre a memória de Japeri. A entrevista concedida por dona Alexandrina Morado, comerciante portuguesa proprietária de uma padaria tradicional no centro de Engenheiro Pedreira traz memórias da cidade da década de 1970. A senhora comenta sobre

⁹ Bastos (2022) apresenta abundante pesquisa em jornais e demais publicações sobre os conflitos fundiários na Baixada Fluminense e na Pedra Lisa.

o estranhamento quando chegou a Engenheiro Pedreira, pela rodovia Presidente Dutra. A entrevistada comenta que ainda em Portugal, ouvia relatos de riqueza no Brasil e quando chegou acompanhando o marido, viu ruas empoeiradas e pobreza, mas nunca se arrependeu de ter vindo por estar junto ao esposo. A praça Olavo Bilac era o ponto de encontro das pessoas. (JAPERI, 2025).

Na cidade acontecia o desfile cívico, que reunia muita gente. Todos arrumados, mesmo com trajes humildes. Havia pouco comércio e por isso a população precisava ir a Nova Iguaçu.

A senhora narra a falta de água durante o governo de Chagas Freitas (1971-1975/1979-1983). Na década de 1970, havia três linhas de ônibus; uma para Nova Iguaçu, outra para Jaceruba e a terceira para o Guandu. A entrevistada comenta que observava o trem chegar lotado. Os trabalhadores desciam e andavam muito a pé para suas casas. Havia uma passagem de nível onde atualmente é a passarela da estação de trem de Engenheiro Pedreira. Havia táxis para levar para o interior.

As lembranças da Dona Alexandrina compõem uma narrativa em extinção. A imigrante portuguesa olha para o que viveu e transmite aos ouvintes de modo artesanal, tecendo relações entre a coletividade e a cidade. É uma narradora, no sentido que Benjamin preconizou (Fernandes, 2019). Sua descrição também permite a observação da paisagem cultural, conceito abordado mais adiante.

O registro das memórias da Dona Alexandrina e de Engenheiro Pedreira do passado, por meio da narrativa, contribui para ampliar o conhecimento sobre o município. A cidade é representação. A imagem que os moradores fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidadania (MENESES, 2006). Neste sentido o site Japeri Online é uma narrativa alternativa com pretensão de mudar a imagem da cidade.

Lima (2022, p.18)

O lançamento do site Japeri Online é um grande passo para o município mudar a injusta imagem de cidade miserável. [...] Enfim, Japeri há 12 anos atrás era uma Japeri esquecida do mundo e hoje faz parte da realidade do Estado do Rio de Janeiro. Este site é o segundo passo para que Japeri seja reconhecida, pois o primeiro passo já foi dado!

O presente trabalho não objetiva aprofundar a temática da narrativa na imprensa, porém o enfoque teve por finalidade refletir sobre a construção de um discurso em um contexto espaço-temporal. A partir desta reflexão, é possível destacar três aspectos: 1) a importância do 'quem' produz a narrativa; 2) a narrativa é uma forma de registro das experiências vividas; 3) como registro, a narrativa produz memória.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em parceria com as secretarias de turismo dos municípios da Baixada Fluminense, produziu um Inventário turístico (UFRRJ, 2020) considerado, pelo presente estudo, uma fonte¹⁰ de informação sobre Japeri. A cidade, comparada a Queimados e Magé, no estudo de Catramby e Zoain (2020) foi avaliada por 75% de seus moradores como insatisfatória, no que tange à infraestrutura turística.

Os volumes 2 e 3 do inventário apresentam várias categorias de análise, porém dois foram selecionados por serem pertinentes à área de estudo. Observa-se a presença de equipamentos e atrativos na Pedra Lisa, área de estudo a ser detalhada mais adiante. Assim, no segundo volume, as categorias analisadas são serviços e equipamentos de lazer. No terceiro volume, o presente estudo analisa os atrativos naturais, atrativos culturais e eventos programados.

a) Serviços e equipamentos de lazer

- Parque Marabá
- Estádio Eduardo Viana
- Quadra do Laranjal
- Quadra do São Jorge
- Quadra Poliesportiva José Francisco de Oliveira
- Campo de Golfe (Japeri Golfe Rio de Janeiro)
- Campo da Pedra Lisa
- Campo de Futebol do Ajax
- Campo de Futebol Delamare
- Campo de Futebol Tricampeão
- Campo do Barbará
- Campo do Barcelona
- Campo do Beira Rio
- Campo do Juventude
- Campo do Vila Nova
- Campo Guanabara
- Campo Teófilo Cunha
- Campo de Futebol do Floresta
- Campo do Mucajá
- Campo do Santa Teresinha

¹⁰ Para aprofundamento da temática sobre o inventário de oferta turística em Japeri, consultar trabalho de Musa(2022).

- Rampa de Voo Livre do Pico da Coragem
- Sítio e Bistrô Canaã

b) Atrativos naturais

- Pedra Lisa
- Pico da Coragem
- Cachoeira de Santo Antônio
- APA (Área de proteção ambiental) do rio Guandu
- APA da Normandia
- APA Pedra Lisa
- APA Pico da Coragem
- ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) das Maritacas
- ARIE do Citrópolis
- Parque natural Municipal de Japeri
- Refúgio da Vida Silvestre Municipal das Capivaras
- Refúgio da Vida Silvestre Onça Parda
- RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Sítio Cacique

C) Atrativos Culturais

- Estação Japeri
- Instituto Evangélico Pastor Augustinho Valério de Souza
- Paróquia Nosso Senhor do Bonfim
- Paróquia Nossa Senhora da Conceição
- Cemitério Municipal de Japeri
- Caminho da Coragem
- Ponte Balança, mas Não Cai
- Ponte Férrea sobre o Rio dos Poços
- Biblioteca Pública Municipal Carlos Souza
- Centro Cultural Deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães
- Sala popular de Cinema Anselmo Duarte
- Espaço Cultural Código
- Projeto Castelo Forte
- Banda Mirim Pastor Aristides Arruda

- Corporação Musical Professor Amaury (COMUPA)
- Grupo Cultural Ubuntu

A observação da lista permite duas considerações. A primeira é o excessivo número de campos de futebol como equipamentos de lazer e seu mau estado de conservação, conforme informações do inventário (UFRRJ,2020). A segunda é a multiplicação das Áreas de Proteção Ambiental e de outras categorias de conservação, tema que ratifica o olhar para a Baixada Verde e seu potencial turístico do uso sustentável, sendo necessário avaliar a infraestrutura e acessibilidade (Catramby e Zoauin, 2020).

Para a descrição da área de estudo, a ser aprofundada no capítulo seguinte, é pertinente apresentar outras narrativas, produzidas em Japeri, sempre refletindo sobre quem as constrói. Em 2023, a secretaria municipal de educação realizou um concurso de redação¹¹, cujo tema foi “Japeri: lendo, aprendendo e escrevendo.”

Na ocasião, a professora, autora deste trabalho, foi convidada para conversar com colegas da rede a fim de divulgar o concurso. O tema orientador da fala foi “Cruzando olhares, (re)produzindo narrativas e ensinando por meio dos espaços da cidade.” A exposição oral apresentou o conceito de referência cultural.

Por meio de uma oficina (anexo A), os professores foram estimulados a refletir sobre a cidade de Japeri, por meio de diferentes narrativas, pesquisadas na internet. Também foram utilizadas imagens simbólicas do município, como da estação ferroviária. O objetivo era destacar a importância das inúmeras narrativas que podem ser contadas - não apenas uma - e como ensinam sobre a cidade.

O resultado foi a sensibilização dos professores, que narravam suas próprias memórias, lembrando das histórias que os pais contavam e das transformações ocorridas no município. Por sua vez, os docentes não – residentes da cidade reivindicavam que estas memórias estivessem registradas numa publicação para fins pedagógicos porque são restritas no presente e desaparecerão para as gerações futuras, engendradas na modernidade. A este respeito, Benjamin afirma:

Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. [...] Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal

¹¹ O concurso de redação promovido pela prefeitura, que também pode ser feito no âmbito de uma escola ou da sala de aula promove a educação patrimonial, tema a ser desenvolvido no capítulo 4. Neste capítulo, cabe sua menção como uma forma de narrativa e para refletir sobre a seletividade e as influências sobre estas. As memórias dos professores e a produção dos alunos são um recorte do contexto no qual vivem, das experiências, dos afetos e isso deve ser considerado. No concurso, cada produção vem de uma escola localizada em bairros diferentes.

maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las”, escreveu Benjamin. (BENJAMIN, 1987, p.215).

A citação de Benjamin também se refere ao narrador, que desaparece por conta da idade avançada e de não ter para quem contar as suas histórias. Por isso, a importância da prática do ouvir e do estímulo para o registro, conforme realizou o site Japeri Online com a Dona Alexandrina.

O concurso de redação, cujo título remete à produção de narrativas dos alunos da rede municipal (crianças, jovens e adultos) de todas as escolas da cidade, premiou alguns trabalhos, em duas categorias – desenho, para alunos de Ensino Fundamental I e redação, para alunos do Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos. A produção discente dos ganhadores foi cedida à pesquisadora, autora deste estudo, que selecionou alguns para observação.

A partir dos olhares¹² dos estudantes, o município pode ser definido de modo plural e por intermédio de narrativas alternativas. Deve ser observado que a maioria dos locais retratados constam no inventário de oferta turística.

A percepção do município visto de cima, a partir da asa delta, oferece a visão da paisagem, formada pelo rio Guandu, pelo ordenamento do solo, com áreas verdes margeando o rio e poucas residências.

A rampa para a atividade esportiva de voo (asa delta, parapente ou voo livre) está localizada no Pico da Coragem. Este é um ponto de interesse turístico da cidade. Situado a 380 metros de altitude, é possível acessá-lo por meio do Caminho da Coragem, estrada íngreme e de terra, mais bem percorrida de veículo com tração. A atividade atrai pessoas da cidade e praticantes do esporte de todo o Rio de Janeiro.

¹² A pesquisadora não teve acesso às atividades preparatórias da tarefa, por exemplo, a fala do(a) professor(a), as características dos alunos e da turma ou a motivação para a realização dos desenhos ou da redação. Por isso, admitimos que a produção foi livre, orientada apenas pelo título da atividade e de uma breve explicação do professor.

Figura 3: Japeri segundo um aluno – voo de asa delta.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED – CESSÃO, 2023).

O Pico da Coragem pode ser compreendido não somente como um ponto turístico ou de lazer para as famílias. Nesta perspectiva, o estudo o caracteriza como um patrimônio possível. Não se trata de generalizar o conceito de patrimônio cultural (GONÇALVES, 2002), mas de ressaltar o valor do bem, neste caso, natural, para a sociedade local e para a sua identificação com o território. Acrescenta-se, a função social do patrimônio sobretudo para os territórios marginalizados, como o de Japeri. Assim, ele é referência de um grupo e deve servir para ampliar o desenvolvimento social da coletividade (CHUVA, 2020).

Figura 4 – O pico da coragem como um ponto turístico, segundo uma aluna.

FORMULÁRIO DE REDAÇÃO

Instruções: Faça uma redação sobre o ponto turístico:
"PICO DA CORAGEM".

Minha história

Pico da coragem, meu lugar de paz, vivo lá desde bebê, fui criada na natureza mais linda da Japeri, lugar onde você chega e descansa, se banha nas águas da cachoeira, poucos conhecem como estrada Santa Tereza. A vista é maravilhosa de dia, e de noite é mais lindo ainda, cara nunca vi vista tão linda como aquela, todas as luzes brilhando lindamente, eu simplesmente amo aquele local, estrada de pedra, árvores, barulho da cachoeira, ar fresco, rampa de voo livre, realmente aquele lugar me traz paz, esqueço todos os problemas, hoje tenho 18 anos, mas não tenho vergonha de dizer que moro lá, até hoje lá tem tantos lugares incríveis, sou apaixonada no famoso ponto turístico, muitos turistas visitam lá, e me perguntam se eu conheço bem o local, e eu tenho orgulho de dizer e ensinar como chegar no local certo. Eu fiz esse texto para finalmente alguém conhecer um pouco da minha história.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED, 2023).

Como um patrimônio possível, ao Pico da Coragem são atribuídos valores afetivos e de memória na narrativa da aluna (figura 5). Ela estabelece vínculos com o bem ao afirmar que visita o local desde criança. Também o conhece¹³ em detalhes ao localizá-lo e descrevê-lo com entusiasmo. A estudante cita a presença de turistas, aos quais auxilia para chegar ao destino. Por fim, as relações afetivas e identitárias com o Pico da Coragem a fazem confundir o lugar com a sua própria história, reinvidicando reconhecimento para ambos.

O relevo compõe a paisagem de Japeri. A Pedra Lisa e o Pico da Coragem não são os únicos elevados atrativos da cidade, embora sejam os mais conhecidos. O Morro do Cruzeiro também é um local de altitude média, no qual há uma escola e de lá é possível avistar uma ampla área. A Figura 3 também relaciona o município ao relevo. Não é sabido qual topografia o aluno representou, mas ele se insere na paisagem, atribui valor estético e ressalta a 'natureza'.

¹³ A vivência da aluna no Pico da Coragem, com conhecimento advindo da experiência, pode ser transformada em educação patrimonial para fins turísticos. Pelo relato da adolescente, pode-se inferir que não há informações turísticas suficientes para orientar os visitantes, como indica o inventário turístico. Portanto, com uma formação, a estudante pode potencializar sua paixão pelo local aliada à geração de renda. A propósito, no ano de 2024 a Secretaria Municipal de Turismo e Lazer criou o projeto "Meu turismo", que levava uma palestra para as escolas da rede, com o objetivo de apresentar os atrativos da cidade. (fonte: INSTAGRAM?), mas a pesquisadora desconhece projetos de formação de guias turísticos na cidade.

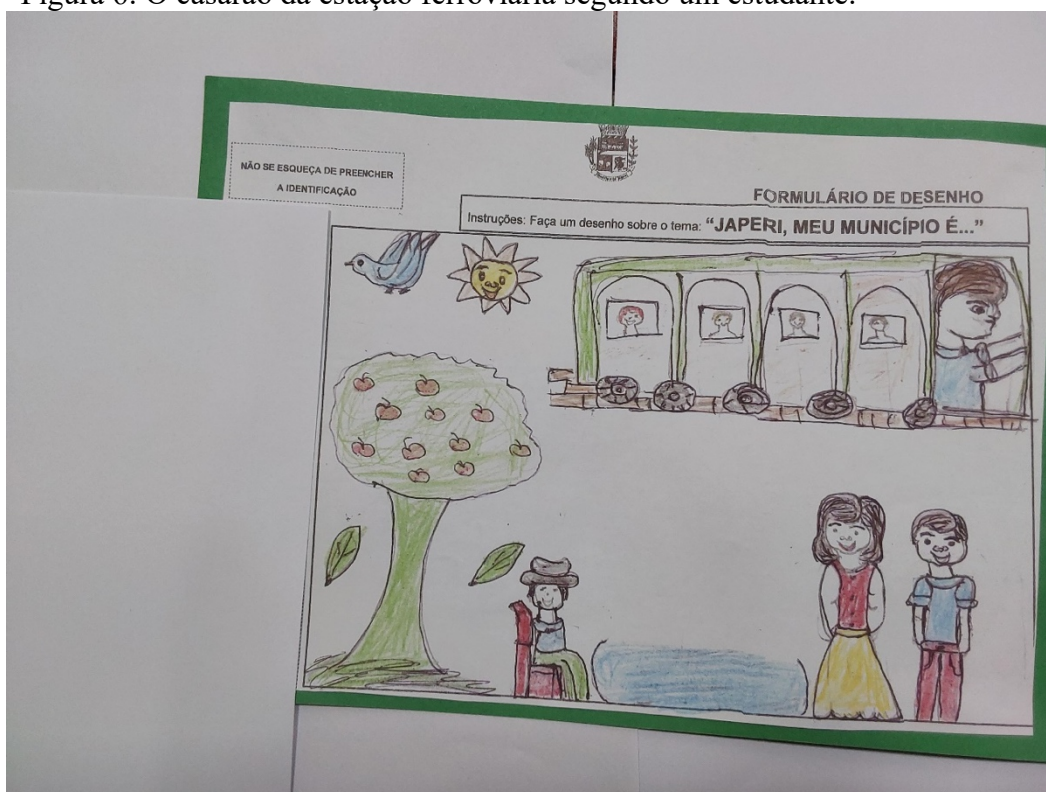
Figura 5: Japeri segundo um aluno – o relevo.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED – DOAÇÃO, 2023).

No concurso, a cidade não é vista apenas pelos seus aspectos naturais. O modo de vida e as relações afetivas existem no território. O trabalho é um componente importante para a sobrevivência da família (Figura 4). O trem é representado como o local de trabalho do pai. Este meio de transporte é muito presente na vida da cidade, quase desde a sua fundação.

Figura 6: O casarão da estação ferroviária segundo um estudante.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED – DOAÇÃO, 2023).

O casarão da estação ferroviária de Japeri, um prédio em estilo enxaimel, foi construído para a inauguração da estação em 1858. Ao longo do tempo e do crescimento populacional do município integrou a paisagem urbana. É um lugar de memória.

Nora (1993) afirma que a função de um lugar de memória é parar o tempo. Em outras palavras, é trazer o ‘passado’ para o presente, de modo que aquele conviva com o novo. Desta forma, o casarão da estação ferroviária de Japeri é um ‘objeto-testemunho’ que remete a tempos e costumes distintos e à pujança da história econômica e política nacional. E por essa razão integra a lista do patrimônio ferroviário do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

A preservação do casarão é uma responsabilidade do IPHAN, herdada do desmantelamento da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), após o processo de privatização. Campos (2017) afirma que o órgão de preservação herdou um enorme, diverso e complexo espólio a ser protegido. Por isso, criou formas de tutela, além do tombamento. Uma delas é a valoração, atribuída aos bens ferroviários integrantes da Lista de Patrimônio Ferroviário.

A narrativa da(o) estudante ilustra a importância histórica do casarão para a cidade de Japeri (Figura 4). Em 2020, após restauração feita pela Supervia, a antiga estação sofreu um incêndio e foi totalmente destruída. Mesmo antes do acidente, o prédio restaurado permanecia fechado e isolado do público por meio de tapumes. Tal isolamento provoca curiosidade na estudante, que deseja conhecer o interior da construção. Por esta razão, representantes da sociedade civil e políticos pediam a abertura do casarão para abrigar um centro cultural, o que ainda não ocorreu.

A relação da(o) estudante com o patrimônio ferroviário causa uma observação. A maneira como ela valoriza o tempo histórico e reflete sobre a preservação da forma do prédio sugerem um entendimento do que seja um patrimônio, embora ela não utilize o vocábulo.

A carta de Quebec (ICOMOS, 1998) apresenta a importância da preservação do espírito do lugar como uma forma de manutenção da vida cotidiana, dos usos e do ir e vir dos habitantes. Em diálogo com a carta, a narrativa do(a) aluno(a) parece compreender o ‘espírito do lugar’, com a sua história, mas o seu não uso com atividades culturais ou simples abertura mantém o casarão distante da vida cotidiana. Campos (2017) contribui para esta reflexão ao sugerir que a vida precisa ‘atravessar’ o patrimônio e ser modificada por ele para que assim possa a ser, de fato, um patrimônio para os moradores. Em outras palavras, a qualidade do transporte ferroviário precisa melhorar para que todo o contexto¹⁴, inclusive a paisagem, adquira outro significado.

¹⁴ O Índice de desenvolvimento humano municipal de Japeri (IIDHM) é de 0,659, o correspondente ao octogésimo terceiro lugar no ranking dos noventa e dois municípios do Rio de Janeiro, ou seja, há muitos problemas sociais que reduzem drasticamente a qualidade de vida, dentre os quais as dificuldades de mobilidade urbana.

Figura 7: O casarão da estação ferroviária segundo um estudante.

The image shows a handwritten student essay on a red-lined form. At the top center is a small crest. Below it, the title 'FORMULÁRIO DE REDAÇÃO' is printed. The instructions read: 'Instruções: faça uma redação sobre o ponto turístico: "JAPERI: LENDO, APRENDENDO E ESCRREVENDO"'. The student's title is 'O Casarão de Japeri'. The text is written in three paragraphs, all underlined. The first paragraph describes the station as a historical place. The second paragraph mentions a fire and subsequent reforms. The third paragraph expresses a desire to know more about the building's history and its significance to the city and school.

FORMULÁRIO DE REDAÇÃO

Instruções: faça uma redação sobre o ponto turístico:
"JAPERI: LENDO, APRENDENDO E ESCRREVENDO"

O Casarão de Japeri

Bom, uma coisa que todos sabem é que a Estação Ferroviária de Japeri é um lugar histórico. Mas o que me deixa ainda mais feliz é saber que este lugar muitos e muitos anos existe.

Mesmo depois de ter sofrido um incêndio anos atrás, está de pé, passou por reformas mas manteve o formato original.

E tenho muita vontade de conhecer por dentro, curiosidade mesmo! Desejo que ao longo dos anos, depois de muito tempo que esta Estação ainda esteja lá, preservada. Este casarão é tão importante para a nossa cidade, que é símbolo oficial do Município e está no brasão que fica na bandeira do nosso município, no nosso uniforme da escola... e isso é só parte história.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SEMED – DOAÇÃO, 2023).

As narrativas são construídas constantemente por diferentes agentes sociais. A seção apresentou os discursos jornalísticos de reforço da subalternidade do território de Japeri, associado à violência. Tais narrativas ainda são frequentes, mas convivem com outras, produzidas pela sociedade civil, a exemplo do site Japeri Online e das produções dos estudantes do concurso.

A prefeitura, como uma representante do Estado, realiza uma leitura sobre o território, valorizando partes dele em detrimento de outras, para fins econômicos e políticos (anexo). O reconhecimento dos bens culturais como patrimônio depende das narrativas construídas, dentre elas a da gestão pública.

Neste contexto, deve-se lembrar que, para os moradores, a melhoria da qualidade de vida reverbera no campo patrimonial (CHUVA, 2020) e identitário, mais do que ações pontuais.

A seção nos permite afirmar que os professores são narradores, no sentido benjaminiano. Eles mediam a relação dos estudantes com a realidade, imprimindo as suas experiências de vida. Os conteúdos selecionados e a abordagem em sala de aula, a exemplo da orientação para a participação no concurso ou do enfoque dado aos desenhos produzidos pela prefeitura (anexo B), influenciam na formação dos cidadãos. Narrativas são um recorte da realidade, cujos vínculos do sujeito com o território expressam as escolhas do *que* e *como* contar suas histórias. Assim, como quais bens e memórias preservar ou destruir.

O próximo capítulo é dedicado à narrativa sobre a Pedra Lisa, como um patrimônio cultural, de modo particular. A autora da pesquisa escolheu este recorte, em razão de seus aspectos naturais e culturais que, combinados, produzem uma paisagem cultural convidativa para explorações geo-histórias e pedagógicas, assunto abordado no capítulo quatro. Acrescentam-se a isto, os vínculos e as experiências pessoais estabelecidas com o lugar, fato citado para ratificar a importância das relações afetivas na construção de uma narrativa para um patrimônio possível.

CAPÍTULO 3 – A PEDRA LISA: UM PATRIMÔNIO CULTURAL POSSÍVEL E UMA PAISAGEM CULTURAL A SER DESCRITA

O capítulo apresenta a área de estudo. A pesquisa busca trazer diversos elementos para observação e diálogo com o tema do patrimônio. Inicialmente, uma visão panorâmica e, com fontes recentes de informação, contribui para a configuração plural da área no imaginário do leitor. Acrescenta-se, uma breve revisão bibliográfica do conflito fundiário ocorrido na Pedra Lisa, durante a ditadura militar e que marcou a sua existência. O trabalho de campo realizado na área central da Pedra Lisa e no seu entorno é um instrumento de observação participante para a descrição da paisagem cultural.

3.1. Apresentação da Pedra Lisa como um patrimônio cultural possível

A Pedra Lisa é um bairro do município de Japeri, localizado a cinco quilômetros do centro de Engenheiro Pedreira e a dez quilômetros de Japeri, os dois maiores núcleos urbanos do município. O bairro possui saída para a estrada Ary Shciavo, que faz ligação com Japeri e para a rodovia Raphael Almeida Magalhães (Arco Metropolitano), ou seja, é uma localidade com acesso aos grandes centros.

O atual plano diretor da cidade (Japeri, 2019) estabelece alguns aspectos do ordenamento municipal, importantes para a caracterização da área de estudo. Dentre os quais, é oportuno destacar aqueles diretamente pertinentes à pesquisa.

A tabela 4 informa que a Pedra Lisa se localiza numa Macrozona Urbana Rural (MZUR), que são as áreas de ocupação urbana, com clara característica de ocupação rural, determinada pelo baixo adensamento urbano e pela presença, predominante, da atividade produtiva rural. O mapa 3 ratifica a baixa densidade demográfica e o crescimento do uso urbano-industrial que, corresponde à Área de Especial Interesse Agrícola, Industrial e Logístico (AEIL), recorte em destaque no território. (JAPERI, 2019).

O cruzamento das informações referentes ao uso do solo, para fins de apresentação da área, revela que embora o plano diretor descreva a presença predominante da produção rural, o mapa 3 atesta o caráter pontual desta atividade econômica, circunscrita a estreitas faixas. Contraditoriamente, a citada representação expressa um amplo perímetro rural, aspecto

importante para a observação das questões patrimoniais ¹⁵, propostas nesta pesquisa. Acrescentam-se a este aspecto, a ampla área destinada a diferentes interesses públicos e de sobreposição territorial.

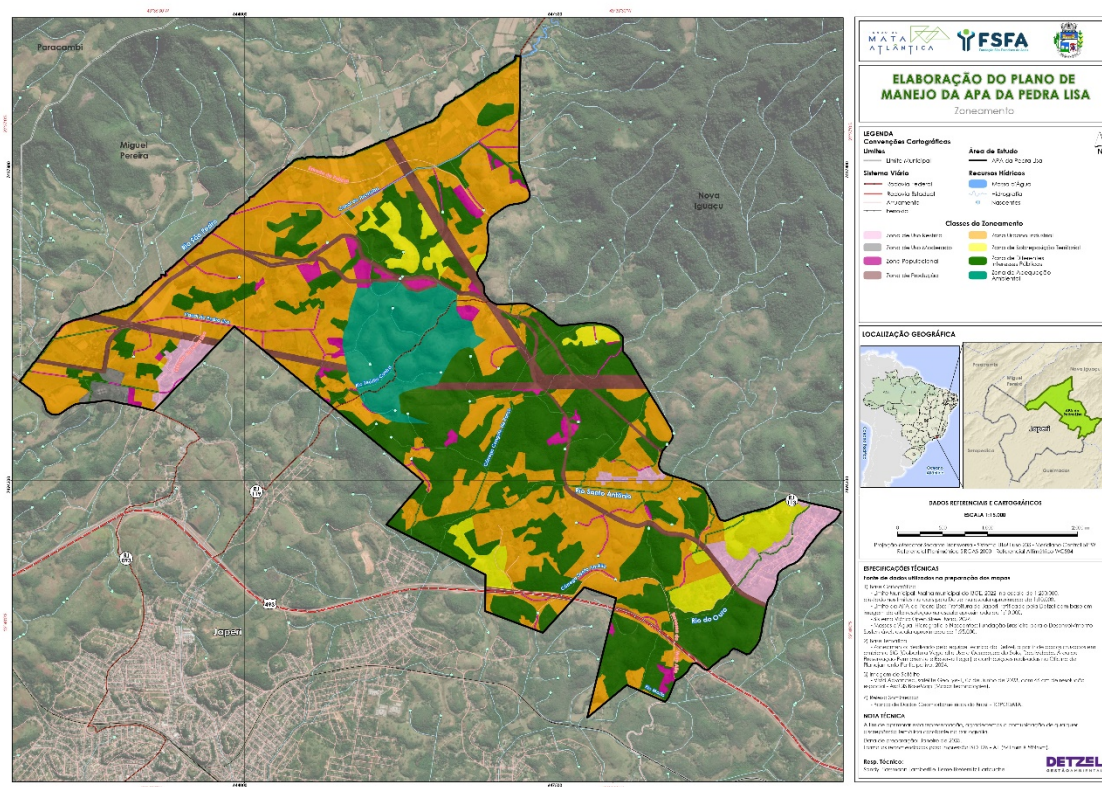
Tabela 4 – Zoneamento e Uso do Solo

ZONEAMENTO E USO DO SOLO			
MESOZONA	BAIRROS	MACROZONEAMENTO	ZONEAMENTO/USO DO SOLO
SUBREGIÃO RIO D'OURO	1. BAIRRO RIO D'OURO	MZURE MZUC MZEU	ZAIL ZRC ZR ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL
	2. ESPERANÇA	MZURE	ZAIL ZR ZONA DE AMORTECIMENTO-REBIO APA-PEDRA LISA ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL
SUBREGIÃO MARAJOARA	1. BAIRRO MARAJOARA	MZUC MZEU	ZAIL ZRC APA-GUANDÚ
	2. SÃO COSME E SÃO DAMIÃO	MZUC MZEU	ZAIL ZRC ZR
SUBREGIÃO PEDRA LISA	1. PEDRA LISA	MZURE	AEIL ZONA DE AMORTECIMENTO-REBIO APA-PEDRA LISA ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL
SUBREGIÃO TEOFILO CUNHA	1. TEOFILO CUNHA	MZURE MZEU	ZR ZRC ZONA DE AMORTECIMENTO-REBIO RPPN SÍTIO CACIQUE PARQUE NATURAL MUN. DE JAPERI APA-PEDRA LISA ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL
	2. SANTO ANTONIO	MZURE	ZR ZAIL ZONA DE AMORTECIMENTO-REBIO APA-PEDRA LISA ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL
	3. SANTA AMELIA	MZEU	ZAIL ZRC ZONA DE AMORTECIMENTO-REBIO APA-PEDRA LISA ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL
SUBREGIÃO GUANDU	1. GUANDÚ	MZEU	ZRC ZT APA-GUANDÚ
	2. GRANJA	MZEU	ZAIL ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL APA-GUANDÚ
	3. BANANAL	MZEU	ZR ZAIL ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL APA-GUANDÚ

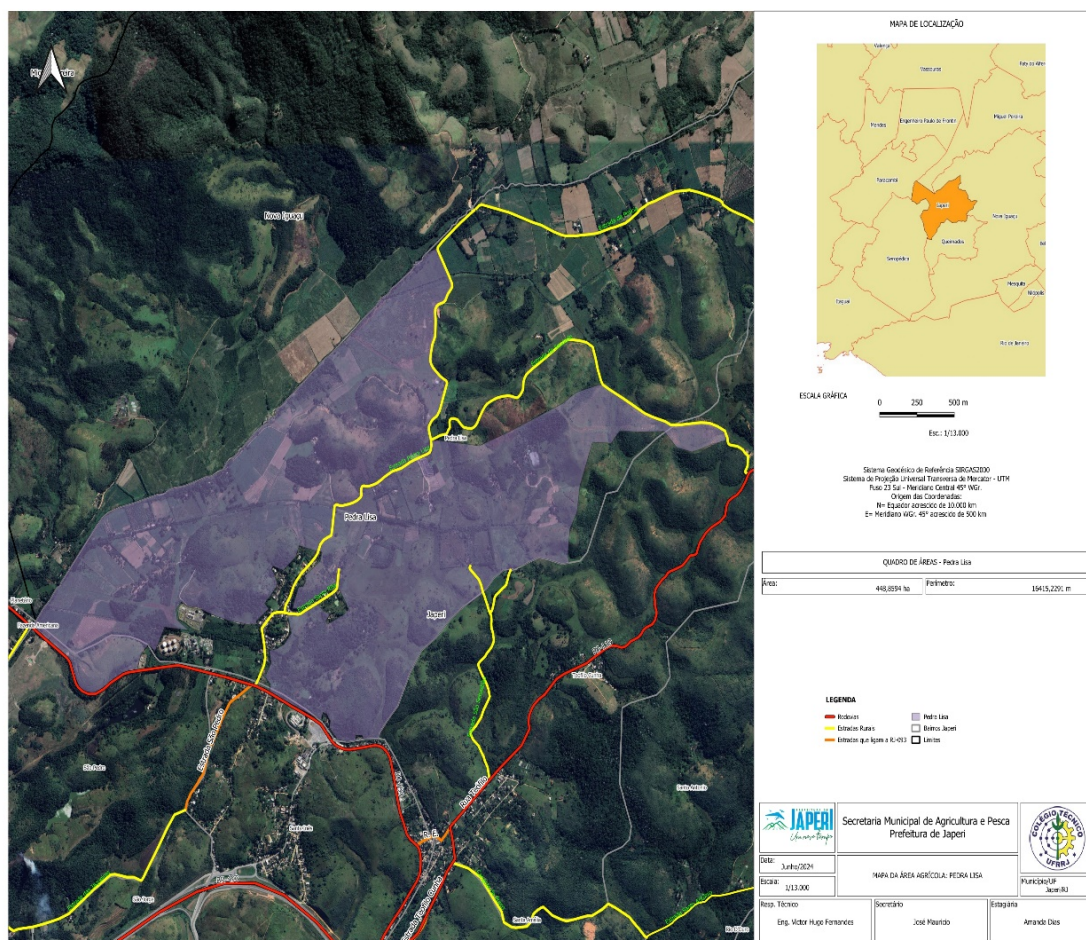
Fonte: Plano diretor. Disponível em: <https://www.japeri.rj.gov.br/>

¹⁵ O objeto de estudo não é o uso do solo nem propõe discutir as transformações econômicas da Pedra Lisa. No entanto, estes elementos, direta ou indiretamente, causam impactos na dimensão cultural do território. Também dialogam com os agentes sociais, dentre os quais o Estado, os agricultores, os empresários que formam um sistema de forças atuante no campo patrimonial.

Mapa 3 – Plano de Manejo da APA Pedra Lisa.



Mapa 4 –Pedra Lisa Zona Rural.



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

A região de estudo possui uma Área de Proteção Ambiental (APA) destinada à preservação da fauna, flora, solo e recursos hídricos, com uso exclusivo de atividades sustentáveis e relativas à preservação ambiental. (JAPERI, 2019, p.26). Em consonância com o plano diretor municipal, foi aprovado um plano de manejo da região. A imprensa noticiou a entrega do documento ambiental (O DIA, 2025). Neste, a APA Pedra Lisa representa 27% do território de Japeri.

O evento contou com a participação de um representante da indústria Granado, atuante no município, do presidente da Fameja (Federação de Associações de Moradores Urbanos e Rurais de Japeri, dentre as quais a Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, de alunos da escola Pedra Lisa, da empresa de turismo de aventura e do poder

público municipal. Estes agentes sociais possuem diferentes intencionalidades, que não são analisadas na presente pesquisa. No entanto, os seus olhares para o território indicam a importância da Pedra Lisa para distintos segmentos sociais.

Japeri celebra avanço ambiental com entrega oficial do Plano de Manejo da APA Pedra Lisa

Cerimônia contou com ações educativas e apresentações culturais

Figura 8: Crianças, jovens e adultos foram recepcionados em estandes interativos de instituições parceiras, como Águas do Rio, Sanear Guandu e a Guarda Ambiental do Inea.



Fonte: <https://www.japeri.rj.gov.br/2025/06/06/japeri-celebra-avanco-ambiental-com-entrega-oficial-do-plano-de-manejo-da-apa-pedra-lisa/>

Japeri - Uma manhã para entrar na história. Assim foi a sexta-feira (06), marcada pela entrega oficial do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Pedra Lisa. O evento reuniu moradores, instituições e autoridades em uma programação vibrante, com atividades educativas, culturais e ambientais, promovendo celebração e conscientização em um único momento. Desde as primeiras horas do dia, crianças, jovens e adultos foram recepcionados em estandes interativos de instituições parceiras, como Águas do Rio, Sanear Guandu e a Guarda Ambiental do Inea. A programação contou com distribuição de mudas nativas, jogos educativos e uma apresentação especial do Grupo Criola, que trouxe muita música e energia ao evento.

Figura 9: A entrega do Plano de Manejo é resultado de um processo participativo, com consultas públicas, reuniões e audiências.



Fonte: <https://www.japeri.rj.gov.br/2025/06/06/japeri-celebra-avanco-ambiental-com-entrega-oficial-do-plano-de-manejo-da-apa-pedra-lisa/>

O Plano de Manejo é o instrumento técnico e legal que orienta o uso sustentável das áreas protegidas. “Ele organiza, protege e promove o uso responsável dos nossos recursos naturais”, destacou a secretária municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Meire Lucy. A entrega do Plano de Manejo é resultado de um processo participativo, com consultas públicas, reuniões e audiências. O documento visa à conservação e ao uso sustentável dos recursos da APA Pedra Lisa, garantindo seu legado para as futuras gerações. Pedro Coutinho Ramos, chefe da APA Pedra Lisa, ressaltou a importância histórica da ocasião. “A APA Pedra Lisa foi criada em 21 de dezembro de 2009. São 2.094 hectares, o que representa 27% do território de Japeri. Hoje entregamos o primeiro Plano de Manejo entre as 10 unidades de conservação do município. É um marco. Esse documento é fruto de muito trabalho e da participação popular”, afirmou. O diretor da empresa Granado, Rodrigo Monteiro, também celebrou a iniciativa. “Temos laços muito fortes com Japeri. São mais de mil pessoas que trabalham na nossa fábrica. Precisamos produzir com segurança e jamais esquecer do meio ambiente. A parceria com a Secretaria da Meire e sua equipe tem gerado resultados importantes”, destacou. Irlaine Alvarenga (Tita), superintendente de Educação Ambiental do Estado, reconheceu o impacto positivo do trabalho desenvolvido. “A educação ambiental transforma. Esse tipo de ação gera impactos reais nas comunidades. Colocamos a superintendência à disposição para apoiar projetos futuros”, enfatizou.

Entre os destaques da programação, a equipe do Game Graft levou tecnologia e entretenimento por meio de jogos eletrônicos. O público também se animou com as atividades de aventura, como o sorteio de descidas de rapel com o instrutor Bruce, da equipe Radical Elite, grupo de ciclismo e trilhas da região. A sociedade civil esteve bem representada, com lideranças como Esdras da Silva, da Comunidade Agrária da região, além dos alunos da Escola Municipal Pedra Lisa, que participaram ativamente das atividades. [...]

Participação popular e emoção

Marilene Vasconcelos, membro do Conselho de Meio Ambiente, se emocionou ao destacar o envolvimento da comunidade. “Precisamos colocar em prática ações concretas. Nosso planeta precisa desse cuidado. Somos vida, e para que ela continue, é preciso preservar”, declarou.

Figura 10: O público também se animou com as atividades de aventura, como o sorteio de descidas de rapel com o instrutor Bruce, da equipe Radical Elite, grupo de ciclismo e trilhas da região.



Fonte: <https://www.japeri.rj.gov.br/2025/06/06/japeri-celebra-avanco-ambiental-com-entrega-oficial-do-plano-de-manejo-da-apa-pedra-lisa/>

A APA Pedra Lisa também é base para os Jogos Campesinos, realizados anualmente entre as sete escolas rurais do município. A iniciativa, em sua terceira edição, sugere o estímulo à identidade rural nas crianças. O texto jornalístico produzido pela Secretaria Municipal de Educação, isto é, pelo poder público, exprime o desejo da atividade inspirar o “amor pelas raízes do nosso campo” e “valorizar nossas tradições”.

Figura 11: 3ª Edição dos Jogos Campesinos.



Fonte: https://www.semedjaperi.rj.gov.br/site/leia_mais&id=1316, acesso em 23/6/2025.

3ª EDIÇÃO DOS JOGOS CAMPESINOS

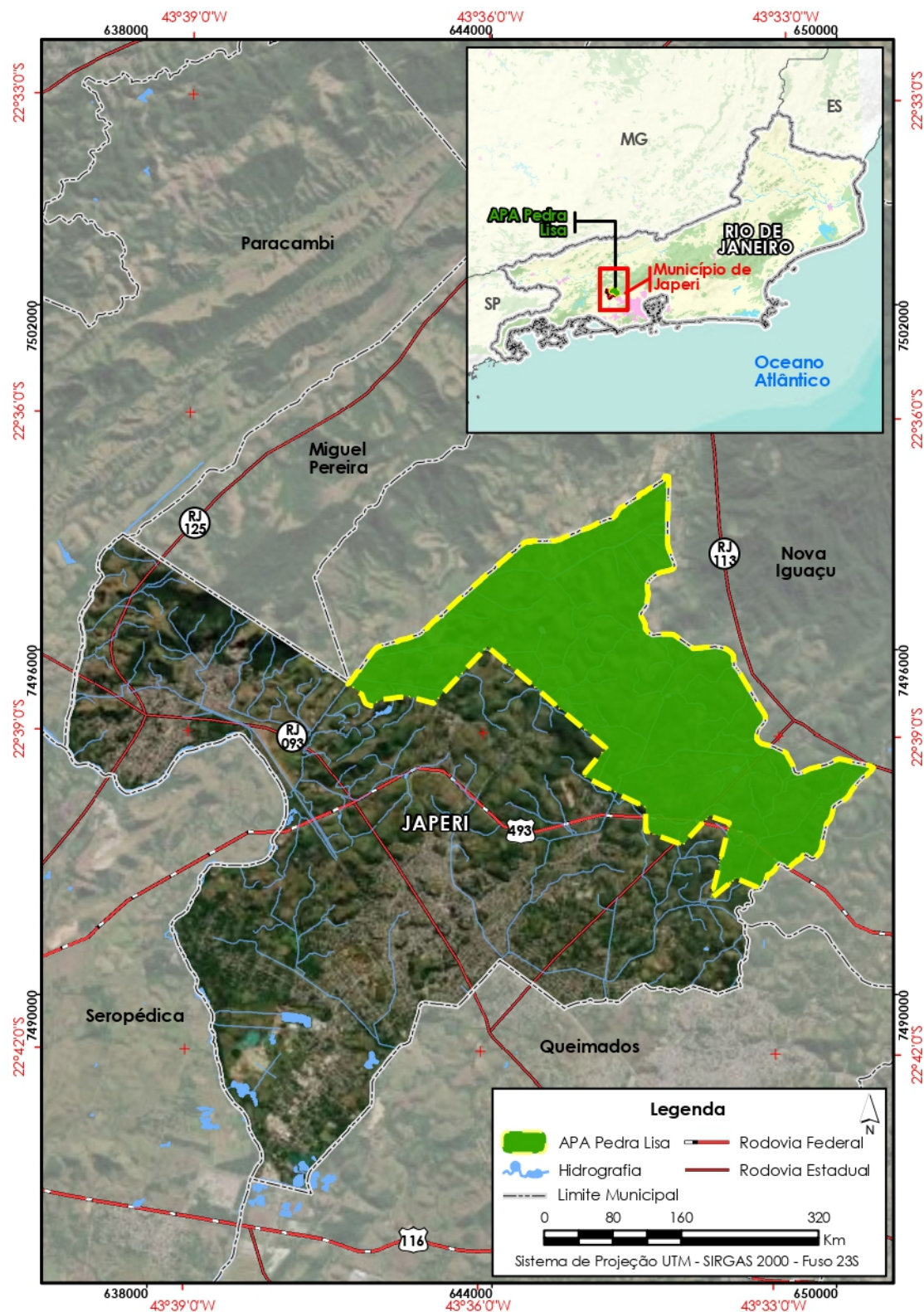
A Secretaria Municipal de Educação realizou nesta terça (17/06/2025) a 3ª edição dos jogos campesinos e agradece, com imensa alegria e gratidão, a todas as escolas do campo que participaram dos Jogos Campesinos, valeu cada esforço! Foi uma verdadeira celebração do esporte, da cultura e da união entre as nossas comunidades rurais. Cada equipe, cada estudante e cada educador contribuíram para o sucesso e o espírito de confraternização que marcaram este evento tão especial! Parabéns pelo empenho, pela garra e pela alegria com que participaram! Que esse momento siga inspirando o respeito, a coletividade e o amor pelas raízes do nosso campo. Seguimos juntos, fortalecendo a educação e valorizando as nossas tradições! Os jogos campesinos aconteceram no **Campo da APA Pedra Lisa** e contou com a presença das 07 escolas do campo da nossa cidade, tivemos ainda a presença de secretários, comunidade local e de toda equipe da SEMED.

Fonte: https://www.semedjaperi.rj.gov.br/site/leia_mais&id=1316, acesso em 23/6/2025.

A Pedra Lisa, no seu aspecto geológico, de relevo acidentado e inserido na área de Mata Atlântica, estimula a ocorrência de atividades turísticas e de lazer. Os mapas da APA Pedra Lisa e Recursos, infraestrutura e atividades turísticas revelam a oferta natural de atrativos. A segunda representação cartográfica apresenta pouca infraestrutura local, a exemplo do Campo do Katuteiro, alguns sítios, padaria e cachoeira. Moraes e Fogaça (2015) realizaram o inventário de ofertas turísticas de Japeri. A Pedra Lisa (Figura 9) é descrita como uma área destinada à

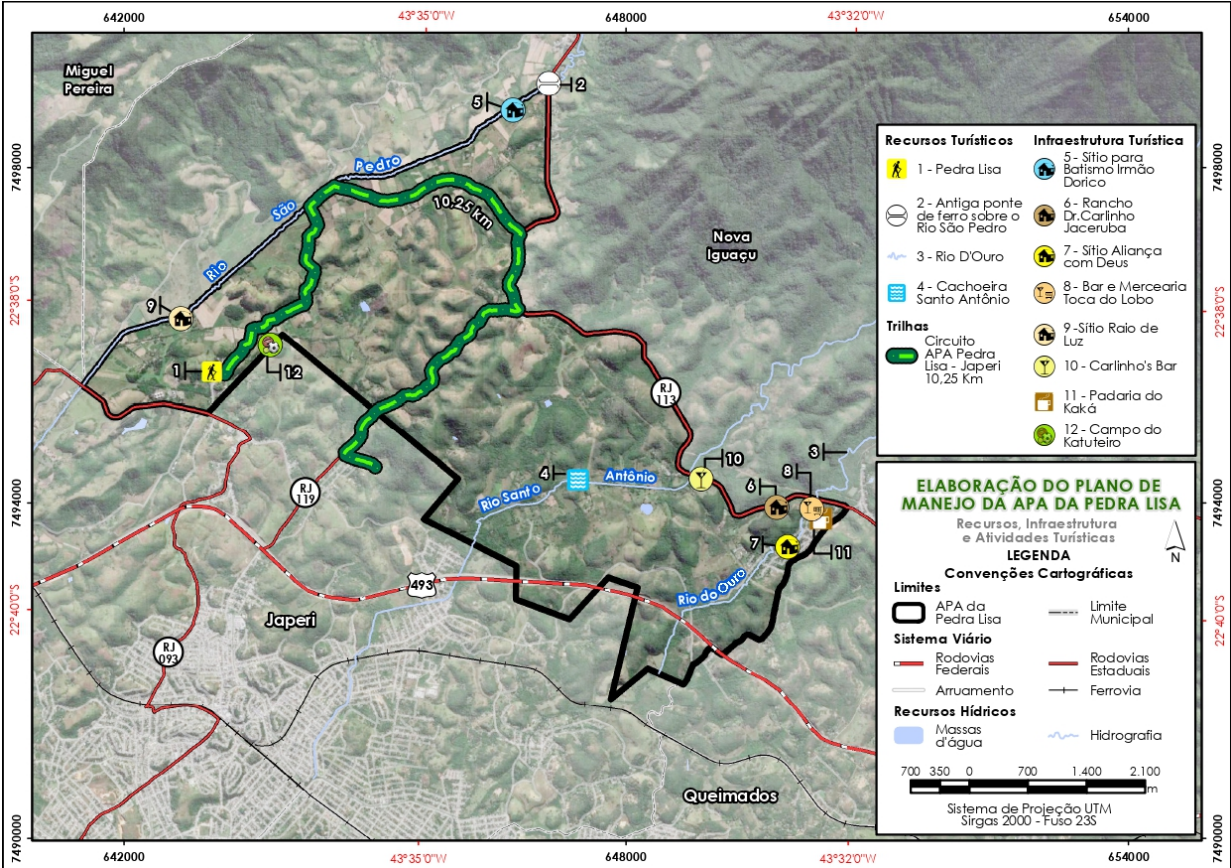
caminhada, rapel e trilha, que não dispõe de instalações, de guias ou integra um roteiro comercial. Seu acesso é livre, gratuito. Não há o registro do fluxo de visitantes.

Mapa 5: Localização da APA Pedra Lisa.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Japeri.

Mapa 6: Recursos, infraestrutura e atividades turísticas.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Figura 12: Pesquisa pelo Campo do Katuteiro no site de busca.



Você quis dizer: Campo do **Catuteiro** - Pedra Lisa, Japeri - RJ

Visão geral criada por IA

Ouvir

O Campo do Katuteiro, também conhecido como Pedra Lisa, é uma área em Japeri, Rio de Janeiro, famosa por suas belezas naturais e atividades de aventura. É um local procurado para rapel, escalada e caminhadas, com destaque para a Pedra Lisa, que é considerada um cartão postal da cidade.

O que torna o Campo do Katuteiro especial:

- **Pedra Lisa:**

É um local conhecido por suas práticas de rapel e escalada, oferecendo adrenalina e contato com a natureza.

- **Trilhas:**

A região possui trilhas como o Caminho da Coragem, que leva ao Pico da Coragem, com cachoeiras e vistas panorâmicas, ideal para caminhadas.

- **Meio ambiente:**

A área da APA Pedra Lisa é protegida, com sinalização para conscientização sobre a importância da preservação ambiental.

- **História:**

A antiga estação de Belém, hoje Estação Ferroviária de Japeri, é um importante patrimônio histórico da região.

- **Atividades:**

Além de esportes de aventura, Japeri oferece outras opções como o Japeri Golfe, que possui uma área de preservação ambiental com reflorestamento e ações de proteção da biodiversidade.

Como chegar:

- A Estrada Ari Schiavo, 1004-1202, leva ao Campo do Pedra Lisa.
- Para quem utiliza transporte público, é possível chegar de ônibus ou trem.

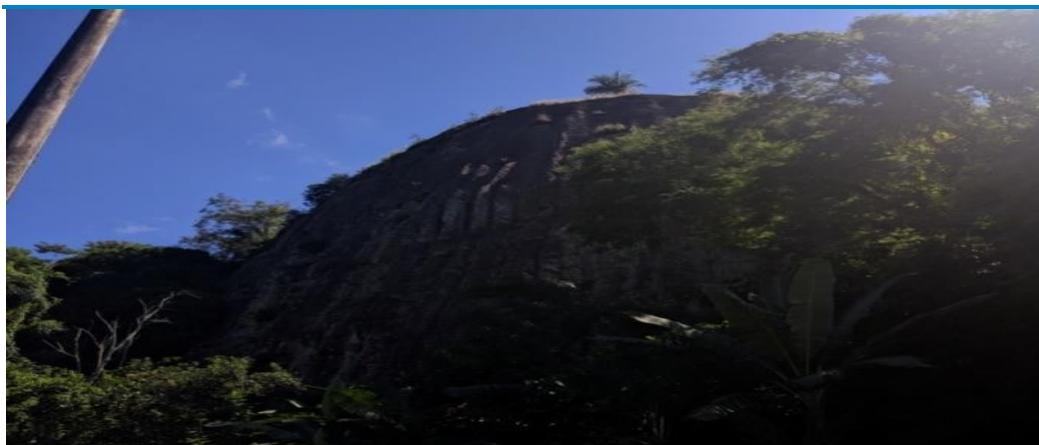
Outras informações:

- A Pedra Lisa é um local de grande importância para a comunidade local, com moradores que valorizam a preservação da área.

- Existem relatos de conflitos pela posse da terra, com moradores enfrentando problemas com grileiros, mas também celebrando a justiça de atos de proteção da região.

Fonte: <https://www.google.com/search?q=Campo+do+Katuteiro>, acesso em 23 de junho de 2025.

Figura 13: Pedra Lisa, segundo inventário de oferta turística.



Fonte: <https://japeri.rj.gov.br/2022/06/29/inventario-aponta-caminhos-para-o-turismo-em-japeri/>

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA – CATEGORIA C1: ATRATIVOS NATURAIS

Categoria: C1 – Atrativos Naturais

Tipo: C.1.1. Relevo Continental

Subtipo: C.1.1.13. Outros

Nome oficial / fantasia: Pedra Lisa

Natureza: Pública

Tipo de organização/instituição: Pública

Entidade mantenedora: Prefeitura de Japeri

LOCALIZAÇÃO E ACESSO

Endereço: Estrada da Pedra Lisa, 337 – Pedra Lisa, Japeri – RJ

CEP: 26450-100

Localização: Urbana

Latitude: 7495541

Longitude: 643095

Ponto de referência: Próxima à Escola Municipal Pedra Lisa

Sinalização de acesso: Sim

Sinalização turística: Sim

Trilha de acesso: Não pavimentada

Extensão da trilha: S/I

Grau de dificuldade: Semipesada

Meios de transporte: S/I

Ponto de ônibus: 500 m

Ponto de táxi: S/I

Distância até:

- Sede do município: 1,1 km
- Estação ferroviária: 5,3 km
- Estação rodoviária: 29 km
- Aeroporto: 62 km
- Estação metroviária: 60 km
- Estação marítima/fluvial: S/I

FUNCIONAMENTO

- **Visitação:** Sim
 - Passeio, aventura, religiosidade
 - Entrada gratuita
 - Visita: não agendada, autoguiada, não guiada
 - Instalações de entrada: Não apresenta
- **Período de funcionamento:** Ano inteiro
- **Funcionamento 24h:** Sim
- **Feriados:** Sim

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

- **Atendimento em língua estrangeira:** Não
- **Informativos impressos:** Não

PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

- **Portal do Município:** <http://www.japeri.rj.gov.br/>
- **Outras formas de divulgação:** Não informado

CARACTERIZAÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO

- **Total anual de visitantes:** S/I
- **Alta temporada (meses e número de visitantes):** S/I
- **Origem dos visitantes (nacional/internacional):** S/I
- **Principal público frequentador:** Moradores

CARACTERÍSTICAS DO ATRATIVO

- **Instalações:** Não apresenta
- **Estruturas e serviços:** S/I
- **Atividades oferecidas:** Caminhada, escalada, observação e rapel
- **Hidrografia:** Não apresenta
- **Flora:** Mata Atlântica (espécies não especificadas)
- **Fauna:** Não apresenta dados
- **Atividade econômica relacionada:** Não apresenta
- **Gestão ambiental:** Não há ações registradas

PROTEÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÕES

- **Certificação/premiação do atrativo:** Não
- **Certificação da área ou edificação:** Não

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- **Conservação:** Bom

ACESSIBILIDADE

- **Facilidades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida:** Não

DADOS DE CONTATO

- **Site:** <http://www.japeri.rj.gov.br/>
- **Telefone / WhatsApp / E-mail / Redes Sociais:** Não informados

RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO E CONFERÊNCIA

- **Preenchimento:**
 - Yasmim Pontes – yasmim.m.c.pontes@gmail.com
- **Conferência:**
 - Josilene Satyro – josilenesatyro@yahoo.com.br
 - Fernando Antônio – farenando@gmail.com
 - Rebeca Braga – rebfbbraga@gmail.com

O panorama apresentado até aqui é incompleto sem a menção à luta pela posse da terra. Esta marcou a organização territorial, inclusive com a criação da escola de alfabetização da comunidade (Aguiar, 2018) e redefiniu os usos do solo na Pedra Lisa. Neste contexto, o plano diretor prevê como política de preservação do patrimônio cultural edificado, considerar as *ambiências rurais históricas como de valor paisagístico e cultural* (Japeri, 2019).

A proteção prevista no plano diretor, pode se referir à escola municipal Pedra Lisa, ao Núcleo Agrário Miguel Couto Filho e à placa de bronze comemorativa da desapropriação das terras. Estes pontos são adotados para o recorte da área de estudo, centrada no entorno da praça como é possível observar na imagem a seguir.

Figura 14: Praça Vermelha, centro da Pedra Lisa. À esquerda a escola municipal. Atrás do ônibus e à esquerda, Núcleo Agrário Miguel Couto Filho.



Fonte: própria autora, em maio de 2025.

Figura 15: Núcleo Agrário Miguel Couto Filho.



Fonte: Própria autora, em maio de 2025.

Figura 16: Placa de bronze comemorativa das desapropriações das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira.



Fonte: Foto da própria autora em maio de 2025.

Estes elementos pertencem a um contexto político brasileiro estudado por Medeiros (2020) e Bastos (2022). Pedra Lisa é um dos lugares mais significativos das memórias dos trabalhadores em suas lutas por terras no Estado do Rio de Janeiro (2020). Em 1948, foi criada a associação de lavradores capaz de enfrentar os grileiros que se intitulavam proprietários das terras, inclusive com a participação da família Guinle.

José Matias, primeiro líder do movimento dos trabalhadores, foi assassinado em 1953 (Medeiros, 2020). Seu sucessor, Bráulio Bessa, militou pela causa e contribuiu para ampliar a influência da associação a todo o estado do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense, especialmente Nova Iguaçu, da qual a Pedra Lisa fazia parte, era o cenário de violência ligada à estrutura fundiária. Líderes eram assassinados por jagunços e os lavradores respondiam com resistência armada. A Pedra Lisa, especialmente, era uma zona conflagrada (Alves, 2003)

A desapropriação de terras ocorreu em 1958 durante o governo do presidente Miguel Couto Filho e de Roberto Silveira. As fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira foram loteadas e a Associação de Lavradores e Posseiros da Pedra Lisa seguia com sofisticado grau de organização, de produção agrícola e de mobilização para outras áreas da Baixada Fluminense com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Núcleo Agrário Miguel Couto Filho, neste contexto, é o local das reuniões e das trocas agrícolas para a comercialização dos produtos.

A Pedra Lisa recebeu imigrantes de Minas Gerais e do interior do Rio de Janeiro como reflexo do grande crescimento populacional ocorrido na Baixada Fluminense. Nesse perfil de migrantes demandantes por terra na região, entre os oriundos de Itaguaí, vieram também japoneses, provenientes da primeira colônia japonesa no Rio de Janeiro, em Santa Cruz. Tendo chegado por lá a partir da década de 1940, até 1957, 30 japoneses formaram uma colônia japonesa, com uma associação própria. (BASTOS, 2022). A presença dos japoneses na Pedra Lisa é atestada através da menção a seguir:

Um pequeno grupo teve notícias de que em Pedra Lisa estava tendo uma distribuição de terras para agricultores, através da Associação e que alguns camponeses depois de conseguirem os termos de posse das terras, estavam vendendo pequenos lotes na região. Após as desapropriações ocorridas nas décadas de 1950 e 1960, as áreas ficaram desassistidas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas pelos colonos. (CORREIO, 2018, p. 53).

A ditadura chegou despejando agricultores, com atos de violência e destruindo as plantações. Após o seu término, a região apresentou uma queda da produção. Muitas famílias abandonaram a Pedra Lisa e o núcleo agrário perde força até a década de 1990. Porém, a resistência dos filhos dos primeiros lavradores e posseiros, a continuidade da produção, apesar do declínio significativo da produtividade, estimula a reativação do Núcleo Agrário, em 2016.

A criação de uma nova associação, a reivindicação pelo seu reconhecimento como camponeses, a recuperação, pelos próprios moradores, da sede da antiga associação são indicadores da permanência das lembranças dos conflitos e da

luta desenvolvida para garantir a permanência na terra (MEDEIROS, 2020, s/p).

A história da luta fundiária na região e a reativação da associação de lavradores em 2016 revelam a existência da Pedra Lisa como um lugar de memória¹⁶, de importância nacional¹⁷ quando os conflitos fundiários eclodiam pelo território brasileiro. A propósito, tais reivindicações são atuais, tendo em vista que a regularização fundiária, premissa da reforma agrária, não ocorreu, inclusive na área de estudo.

A breve revisão dos conflitos fundiários na Pedra Lisa aponta para a ‘atualização’ constante do modo de vida dos agricultores. O Núcleo Agrário, símbolo material da história das lutas fundiárias, estava em ruínas, e, após quase ser derrubado para a construção de uma creche, foi reerguido por meio de um mutirão em 2016. Atualmente o núcleo é a sede do sindicato dos trabalhadores rurais e da comunidade tradicional dos camponeses.

Figura 17: Núcleo Agrário em condições precárias. Mutirão para reforma, em 2016.



Fonte: Fameja. Disponível em: Facebook: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1727356930814810&set=pb.100064933920411.-2207520000>).

¹⁶ O conceito de Nora (1993) dialoga com os “vestígios” do passado, presentes na Pedra Lisa. Estes são vivos e tangíveis - a escola, criada pela Associação de Lavradores e Posseiros (Aguiar, 2018), as placas comemorativas da desapropriação, dos cem anos da imigração japonesa e a edificação, no qual funciona o Núcleo Agrário – e também são intangíveis – a memória dos antigos camponeses atuantes no Núcleo e na lida diária de seus sítios.

¹⁷ No dia 23 de agosto de 2024, a Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e adjacências recebeu, em Brasília, o pedido de desculpas do Estado Brasileiro (anexo C) “pela perseguição sofrida no período ditatorial”. Para o aprofundamento da temática da reparação e da Comissão da verdade, consultar Bastos (2023).

Figura 18: Duas instituições que funcionam no Núcleo Agrário Miguel Couto Filho.



Fonte: Própria autora, maio de 2025.

Em 2025, o Núcleo Agrário Miguel Couto Filho se tornou um dos pontos de cultura do município, por meio da conquista de um edital da política pública. A lei Aldir Blanc, assim define esta iniciativa

Grupos culturais da sociedade civil que promovem o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam. Há muitos Pontos de Cultura das culturas populares e tradicionais, mas também da experimentação artística de vanguarda. Conformam a política de patrimônio e memória, a política de audiovisual, a política de cultura digital, de economia solidária e de comunicação. (Brasil, 2022, s.p.)

Como ponto de cultura, o Núcleo Agrário realiza ações de política patrimonial como as jornadas temáticas, sessão de cinema e cursos para a comunidades, divulgados em redes sociais. Com um orçamento previsto para iniciativas no território, o Núcleo Agrário ratifica sua importância para a comunidade também atualmente permitindo o ‘rebrotar da história, da memória e a transformação da cultura, de acordo com as novas necessidades da comunidade.

Dentre as ações para a valorização do patrimônio cultural e para o registro da memória, houve a produção de um documentário que narra a história de luta pela terra (Figura 18). O recurso audiovisual, com financiamento público, conta com o depoimento dos professores Leonilde Sérvo de Medeiros e de Gabriel Bastos, principais estudiosos do tema e de outros agentes relevantes.

Figura 19: Convite para o lançamento do documentário “A história da Sociedade dos lavradores e posseiros de Pedra Lisa.



Fonte: Fameja- https://youtu.be/KRBV6UbbMTY?si=xX_r2nc4qhYOJVhw, acesso em 15/08/2025.

Os aspectos apresentados para caracterizar a Pedra Lisa produziram reflexões. Os discursos atuais, inclusive o ambiental, perpassam as questões patrimoniais. É possível considerar a terra como patrimônio dos agricultores, herança dos pais que participaram do conflito durante a ditadura. E desta forma, as relações com o uso do solo, por diferentes agentes, é um desafio, como anunciam o mapa do uso do solo e o plano diretor (Japeri, 2019).

A (re)construção do Núcleo Agrário, física e simbolicamente atesta a importância do edifício como patrimônio cultural vivo. Este é frequentado, problematizado, narrado por meio de ações constantes com a finalidade de construção de memória e de proteção. Ele se mantém ligado às questões agrárias, mas entende-se próximo das necessidades gerais da população, como por exemplo, a formação profissional de jovens ou oferta de lazer para as crianças. Em outras palavras, muda para manter sua essência e sua resistência, como um patrimônio, de fato,

e não apenas oficial, porque exerce suas funções sociais para o desenvolvimento do grupo local (Chuva, 2020)

A apresentação da Pedra Lisa, realizada por intermédio de mapas, demais informações e diálogo com autores é complementada por um trabalho de campo. A atividade externa é apresentada na seção seguinte.

3.2 Contribuições de uma atividade de campo para a descrição da paisagem cultural da Pedra Lisa: uma reflexão metodológica.

A observação participante, que resultará neste relato de experiência, é o componente metodológico da pesquisa utilizado. Gil (2010, p. 127) esclarece que:

O pesquisador que se dispõe a realizar uma pesquisa etnográfica assume uma visão holística com vistas a obter a descrição mais ampla possível do grupo pesquisado. A descrição pode incluir múltiplos aspectos da vida do grupo e requerer considerações e ordem histórica, política, econômica, religiosa e ambiental.

O trecho supracitado dialoga com o presente estudo em alguns pontos. Esta pode ser uma pesquisa etnográfica, que considera os costumes e o modo de vida diários dos agricultores da Pedra Lisa produção de um estudo acadêmico por meio da participação do pesquisador. Neste sentido, é pertinente compreender a observação participante como Minayo (2013, p.70) define:

um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como **é modificado pessoalmente**.

É conveniente explicar a forma de contato da pesquisadora com os agentes sociais do Núcleo Agrário Miguel Couto Filho. Conhecemos o referido núcleo por meio de um convite para assistir à roda de conversa gravada para a produção do documentário “História da Sociedade dos Lavradores e Posseiros da Pedra Lisa”. Lá fomos apresentadas como uma pesquisadora da educação patrimonial no município, cujo recorte temático, naquele momento não era a Pedra Lisa. Portanto, não houve nenhum interesse em realizar entrevistas ou aplicar

questionários às pessoas presentes. A participação foi, de fato, como uma ouvinte. Houve, sim, o conhecimento dos presidentes de associação de moradores, sitiantes e do atual presidente da Fameja, Esdras. Um dos presidentes, o Carlos Antônio (Tonhão) e o sitiante Josimar se ofereceram, a pedido do Esdras, para me apresentar a Pedra Lisa.

Assim foi realizado o trabalho de campo no dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco. A atividade foi guiada pelos dois senhores que elaboraram o roteiro de modo espontâneo. O guiamento seguiu os critérios de apresentar a “comunidade tradicional da Pedra Lisa”. Desta forma, a pesquisadora entrou em contato direto com seus interlocutores (Minayo, 2013), que foram os seus ‘olhos’ para ver a paisagem cultural e aprender com eles. A partir deste dia, houve a redefinição do recorte estudado.

O limite territorial do trabalho de campo é a Pedra Lisa (rocha) e o seu entorno, compreendido pela praça, núcleo, escola e um raio de três quilômetros, percorridos a pé a partir da praça da Pedra Lisa. O mapa permite a visualização do ‘centro’ do bairro, em torno da praça e ao longo da Estrada da Pedra Lisa. Nas das referências há um adensamento populacional. No entorno, algumas áreas verdes se destacam. O solo é fracionado em propriedades rurais. Há muitas áreas desmatadas.

Mapa 7: Principais pontos do trabalho de campo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

O percurso¹⁸ começa com a chegada à Pedra Lisa por meio de um pequeno trecho contíguo ao Arco Metropolitano no sentido de Engenheiro Pedreira para acessar a rodovia.

Figura 20: No horizonte, o Arco Metropolitano e atrás dele, relevo pertencente à região da Pedra Lisa.



Foto: Própria da autora, em 24/4/2025.

No centro da Pedra Lisa, da praça caminha-se em direção à rua dos Eucaliptos, uma rua estreita, de terra, margeada à direita por um relevo baixo em declive e à esquerda por algumas propriedades rurais. Na mesma rua, ao lado de algumas residências e sítios, existe a planta industrial da ETC – Japeri NTS, produtora de gás natural, cuja localização está no mapa 7.

¹⁸O percurso percorrido será apresentado por meio de fotos, sua descrição e interpretação. Esta organização objetiva situar o leitor, aproximando-o da área de estudo. O recurso visual serve como registro e facilitador da descrição da área de estudo.

Figura 21: Vista da planta da ETC-Japeri, NTS, da rua dos Eucaliptos.



Fonte: Própria autora, 24/4/2025.

A caminhada prossegue até as margens do rio São Pedro, próximo à Capela de Santa Rita. A região é cercada por sítios produtores de aipim, gêneros alimentícios para consumo e comercialização com criação de animais para a subsistência. Algumas propriedades ainda contam com descendentes dos primeiros moradores que testemunharam, quando crianças, a violência no campo durante a ditadura militar.

Figura 22: Rio São Pedro.



Fonte: Própria autora, 24/4/2025.

Figura 23: Caminho do rio São Pedro, localizado à esquerda, atrás das árvores.



O rio São Pedro nasce na reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu. Sua foz é em Japeri. O rio é afluente do rio Guandu e por isso faz parte da região hidrográfica atendida por projetos de reflorestamento como o Replanta Guandu. As fotos ilustram a ausência de mata ciliar nas margens e assoreamento. Machado (2017) identifica estes e outros problemas ao longo do rio, como:

retilinização de alguns trechos do rio rumo à jusante, assoreamento em vários pontos do seu curso d'água, captação exacerbada de água dentro da Reserva Biológica do Tinguá, supressão da vegetação para formação de lavouras e pastagens, compactação do solo através do pisoteio do gado, retirada da mata ciliar e erosão das margens do rio, lançamento de esgoto in natura e lixo nos cursos d'água, uso de herbicidas e inseticidas nas lavouras, desequilíbrio ecossistêmico, avanço de cercas das terras dos pecuaristas sobre as terras dos pequenos agricultores, fechamento de ruas públicas, cercamento do rio e turismo predatório. (MACHADO, 2017, p. 12)

Os problemas ambientais do rio São Pedro expressam os efeitos dos usos do solo, abordados nos mapas da primeira seção. Aquela representação produzida para o plano de manejo adquire significado e desdobramentos desafiadores. Neste sentido, conflitos entre pecuaristas e pequenos agricultores são observados durante o trabalho de campo¹⁹ e por Machado (2017).

Ainda às margens do rio São Pedro, na estrada de mesmo nome, foi observada a construção antiga, atingida pela ação do tempo e pelo desuso. Com janelas e vidros quebrados, o templo religioso é testemunho de que havia uma população residente maior às margens do rio.

Figura 24: Capela Santa Rita de Cássia.



Fonte: Própria autora. 24/4/2025.

O presente estudo não sabe precisar a quanto tempo a capela está fechada. Curiosamente, o Google apresenta uma foto, quando ela estava pintada.

¹⁹ Durante a visita ao sítio do Josimar, em meio à vegetação, nos deparamos com o passar de um grupo de animais (gado) correndo. O estalar de galhos e de plantas se quebrando foi ouvido. Um barulho rápido e assustador rompeu o silêncio da mata. Durante a passagem pelo rio São Pedro nos deparamos com uma 'porteira' trancada, cercando o rio.

Figura 25: Foto da Capela de Santa Rita com pintura nova.



Fonte: https://www.google.com/maps/@-22.684413,43.6874049,45155m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDYyMy4yIKXMDSOASAFQAw%3D%3D, acesso em 25/6/2024.

O último ponto do percurso foi a visita ao sítio do senhor Josimar, no caminho de volta pela Estrada da Pedra Lisa em direção à praça. No caminho, várias estacas da Petrobras anunciam o uso da servidão de passagem para oleodutos e gasodutos dentro dos sítios. A servidão é um direito público assegurado por lei, mas deve impactar o mínimo possível o proprietário, que, por sua vez, tem limites para a plantação no local. Deste modo, os usos - um industrial e o outro agrícola (Figura 25) – se misturam, conforme apontaram os mapas da seção 1.

Figura 26: Servidão de Passagem – Dutos em propriedade rural. Ao fundo relevo da Serra do Mar.



Fonte: Própria autora. 24/4/2025.

A descrição do percurso permitiu a visualização de elementos ainda não destacados pelo estudo e complementares à primeira seção. Durante o trabalho de campo foi observado que as pequenas propriedades rurais convivem com as atividades de agropecuária e com a indústria petroquímica, tendo em vista que a Pedra Lisa é uma zona urbano-industrial, conforme o plano diretor.

A observação participante foi dividida sob duas perspectivas para análise das informações reunidas no campo. Na primeira, a pesquisadora assumiu o papel pessoal - era o sujeito, de vida urbana, apreciadora de caminhadas na natureza e pouco conhecedora de plantas. Na segunda, predominou o papel profissional – era a professora, da escola Municipal Professora Célia Sobreira, interessada em relacionar a prática do campo com os conteúdos de geografia.

Os dois agricultores apresentam conhecimento ancestral das plantas. Por várias vezes citavam os pais, de modo afetoso, que ensinavam ou eles os via mexer com as plantas e aprendiam. Ambos ‘brincaram’ de adivinhar o nome e o uso de ervas encontradas no sítio agroecológico²⁰ do senhor Josimar. (Figura 26 e 27) Quando um desconhecia, ficava curioso para aprender. Por várias vezes, os homens citaram benzedadeiras, mães de santo e no passado, parteiras, que os procuravam em busca de ervas específicas. As plantas servem para alimentação, rituais religiosos e alimentação.

Figura 27: Mata ciliar do rio São Pedro, reflorestamento. Projeto Agroecológico – da Onda Verde.



Figura 27: plantação de abacaxi no sítio – agroecologia.



Fonte: Própria da autora, 24/4/2025.

²⁰ O sítio agroecológico reúne a plantação de vegetação heterogênea, dentre elas frutíferas, para contribuir para a recuperação da mata ciliar do rio São Pedro, que atravessa a propriedade. Não é permitida plantação de lavouras.

Foi observado que os guias misturam o conhecimento das ervas e da lida com a terra com a preocupação do desaparecimento destes saberes. Por isso expressaram interesse em transmitir seus conhecimentos para os jovens. Também apresentaram conhecimento da melhor localização para plantar cada espécie, de acordo com a abertura do sol, sombra, proximidade do rio São Pedro.

A sociabilidade foi um elemento de destaque. Foi visto que os guias trocaram mudas de espécies de plantas para plantar. Também falavam com carinho dos pais, participantes da ocupação da Pedra Lisa nas décadas de 1940, e com vizinhos que encontravam pelo caminho.

A sazonalidade das plantações e as características climáticas foram observadas no campo. A lavoura de aipim precisa de oito meses até a colheita. Foram citadas três espécies de mandioca – vassourinha, rosa e cacau. Em 2024, ocorreram fortes chuvas em Japeri, que causaram um deslizamento na área urbana, resultando na morte de uma pessoa. Como professora de Geografia, abordei o tema em sala de aula, mas desconhecia os efeitos da enchente na área rural. Os dois senhores informaram que o rio São Pedro transbordou e houve prejuízos nas lavouras. Este ano, a seca atrapalha a plantação.

Foi observado que há conflitos fundiários latentes. Durante a visita ao sítio, esterco do gado e plantas pisoteadas foram vistos. Esta observação me fez lembrar das aulas de Geografia, nas quais os conflitos são citados quando falamos em Nordeste ou na Amazônia brasileira, mas nunca com exemplos locais, tão próximos da escola.

No deslocamento no campo foram observados sítios de, em média, 13 hectares, de propriedade familiar, com plantações de aipim, laranja, abacaxi, nas quais o(a) matriarca é idoso(a), e apenas um dos filhos permanece na roça para ‘tocar’ o negócio da família. Os demais exercem trabalhos urbanos. Assim, o êxodo rural, tema das aulas de geografia, é visto na prática.

Durante o trajeto, o relevo imponente, ao fundo das planícies, podia ser observado. Foi possível vislumbrar a Serra do Mar e o Pico da Coragem.

Figura 28: Cadeia de árvores já crescidas após reflorestamento. Serra do Mar ao fundo.



Fonte: Própria da autora, 24/4/2025.

A combinação das duas perspectivas contribui para a compreensão da complexidade e riqueza da área de estudo. As relações pessoais com a terra, a herança dos pais – “patrimônio”, as memórias compartilhadas durante o campo, de modo espontâneo, evidenciam saberes e práticas de grande valor. Os problemas observados situam as disputas e os níveis de poder no território.

O trabalho de campo possibilitou algumas reflexões para o desenvolvimento deste trabalho. A percepção da pesquisadora, que não é nativa da comunidade observada (Marques, 2016), destacou a existência de uma rede de sociabilidade entre os agricultores, expressa troca de mudas e na solidariedade durante a enchente de 2024. A descrição da paisagem pôde ser detalhada a partir do olhar dos agricultores-guia. O roteiro realizado por eles conduziu a pesquisadora a conhecer memórias, saberes, problemas do cotidiano daquele ambiente rural, mediadas por relações afetivas.

As duas seções deste capítulo são complementares. As narrativas de sustentabilidade, de um lado, e de registro da luta pela terra, do outro, compõem uma paisagem cultural complexa e repleta de significados. Os diversos usos do solo, que não são equânimes, foram observados

durante o trabalho de campo. Da mesma maneira, as relações afetivas com a terra resultam em uma identidade rural nos mais idosos, membros da comunidade tradicional.

Por fim, o conhecimento empírico da vida no campo, a beleza cênica da paisagem e as questões práticas (clima, solo, pisoteio do gado, desmatamento etc.) contribuem para o planejamento da sequência didática a ser desenvolvida para os alunos da escola de origem da autora deste estudo.

CAPÍTULO 4 - A PEDRA LISA: UM PATRIMÔNIO CULTURAL DIDATICAMENTE A SER EXPLORADO

O capítulo apresenta as possibilidades didáticas de abordagem da Pedra Lisa por meio da proposição de uma sequência didática. É um exercício teórico-metodológico elaborado para a escola municipal Professora Célia Sobreira. No entanto, suas bases podem ser aplicadas a qualquer unidade escolar brasileira, tendo em vista as relações entre patrimônio cultural e educação, tema alicerçado na Base Nacional Comum Curricular²¹ (BNCC, 2018).

A sequência didática é um instrumento metodológico de ensino. É a forma de organização de atividades planejadas pelo professor para incrementar a aprendizagem de forma significativa e por meio do protagonismo discente. É a possibilidade da ampliação dos conhecimentos prévios e de problematização do cotidiano do ponto de vista acadêmico.

Segundo Ugalde e Roweder (2020, p.8):

A sequência didática além de contribuir para a reflexão da prática do cotidiano da sala de aula, por meio da observação do seu desenvolvimento e da interação professor-aluno, aluno-aluno, é um instrumento que deve ser desenvolvido, considerando a perspectiva do ensino de conteúdos por meio de atividades sequenciadas, organizadas, com objetivos bem delimitados e explicados para professores e alunos.

Então, esta metodologia de ensino deve ter objetivos claros e abordagens flexíveis. A sequência didática é uma rica contribuição ao professor no planejamento e desenvolvimento de atividades do cotidiano em sala de aula (Ugalde e Roweder, 2020). No caso específico do objeto de estudo, a sequência didática tem por finalidade identificar, conhecer e valorizar os patrimônios culturais da cidade de Japeri. Adicionalmente, estimular a construção de memória e de identidade entre os discentes por meio da vivência nos espaços do entorno da escola.

A sequência didática proposta destina-se a alunos do sexto ano da Escola Municipal Professora Célia Sobreira. A escolha do ano de escolaridade deve-se ao conteúdo programático dos currículos de História e de Geografia em consonância com a Base Nacional Comum Curricular dialogar com a temática patrimonial, conforme as tabelas 5 e 6

²¹ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais para alunos da Educação Básica (da Educação Infantil até o Ensino Médio), com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação N^a 9394/1996. A BNCC é organizada em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades por áreas do conhecimento. O objetivo deste coletivo é promover uma formação humana integral e contribuir para uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Para mais informações sobre a BNCC consultar: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao#a-base-nacional-comum-curricular>, acesso em 25 de maio de 2025.

A escola municipal Professora Célia Sobreira é uma instituição localizada no bairro Alecrim, em Engenheiro Pedreira. A rua da escola é asfaltada. Ao lado da unidade há um posto de saúde e um pequeno comércio. Há cerca de 800 m da escola há uma linha férrea auxiliar e uma ponte de ferro, chamada popularmente de Pontilhão, elementos presentes na paisagem do cotidiano dos alunos. É uma escola urbana, situada a 1,5 quilômetro da estação ferroviária de Engenheiro Pedreira (centro). Na unidade escolar, há quatro turmas de sexto ano.

A partir do documento da educação básica, é possível inferir que a temática patrimonial está no universo das preocupações com a formação integral do indivíduo e na busca por uma sociedade justa, democrática e inclusiva, conforme pressupõe a base nacional. Há diversas possibilidades de abordagens²², combinadas com as demais disciplinas, o que pode suscitar pesquisas posteriores.

Da mesma forma, é pertinente considerar que o ensino da História e da Geografia, ou seja, o que ensinar, compõe uma política pública de Estado e é elaborada com apoio total ou parcial da Universidade. Então, possui uma intencionalidade e constitui um arcabouço teórico significativo para ser base do planejamento curricular, logo, para a sequência didática.

Embora a sequência didática seja para uma turma de sexto ano, é conveniente observar os conhecimentos do ano anterior, como um ‘pré-requisito’ ou a fim de continuidade para o desenvolvimento de novas habilidades. Deste modo, a pesquisa destaca (Brasil, 2018) as seguintes habilidades:

- EF05HI09) “Comparar pontos de vista sobre temas que impactam a vida cotidiana no tempo presente, por meio do acesso a diferentes **fontes**, incluindo **orais**”.
- (EF05HI07) “Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de **memória** e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória”.
- (EF05HI10) “Inventariar os **patrimônios materiais e imateriais** da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo”.
- (EF05GE04) “Reconhecer as características da cidade e analisar as interações entre a **cidade** e o **campo** e entre cidades na rede urbana”. (Grifos da autora)

A tabelas 5 e 6 apresentam os componentes básicos curriculares de História e de Geografia. É possível observar a importância da paisagem e das relações estabelecidas no

²² A autora sugere um estudo sobre o vocábulo *patrimônio* na BNCC, com vista aos diferentes enfoques do conceito no campo da Arte, da Geografia, da História e das Ciências da natureza. Por conta do recorte temático e do objeto em tela isso não será realizado na presente pesquisa.

mundo do trabalho. As transformações ocorridas a partir do processo de urbanização brasileira, que conecta campo e cidade, também são consideradas. Todos estes elementos atestam a possibilidade de o tema ser desenvolvido para qualquer escola pública ou privada do Brasil, tendo em vista a ocorrência do processo de urbanização e de transformação das paisagens por todo o território nacional.

Tabela 5: Unidade temática, objeto do conhecimento e habilidades em **História**.

Público-alvo	Unidade Temática	Objeto do conhecimento	Habilidades
6º ano de escolaridade	História: tempo, espaço e formas de registros	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico	(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

Fonte: BNCC (Brasil, 2018), *grifo nosso*. Disponível em:

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao#a-base-nacional-comum-curricular>,

Tabela 6: Unidade temática, objeto do conhecimento e habilidades em **Geografia**

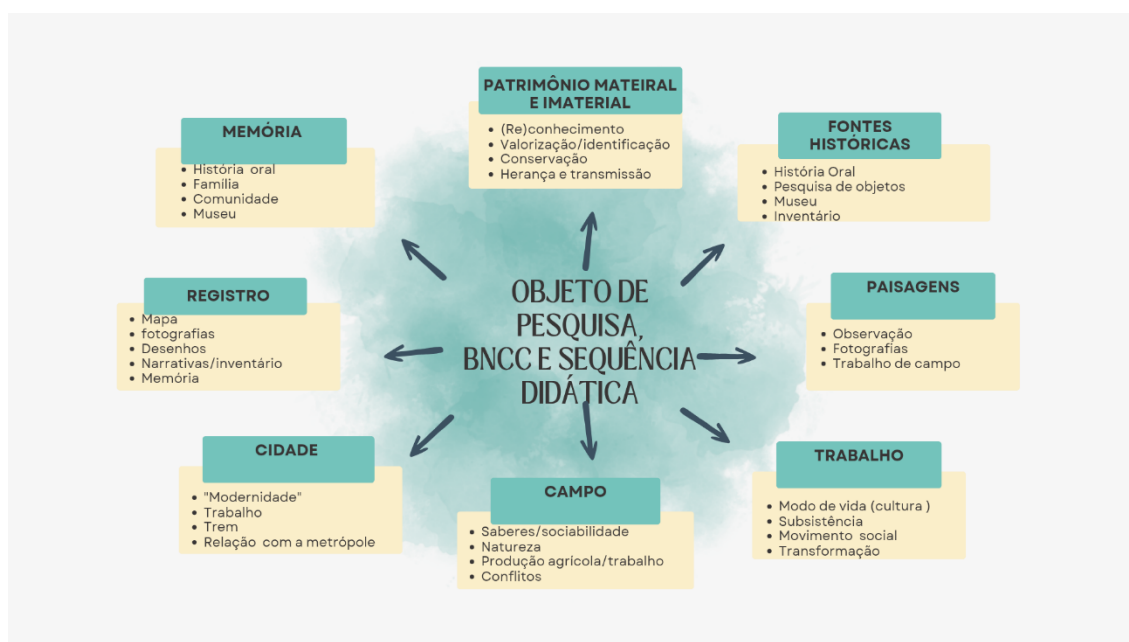
Público-alvo	Unidade Temática	Objeto do conhecimento	Habilidades
6º ano de escolaridade	O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. (EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.
	Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização. (EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.
6º ano de escolaridade	Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	

Fonte: BNCC (Brasil, 2018), *grifo nosso*.

Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao#a-base-nacional-comum-curricular>,

O destaque das palavras-chave no texto e nas tabelas 5 e 6 tem por objetivo sintetizar os dois quadros e os componentes do quinto ano. Adicionalmente, permitir a rápida visualização dos conceitos e aspectos que irão compor a sequência didática. Sendo assim, a figura 3 comunica essa intenção e permite a observação dos aspectos propostos para o instrumento metodológico utilizado.

Figura 29: Objeto da pesquisa, BNCC e a sequência didática.



Fonte: A própria autora, 2025.

Para fins comparativos, é oportuno apresentar o planejamento anual realizado pela rede municipal de Japeri com a participação dos professores. A figura 29 descreve os conteúdos programáticos baseados na BNCC (Brasil, 2018).

Para esta pesquisa, o ensino sobre o patrimônio cultural, natural e a preocupação com a sua preservação e valorização, conteúdos de História do quinto ano de escolaridade suscita a vontade de produzir uma sequência didática para o sexto ano, alinhada à ampliação do conceito de patrimônio cultural, discutido no capítulo 1, e distante da reprodução das narrativas dos patrimônios oficiais, edificados ou externos a Japeri. Antes de inventariar os patrimônios como sugere o documento pedagógico, é necessário identificá-lo.

O enfoque na história oral, nas fontes históricas, nos usos do território, na história do município de Japeri e nas transformações nas paisagens, do ponto de vista geográfico, orienta os objetivos da sequência didática. Em resumo, a realidade municipal é o objeto do ensino para a aprendizagem dos espaços regionais, nacionais e internacionais de forma contextualizada.

Com base em Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) apud Ugalde e Roweder (2020), é pertinente destacar que a sequência didática deve ser comunicada aos discentes para aproveitar seus conhecimentos prévios e a interação como forma de aprendizagem. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) apud Ugalde e Roweder (2020) propõem um modelo organizado em seis etapas, a saber: Apresentação da situação; Produção Inicial; Módulo 1; Módulo 2; Módulo 3; Produção final.

Tabela 7: Planejamento anual para o 6º ano de escolaridade - conteúdos bimestrais de História e de Geografia relacionados ao objeto da pesquisa – 2025.

História				
	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre
6º ano	As fontes históricas	A história do Município		
Geografia				
	Paisagem, espaço, lugar e território O trabalho e a transformação do espaço geográfico			O espaço rural e suas paisagens O espaço urbano e suas paisagens Agricultura e pecuária

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japeri (SEMED), 2025 Os campos em branco referem-se a conteúdos não relacionados ao objeto da pesquisa.

Na sequência didática proposta para os patrimônios culturais de Japeri, a apresentação da situação será uma sondagem sobre quais narrativas os discentes ouvem ou conhecem sobre a cidade. Adicionalmente, provocar a reflexão se não pode haver bens ou referências culturais no município. Por fim, apresentar os objetivos e as atividades a serem realizadas.

Para a produção inicial, os alunos irão redigir um texto cujo título será “Eu apresento Japeri e o bairro da minha escola para você, visitante”. Nesta escrita, o discente deve listar as localidades e pessoas significativas para ele e que devem ser conhecidas pelos visitantes. Também devem sugerir espaços de lazer, locais históricos e apontar críticas, se houver. Nesta pesquisa, os módulos da sequência de atividades serão denominados de abordagens. Serão propostas quatro abordagens interligadas.

PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA
INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA ABORDAGEM DE TEMÁTICAS QUE
SE ASSOCIAM AO CAMPO DA HISTÓRIA

1. Identificação Institucional

Autor: Monica Musa Afonso

Instituição de Ensino Superior: UFRRJ

2. Objeto de Estudo

Patrimônios Culturais em Japeri

3. Tema

Construção de uma visão patrimonial da cidade: paisagens, saberes, pessoas e bens materiais e imateriais

4. Público-alvo

Estudantes do Ensino Fundamental do 6º ano

5. Periodicidade da sequência didática em semanas

5 semanas

6. Objetivo geral (Sentido e propósito da sequência didática)

Identificar e valorizar os possíveis patrimônios culturais da cidade por meio da observação e de práticas ligadas ao cotidiano dos alunos.

7. Objetivos específicos (3 objetivos sendo um deles ligado à dimensão conceitual, outro ligado ao âmbito dos conteúdos históricos e outro associado ao âmbito da sensibilização)

- Apresentar os conceitos de patrimônio cultural e de museu
- Identificar os elementos geohistóricos da cidade de Japeri
- Promover a reflexão sobre a identidade dos alunos

8. Quantitativo de etapas e/ou abordagens:

5 abordagens

9. Sequência de aulas, atividades e práticas educativas

9.1. Abordagem 1

Conteúdo(s)e/ou questões a serem explorados

Os alunos compreenderem que, no cotidiano, lugares e paisagens podem ser considerados bens culturais e não somente os patrimônios oficiais, localizados em outras cidades, tombados ou registrados pelos órgãos competentes.

Conceitos associados ao conteúdo(s) e/ou questões

Os conceitos de patrimônio cultural e de cultura

Objetivo desta abordagem

Diante do predomínio de narrativas negativas sobre a cidade, investigar a percepção dos alunos sobre a identificação de patrimônios culturais locais.

Metodologia e estratégias usadas para o desenvolvimento desta abordagem

Para a apresentação da situação, pode se perguntar - O hino²³ do município menciona o “patrimônio nacional”. Mas o que é patrimônio? Existem patrimônios culturais em Japeri? A partir das respostas, porém ainda sem apresentar o conceito, solicitar que os alunos escrevam um texto ou convite para um visitante conhecer a cidade. Para isso, os discentes devem descrever pontos, lugares e pessoas importantes para eles.

Caso os alunos não mencionem nenhuma referência significativa, pedir que aguardem a próxima atividade, tendo em vista que a não identificação é uma informação importante a ser considerada.

A estratégia é ‘desconstruir’ o conceito de patrimônio cultural, associado aos bens edificados e da cultura dominante. Desta forma, a atividade - “É ou não é patrimônio cultural”? consiste em apresentar imagens para os alunos problematizarem o conceito a fim de refletir sobre a realidade local.

Descrição do percurso pedagógico

Na sequência didática são exibidas algumas imagens²⁴ para ilustrar a amplitude do conceito de patrimônio cultural, considerando os aspectos materiais, imateriais, naturais e históricos. Também para provocar a reflexão sobre a cultura, como elemento produtor de

²³ “Para defender o patrimônio nacional, em nossa terra trabalhamos com fervor. E garantindo a liberdade com harmonia, construindo com a alegria do seu povo sonhador”, estrofe do Hino Municipal de Japeri, composto por Abner Lopes Carvalho, para a celebrar a emancipação do município em 1991, disponível em <https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/941161/>, acesso 19/06/2025.

²⁴ As imagens foram escolhidas de acordo com a identificação dos alunos com os lugares e práticas apresentadas e representam patrimônios culturais reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) ou órgãos estaduais de preservação, com exceção da Pedra Lisa. Em outras pesquisas, o professor pode selecionar as imagens segundo a realidade da escola e alterná-las com fotografias locais ou de outros patrimônios. Também é possível utilizar metodologias ativas, como a gameificação e o uso de placas indicativas (sim ou não, curtir ou não curtir) para promover o protagonismo dos estudantes e ampliar seu interesse pelo tema durante a abordagem.

patrimônios culturais. Enquanto as imagens são apresentadas, em diálogo com os alunos, a (o) docente pode anotar no quadro branco as características do ‘patrimônio’, as ‘restrições’ que impedem alguma imagem de configurar-se como um bem cultural, segundo os alunos. Em resumo, perguntar *por que é, por que não pode ser, qual o significado para ser ou não ser patrimônio cultural e a quem pertence?*

“É patrimônio cultural ou não é?”

Figura 30 – Meninos na batalha do passinho.



Fonte: https://uniesp.edu.br/sites/unirj/noticia.php?id_noticia=6225, acesso em 30/5/2025.

Figura 31 – Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/uGguiHghKDzCNcS19>, acesso em 30/5/2025.

Figura 32 – Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/u8v1c2CyX9xTLr7M8>, acesso em 30/5/2025.

“É patrimônio cultural ou não é?”

Figura 33 – Roda de capoeira



Fonte: <https://images.app.goo.gl/sQPeyfskvK1exwkbA>, acesso em 25/5/2025

Figura 34 – Pedra Lisa, Japeri – RJ.



Fonte: <https://pousada-shiva.webnode.page/onde-ir-em-japeri/>, acesso em 25/5/2025.

Figura 35: Casarão Histórico da Estação Ferroviária da Antiga Belém. Japeri, RJ.



Fonte: <https://bravabaixada.com.br/2023/06/08/estacao-japeri-patrimonio-cultural-ferroviario-nacional/>, acesso em 30/5/2025

Figura 36 – Pão de queijo mineiro



Fonte: <https://images.app.goo.gl/mQotpfqEGPupm7Fk8>, acesso em 30/5/2025.

A partir das imagens e da conversa em sala de aula, apresentar os conceitos de *cultura*, de *patrimônio cultural* e suas tipologias. Para isso, estabelecer uma comparação dos vocábulos no dicionário de língua portuguesa e no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que define:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

Deste modo, os discentes podem notar que o patrimônio cultural resulta de práticas coletivas. É herança e propriedade de um grupo e constitui-se como um elemento formador da identidade. A propósito, o conceito de cultura também pode ser apresentado como modo de vida, construído no cotidiano e a partir do trabalho, dos saberes e das práticas sociais. Assim, o pão de queijo, produzido na cultura mineira, é um exemplo didático para esta aprendizagem. Então, é oportuno retornar à discussão se os estudantes identificam patrimônios culturais na cidade.

Para um exercício de fixação e aprofundamento conceitual, uma sistematização pode ser produzida, conforme a figura 5 para os alunos classificarem, na última coluna, os patrimônios apresentados anteriormente e pesquisarem outros exemplos de patrimônios, conforme a habilidade (EF05HI10) da BNCC.

Tabela 8 - Quadro Comparativo de Tipos de Patrimônio

Tipo	Definição	Exemplos	Características Principais	Patrimônios segundo as imagens
Patrimônio Material	Bens tangíveis, físicos, com valor histórico, artístico ou cultural	Monumentos, igrejas, construções, museus	Visível, palpável, pode ser móvel (objetos) ou imóvel (edificações)	
Patrimônio Imaterial	Saberes, práticas, expressões e tradições passadas entre gerações	Samba, culinária, festas populares, ofícios	Intangível, dinâmico, depende da prática e da transmissão oral	
Patrimônio Natural	Áreas da natureza com valor ecológico, estético ou científico	Florestas, montanhas, cavernas, rios	Formações naturais, protegidas por seu valor ambiental	
Patrimônio Arqueológico	Vestígios materiais de sociedades passadas, reveladores da história	Sítios com pinturas rupestres, artefatos	Geralmente enterrado ou em ruínas, exige estudo e conservação	
Patrimônio Cultural Mundial (UNESCO)	Bens reconhecidos internacionalmente pela UNESCO	Machu Picchu (Peru), Brasília (Brasil)	Valor universal excepcional, protegido por tratados internacionais	

Fonte: <https://chat.chaton.ai/my/chats/sxIwsIhOMXox2h5ADpAr>, disponível em 14 de junho de 2025.

Recursos usados com link de acesso e materiais motivadores

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>

<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wPaw>

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf

https://drive.google.com/drive/folders/1hCiFudzg5vW-0dFbf_ZE1bNgIIIPYdfs?usp=sharing

Avaliação

A avaliação da atividade será baseada na localização de pontos significativos, portadores da memória, da história e herança, considerados como patrimônios culturais possíveis a partir da apresentação do conceito com a produção de um mapa mental. A representação espacial confeccionada pelos alunos pode ser comparada a um mapa oficial com os pontos considerados pela Prefeitura como atrativos de interesse turístico. A fim de dialogar com as duas narrativas, (a) o docente pode propor uma nuvem de palavras.

Referências usadas para elaboração da abordagem

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

9.1. Abordagem 2

Conteúdo(s)e/ou questões a serem explorados

O olhar observador e participante dos alunos para o cenário vivo, comum do dia a dia que cerca a escola. Mas, onde os patrimônios possíveis são encontrados. É um exercício de observação e de descrição.

Conceitos associados ao conteúdo(s) e/ou questões

Na abordagem 2, o conceito de paisagem cultural é central, pois ratifica o caráter geográfico²⁵ da sequência didática. Adicionalmente, dialoga, no campo da cultura, com a proteção do patrimônio cultural (Scifoni, 2020).

A paisagem cultural é entendida, assim, sempre como um conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente.

²⁵ A Geografia cultural, por meio de Carl Sauer, debruçou-se sobre a temática da paisagem cultural de modo que o conceito atribuiu sentido à Ciência Geográfica. As descrições, a morfologia da paisagem cultural e o seu recorte são elementos relevantes. Para esta pesquisa, para aprofundamento do tema, sugere-se a leitura de SAUER, C. (1998), “A Morfologia da Paisagem”.

É pertinente apresentar o conceito de paisagem cultural, na perspectiva saueriana, para um diálogo com Scifoni (2020). Para Sauer (1998, p.29):

O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem, e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana.

Para os dois autores, a questão espacial é primordial. Ambos observam a interação entre os elementos naturais e culturais, que adquirem significado atribuído pelo grupo social. Deste modo, a paisagem cultural é viva, produzida socialmente, fruto de um recorte espacial, dada por relações simbólicas, mesmo que estas sejam econômicas. Por fim, Sauer (1998) e Scifoni (2020) dialogam ao destacar a *forma* e os *usos* da paisagem cultural, aspectos importantes a serem observados pelos alunos.

Objetivo desta abordagem

A finalidade da abordagem 2 é preparar os alunos para um trabalho de campo. O exercício do olhar atento às transformações no espaço, às contradições e composições da paisagem cultural é essencial para a compreensão do objeto da pesquisa. Assim, a turma deve identificar os vários tempos na paisagem cultural e perceber as mudanças e permanências no território.

Metodologia e estratégias usadas para o desenvolvimento desta abordagem

A realização de um ‘tour’ pela escola para os discentes observarem a instituição com o olhar atento para as características, pessoas e usos. Ensinar os alunos a fazerem uma descrição a partir da observação com olhar atento para as mudanças e componentes da paisagem.

A abordagem não objetiva ressaltar a falsa dicotomia entre a cultura e a natureza, aspecto sublinhado normalmente nas aulas, quando o conteúdo de paisagem é apresentado. Na sequência didática, o aluno é estimulado a refletir sobre a integralidade da paisagem.

Descrição do percurso pedagógico

Na Educação Básica, a paisagem geográfica é conceituada por meio dos sentidos (EF06GE06). Então, os alunos podem ser estimulados a descrever as formas e usos vistos na escola e em seu entorno, que julgam importantes para a vida cotidiana. O professor pode perguntar qual é a relação afetiva e simbólica que os estudantes mantêm com a unidade escolar. Após o ‘tour’, os discentes podem desenhar a paisagem vista, incluindo as pessoas.

Recursos usados com link de acesso e materiais motivadores

Revista de História da Biblioteca Nacional, disponível em

<https://web.archive.org/web/20160204123541/http://rhbn.com.br:80/revista/edicoes-anteriores>

Revista Nova escola. Plano de aula sobre noções de paisagem natural e cultural disponível em

<https://novaescola.org.br/planos-deaula/fundamental/3ano/geografia/nocoas-de-paisagem-natural-e-cultural/4938>,

Acesso em 15/5/2025.

Revista Superinteressante, disponível em

https://super.abril.com.br/superarquivo/#google_vignette, acesso em 15/5/2025.

Correio da Lavoura, disponível em

<https://www.correiodalavoura.com/search?q=japeri&updated-max=2019-03-21T18:19:00-03:00&max-results=20&start=11&by-date=false>, acesso em 15/5/2025.

Avaliação

A turma será dividida em grupos, nos quais cada um receberá uma fotografia do Pico da Coragem, da Pedra Lisa, do Casarão Histórico da Estação Ferroviária, do trem atual e do rio Guandu como exemplos de paisagens culturais. Também serão disponibilizados jornais e revistas para recorte e colagem. Os grupos devem realizar uma sobreposição de imagens para a representação da paisagem com o propósito de expressar e descrever suas impressões. Ao final, cada grupo é convidado a apresentar a paisagem cultural, com o olhar atento às camadas espaciais e temporais que a compõem a partir da produção realizada. Por meio deste recurso, o docente poderá avaliar o significado atribuído à paisagem cultural e a percepção sobre aquele recorte, inclusive descrevendo ou representando problemas que ameaçam a paisagem.

O recurso da composição da paisagem cultural por intermédio de um ponto de partida conhecido pelos alunos, no caso, a escola, e a apresentação de paisagens a serem observadas durante um trabalho de campo é uma atividade fundamental para a aprendizagem.

Referências usadas para elaboração da abordagem

Paisagem cultural. Disponível em <https://youtu.be/P3zfvGiHTPo?si=2OleTgPryQ5ITp6C> acesso em 1/5/2025.

9.1. Abordagem 3

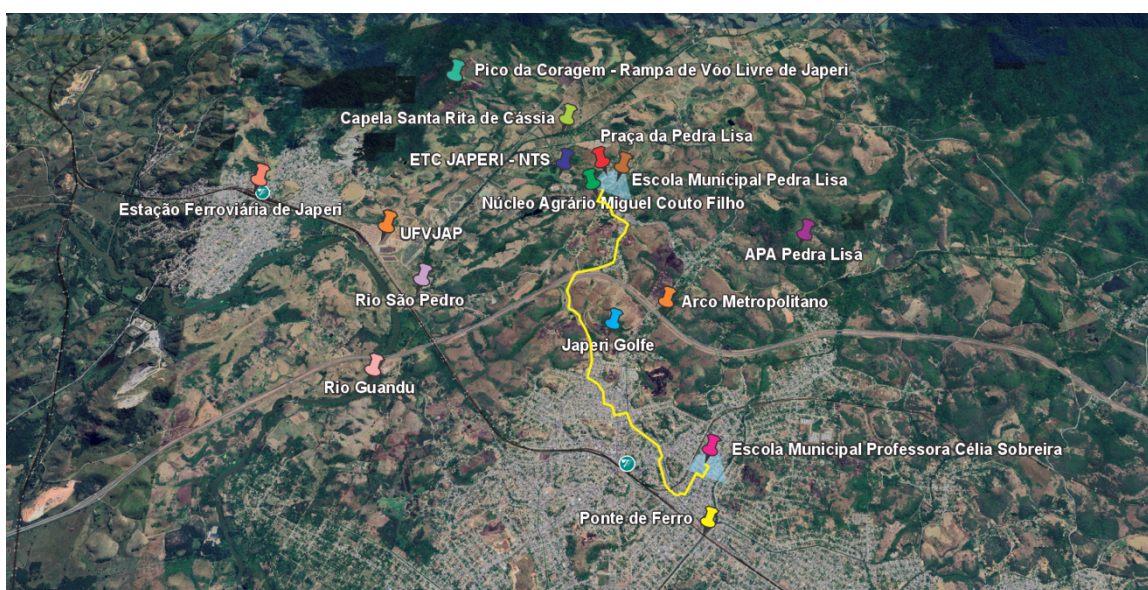
Conteúdo(s)e/ou questões a serem explorados

A Pedra Lisa como patrimônio possível, com uma paisagem cultural composta e transformada pelo tempo e pelas relações sociais. Nesta abordagem, os alunos podem conhecer a história do local por meio de objetos e de pessoas para ratificar a compreensão do conceito de patrimônio cultural.

As diferenças nas paisagens do bairro de origem dos alunos (paisagem urbana) e a Pedra Lisa (paisagem rural) são um aspecto relevante a ser considerado como resultado do trabalho humano, conteúdos abordados nas habilidades (EF06GE03 e EF06GE06) e no planejamento curricular da rede municipal de Japeri (figura 4). Adicionalmente, a urbanização é um tema subjacente a ser desenvolvido.

A existência de um monumento natural, simbólico na paisagem cultural, configura-se como um ponto-chave a ser abordado para suscitar reflexões sobre o meio ambiente, sustentabilidade e usos do solo, conforme habilidade (EF06GE07)

Mapa 6 -Trajeto da escola municipal Professora Célia Sobreira até a Pedra Lisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O traçado destacado pela cor amarela representa os seis quilômetros que separam a escola municipal Professora Célia Sobreira da praça da Pedra Lisa. A partir do mapa 5, é possível observar diferenças territoriais. A escola de origem está localizada em um bairro urbano, residencial, de relevo plano e com poucas árvores. A Pedra Lisa, na qual se localiza a escola criada pelo movimento dos lavradores na década de 1950, apresenta relevo acidentado, presença de vegetação nativa da Mata Atlântica entrecortada com o uso agrícola do solo.

A propósito, as diferenças entre bairros próximos, como no caso estudado, podem estimular uma atividade semelhante, adequada aos objetivos propostos pelo professor. Neste

sentido, o mapa deve ser apresentado aos alunos para a localização e observação de elementos pertinentes à atividade. O caminho até a chegada à Pedra Lisa contém o Campo de Golfe e o Arco Metropolitano, construções significativas na história urbana de Japeri. Em resumo, o mapa permite a contextualização do processo de urbanização de Japeri e a preparação para o campo.

Conceitos associados ao conteúdo(s) e/ou questões

Nesta abordagem, a questão central é como o trabalho humano trans(forma) as paisagens. Neste sentido, o trabalho é um elemento a ser relacionado com as práticas culturais. O trabalho refere-se a um modo de produção, com o uso de ferramentas, matéria-prima, remuneração e relações trabalhistas. É uma atividade laboral desenvolvida ao longo de um tempo determinado. Em outras palavras, é uma atividade econômica, que possui uma dimensão cultural. (Botelho, 2001)

A história de luta pela terra protagonizada pela agricultores da Pedra Lisa, apresentada no capítulo 3, organizou o território local. Além disso, produziu elementos que compõem a paisagem até os dias atuais, a exemplo da edificação do Núcleo Agrário Miguel Couto Filho, da escola municipal Pedra Lisa e da praça. Estes elementos materiais não são dissociados do trabalho rural.

Ao mesmo tempo, os aspectos imateriais como os saberes, relacionados ao cultivo da terra, à rede de sociabilidade entre os lavradores e os conhecimentos das plantas e dos ciclos da natureza também integram a dimensão cultural do trabalho. Deste modo, o saber da lida com a terra dialoga com os saberes descritos pelo Iphan no livro de saberes:

Os Saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente, estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais (Iphan, 2014, s/p.)

Objetivos desta abordagem

- Conhecer a história local por intermédio do contato com agricultores e descendentes dos primeiros lavradores da Pedra Lisa.
- Valorizar os saberes da Comunidade tradicional de lavradores da Pedra Lisa como indicativos do patrimônio imaterial.

- Compreender que o trabalho humano produz marcas tangíveis e intangíveis na paisagem, transformando-a por meio dos usos do solo e da ocupação humana.

Metodologia e estratégias usadas para o desenvolvimento desta abordagem

A abordagem é centrada no trabalho de campo. Antes da realização da atividade extraclasse, os alunos devem ser estimulados a conhecer o local a ser visitado por intermédio de vídeos, fotografias, histórias ou pesquisas na internet. Porventura já tenham ido, o professor deve indagar o que foi visto e como é o local e informar os objetivos da atividade.

O uso de mapas do município e da localidade é uma estratégia para estimular a curiosidade. O caminho a ser percorrido da escola até o destino deve ser mapeado e observado para reflexões posteriores (mapa 6).

O roteiro do trabalho de campo deve ser elaborado e compartilhado com os alunos antes da chegada, a fim de orientar a visita. A busca pelos pontos selecionados deve ser estimulada. A observação espontânea de outros elementos presentes na paisagem cultural não deve ser ignorada.

Descrição do percurso pedagógico

Ainda na escola, exibição de trechos do documentário “A história da Sociedade dos Lavradores e Posseiros da Pedra Lisa” para informar sobre o movimento social e as lutas pela posse da terra, ocorrida no local na década de 1950. O roteiro (figura 7) inicia no Núcleo Agrário Miguel Couto Filho com o objetivo de destacar que a Pedra Lisa não é somente um bem natural. A paisagem é constituída pela história de um movimento social. É pertinente informar sobre o governador do Rio de Janeiro que nomeia o núcleo e seu envolvimento na desapropriação das terras, no período de violência pela luta fundiária (Alves, 2003). Da mesma forma, a visita deve conscientizar a respeito da importância histórica do núcleo e sua atuação até os dias atuais com outras funções.

A visita à placa comemorativa da desapropriação das terras em favor dos posseiros e lavradores da Pedra Lisa, localizada na porta da escola municipal, conduzirá os alunos à reflexão a respeito da memória, tendo em vista que a placa de bronze data de 1958. Assim, os alunos devem ser provocados a pensar o porquê de sua criação e fixação no local. O que ela narra ou preserva da história ao longo dos sessenta e sete anos? O conceito de lugar de memória (Nora, 1993), apresentado no capítulo 3, pode ser utilizado para a compreensão dos vários tempos presentes na paisagem e da necessidade de preservação dos ‘fragmentos da memória ainda presentes na paisagem. Zarbato e Santos (2015, p.65) dialogam com a abordagem ao afirmar:

Nesse processo de valorização da memória coletiva, os monumentos se configuram legitimadores da rememoração e valorização do passado. E constituem-se como elementos que agregam a política do que deve ser lembrado.

Ainda na praça, a visita à placa de celebração dos cem anos da imigração japonesa na Pedra Lisa marca a colonização da região na década de 1950 e a chegada dos migrantes de Minas Gerais e de outras regiões do Rio de Janeiro para trabalhar nas lavouras abundantes e férteis do então município de Nova Iguaçu, de propriedade dos japoneses (Correio,2018).

A turma volta-se para a Pedra Lisa, monumento geológico, símbolo do bairro e da cidade. Pode observar a textura da rocha, os ‘frisos’ que a fazem parecer ‘lisa’, a declividade, a forma e seu potencial para o turismo de aventura. No mesmo local, as placas de interesse geoturístico e da Área de Proteção Ambiental (APA Pedra Lisa) revelam a política pública atual de preservação e de planejamento para o uso da área, que está situada na Zona de Amortecimento da Reserva Biológica do Tinguá.

Figura 37: Roteiro pedagógico para trabalho de campo dos alunos.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A instalação das duas placas de manejo ambiental no presente ano e a existência de placas do 'passado', referentes à ocupação e loteamento da Pedra Lisa, há poucos metros uma da outra no entorno da praça e em frente ao Núcleo Agrário Miguel Couto Filho oferecem subsídios para reflexões do campo patrimonial com os estudantes. Afinal, as placas são uma forma de identificação de um bem, transmite uma narrativa, circunscrita ao contexto histórico, marcam uma territorialidade, ou seja, revelam relações de poder, conforme abordado no primeiro capítulo.

A propósito, é possível organizar uma linha cronológica de 1958 até os dias atuais para que os estudantes possam buscar os principais acontecimentos, personalidades e transformações na paisagem cultural.

A última etapa do roteiro é a visita a um sítio próximo à praça, com produção de aipim e de outros produtos. O pequeno agricultor deve explicar a dinâmica da produção, o modo de cuidar da terra, os conhecimentos necessários (como e com quem os aprendeu ao longo da vida), a relação com a natureza, o conhecimento das ervas medicinais e as histórias da vida no campo, inclusive da luta pela posse da terra, da qual seus antepassados participaram. A conversa com o agricultor da Comunidade Tradicional da Pedra Lisa e a visita devem subsidiar duas atividades práticas, descritas abaixo.

A- Você sabia?

Os alunos recebem placas de sim ou não para expressar seu conhecimento. O docente prepara perguntas sobre se já conheciam a história local, se tinham conhecimento da função das placas de identificação observadas na praça; se sabiam que a Pedra Lisa pode ser conhecida para além do monumento geológico; se os elementos observados fazem da Pedra Lisa um patrimônio cultural ou não; se tinham conhecimento do potencial turístico e importância ambiental da Pedra Lisa.

B- Quem sabe mais?

No sítio, os alunos são estimulados a fotografar, livremente, espécies de plantas e de animais. O agricultor, previamente, seleciona a muda de algumas plantas fotografadas. Os estudantes devem identificar a planta com nome e uso para chás, remédios ou outros usos. É pertinente apresentar mudas de plantas consumidas pelos discentes, a exemplo do açaí, para que eles compreendam a origem e o trabalho humano realizado para a produção alimentícia.

Recursos usados com link de acesso e materiais motivadores

A história da Sociedade de lavradores e posseiros da Pedra Lisa, disponível em https://youtu.be/arYGy23l_VI?si=Q0TZIT56S0-5aGeI, acesso em 20/4/2025.

“<https://odia.ig.com.br/japeri/2025/06/7070785-japeri-celebra-avanco-ambiental-com-entrega-oficial-do-plano-de-manejo-da-apa-pedra-lisa.html>”, acesso em 15/6/2025.

Avaliação

Após o retorno à escola, os alunos devem refletir sobre o conhecimento dos agricultores e o tipo de trabalho desenvolvido para a produção agrícola e as características da vida em um ambiente rural para o estabelecimento de relações com a rotina urbana dos alunos. Assim, a letra da música “Trabalhador” pode ser um ponto de partida.

Trabalhador

(Seu Jorge)

Está na luta, no corre-corre, no dia a dia
Marmita é fria mas se precisa ir trabalhar
Essa rotina em toda firma começa às sete da manhã
Patrão reclama e manda embora quem atrasar

Trabalhador

Trabalhador brasileiro

Dentista, frentista, polícia, bombeiro

Trabalhador brasileiro

Tem gari por aí que é formado engenheiro

Trabalhador brasileiro

Trabalhador

E sem dinheiro vai dar um jeito

Vai pro serviço

É compromisso, vai ter problema se ele faltar

Salário é pouco, não dá pra nada

Desempregado também não dá

E desse jeito a vida segue sem melhorar

Trabalhador

Trabalhador brasileiro

Garçom, garçonete, jurista, pedreiro

Trabalhador brasileiro

Trabalha igual burro e não ganha dinheiro

Trabalhador brasileiro

Trabalhador

Está na luta, no corre-corre, no dia a dia

Marmita é fria mas se precisa ir trabalhar

Essa rotina em toda firma começa às sete da manhã

Patrão reclama e manda embora quem atrasar

Trabalhador

Trabalhador brasileiro

Dentista, frentista, polícia, bombeiro

Trabalhador brasileiro

Tem gari por aí que é formado engenheiro
 Trabalhador brasileiro
 Trabalhador
 E sem dinheiro vai dar um jeito
 Vai pro serviço
 É compromisso, vai ter problema se ele faltar
 Salário é pouco, não dá pra nada
 Desempregado também não dá
 E desse jeito a vida segue sem melhorar
 Trabalhador
 Trabalhador brasileiro
 Garçom, garçonete, jurista, pedreiro
 Trabalhador brasileiro
 Trabalha igual burro e não ganha dinheiro
 Trabalhador brasileiro
 Trabalhador
 Trabalhador

A letra da música permite a reflexão sobre o trabalhador urbano, que é o responsável pelos alunos público-alvo da sequência didática. As dificuldades do ir e vir do trabalho, sobretudo no trem da Central do Brasil podem ser comparadas com a lida observada no campo e com a história de repressão aos trabalhadores rurais da Pedra Lisa durante a ditadura.

Um ponto relevante a ser abordado por meio de uma roda de conversa é se o trabalhador brasileiro vive somente em cidades e quais conhecimentos o trabalhador rural possui. Para finalizar a avaliação, os estudantes podem ser convidados a trazer plantas dos quintais de casa, sob a orientação dos responsáveis e mais idosos da casa, para uma exposição na escola com a identificação do nome, uso ornamental, medicinal ou ritualístico.

Referências usadas para elaboração da abordagem

Correio, R.N.M. (2018). A imigração asiática em Japeri: Uma colônia japonesa em Pedra Lisa na década de 1950. In: *Mosaico Suplementos*, v. 9, p. 48-55.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: NORA, Pierre (org.). *Os lugares de memória*. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1993. p. 17-50.

Zarbato, J. A. M., & Santos, C. V. dos. Memória e patrimônio na aula de História: o uso do monumento histórico-cultural na aprendizagem histórica. In: *Fronteiras - Revista de História*, 17(30).

9.1. Abordagem 4

Conteúdo(s)e/ou questões a serem explorados

Diante do olhar desenvolvido por meio das habilidades curriculares (BRASIL, 2018) no trabalho de campo, a paisagem cultural da Pedra Lisa pode inspirar atividades museológicas. Afinal, o monumento natural, a história, os elementos tangíveis da luta dos trabalhadores rurais, como a placa de bronze, a escola municipal Pedra Lisa e o Núcleo Agrário Miguel Couto Filho formam bens culturais, por meio dos quais memórias podem ser acessadas ou construídas. Do mesmo modo, os saberes dos agricultores configuram um patrimônio cultural imaterial. Assim, a abordagem pode apresentar a museologia como instrumento para ações de memória, educação, pesquisa e registro da cultura local.

O município de Japeri não possui museus nem centros de memória. Há dois equipamentos públicos – o Centro Cultural Deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães e a biblioteca municipal Carlos de Souza. Ambos recebem exposições e realizam atividades culturais para o público, mas não são museus. Há também equipamentos privados, dentre os quais se destaca o Espaço Cultural Código, sede da Companhia de teatro de mesmo nome, que desenvolve inúmeras ações no território.

A apresentação do museu como possibilidade de lugar de registro e de preservação da memória da comunidade da Pedra Lisa ou do próprio aluno motiva a organização desta abordagem. De modo empírico, é presumível que os discentes da escola municipal Professora Célia Sobreira, localizada em um bairro periférico da franja urbana de Japeri, não reconheçam uma instituição museal em seu território. O museu, nos moldes tradicionais ainda dominantes, não ‘cabe’ na cidade.

Ao mesmo tempo, os alunos não enxergam significado no museu e lhe atribuem características do passado. Também, quando realizam contato com museus é para visitar²⁶ as instituições museológicas da metrópole, que surpreendem, pela beleza arquitetônica e pela riqueza do acervo. Normalmente são museus localizados no centro do Rio de Janeiro ou na Zona Sul carioca, isto é, em territórios valorizados, conforme discussão apresentada no primeiro capítulo. Em outras palavras, a cultura presente no museu é territorializada.

²⁶ Como professora da escola para qual a sequência didática é preparada e autora deste trabalho, permito-me assumir a primeira pessoa para compartilhar os estigmas da cultura dominante na minha prática. Sou a professora que aprecia levar os estudantes para os museus do Rio de Janeiro para ilustrar a ‘cultura’, a produção artística, os monumentos e obras de arte. O desenvolvimento da pesquisa me faz observar o quanto ratifico nos alunos a visão de um único tipo de museu. Então, a temática museal perpassa a desconstrução conceitual nos educadores.

A temática evidencia a relação entre museu e patrimônio cultural no que tange à necessidade de compreensão dos dois conceitos e de sua existência como produto da cultura de um grupo social alicerçado nas relações de trabalho e na cultura como modo de vida. Diante do contexto descrito, a abordagem deve conduzir os discentes a refletirem como a memória é construída ou registrada. Adicionalmente, quem e quais objetos deveriam estar num museu criado em Japeri? O que é um museu? O que ele deve conter?

Conceitos associados ao conteúdo(s) e/ou questões

Para iniciar a apresentação do conceito de museu, é pertinente refletir sobre a descrição de Chagas e Storino (2007, p.1)

Os museus estão entre os locais que nos proporcionam a mais elevada ideia do homem, diz André Malraux. Eles são janelas, portas e portais; elos poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu e o outro; elos políticos entre o sim e o não, entre o indivíduo e a sociedade. Tudo o que é humano tem espaço nos museus. Eles são bons para exercitar pensamentos, tocar afetos, estimular ações, inspirações e intuições.

A caracterização dos autores corrobora as origens dos museus, relacionadas às práticas colecionistas da Antiguidade. No Brasil, a criação dos primeiros museus remonta à chegada da corte portuguesa ao país. Então, observa-se que a prática museológica nasceu alicerçada na identidade nacional. Nesse sentido, os museus funcionaram como instrumentos de disseminação de discursos oficiais sobre a nação. As instituições nasceram elitistas e com forte apelo político-ideológico.

Desde o final dos anos 1980, conforme a abertura política, ocorrida também no campo patrimonial, vem se consolidando no Brasil uma perspectiva mais abrangente sobre os museus e espaços de memória. Observa-se uma ampliação no escopo de acervos e das narrativas, com maior valorização da diversidade de objetos, sujeitos, histórias e práticas. Surgem assim, museus de território, museus de favelas, museus indígenas, museus comunitários, ecomuseus – todos comprometidos com a multiplicidade de memórias e com a democratização do acesso ao patrimônio.

O novo conceito de museu apresentado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) ratifica o contexto de preocupação com a inclusão, com a diversidade e com a cultura das comunidades com o intuito de democratizar o acesso aos museus.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio

material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022, s/p.)

O contexto histórico de criação de um museu contribui para a compreensão do ‘estranhamento’ da existência de um museu em Japeri, aos olhos dos alunos. Da mesma forma, a ampliação do conceito, assim como de patrimônio cultural, abordada anteriormente, estimula a preparação desta atividade didática. A memória é "o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado" (Nora, 1993). Ela é seletiva, resultado da intencionalidade e das tensões, que culminam em apagamentos, esquecimentos e reforços. Le Goff dialoga com Nora (1993) ao apresentar o valor da memória. Le Goff (1994, p.410):

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

Em consonância com as questões patrimoniais, a memória social também é um instrumento de poder para a democratização do acesso ao passado e à identidade dos grupos periféricos. É uma chave para a compreensão do presente e para a construção do futuro. É uma ponte entre os tempos, a história, perpassando aspectos afetivos e concretos, dentre os quais os lugares de memória. É o que adquire significado e atravessa a história.

No caso específico da Pedra Lisa, o direito à memória²⁷ após a invasão militar no período ditatorial (Bastos, 2022) envolve ações práticas de reconhecimento, difusão e registro. Todas perpassam o universo escolar, pois configuram elementos formadores da identidade como pressuposto na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

A apresentação do conceito de memória, do ponto de vista pedagógico, deve ser adequada à comunidade a qual o aluno pertence. Assim, o professor pode buscar conhecer as memórias sociais locais junto com os alunos, durante as atividades propostas. O importante é o olhar atento e cuidadoso para não ratificar os apagamentos e a subalternização das memórias.

A reflexão a respeito do lugar das memórias na paisagem cultural aproxima-as da necessidade de seu registro, salvaguarda e expressão material. Neste contexto, o museu é uma

²⁷ Para aprofundamento da temática da memória na perspectiva da repressão, recomenda-se a leitura de memórias subterrâneas e de POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

instituição responsável por esse papel. Assim, museu, memória e patrimônio formam uma tríade complementar, ora convergente, ora divergente, mas percolada às questões culturais, incluindo as disputas e transformações na paisagem (Abreu e Chagas, 2009).

Objetivo desta abordagem

Apresentar os conceitos de memória e de museu sob a perspectiva de produtos da cultura das comunidades, do modo de vida e das particularidades do ser humano no território. Adicionalmente, aproximar o museu do espaço do cotidiano dos alunos para o reconhecimento e valorização dos patrimônios culturais.

Metodologia e estratégias usadas para o desenvolvimento desta abordagem

A abordagem utiliza como estratégia, a desconstrução do conceito de museu e a apresentação de vários tipos de instituições a fim de estimular a reflexão nos alunos. A navegação pelo site de “Arte e Cultura” do Google é uma ferramenta gratuita e acessível para a turma consultar alguns dos maiores museus do mundo. A temática patrimonial também deve ser revisitada. O professor pode indagar que tipo de museu os alunos criariam e quais objetos gostariam de ver na instituição.

Descrição do percurso pedagógico

Perguntar para os alunos quem já visitou um museu. O que viram, se gostaram. Para que serve um museu. Quais patrimônios guardariam num museu. Indagar se somente objetos antigos devem estar no museu. Porque não há museus em Japeri e se tivesse, o que os alunos levariam para compor o acervo. As perguntas servem para orientar a ideia de que os museus são instituições de memória, de pesquisa e de salvaguarda de bens culturais importantes.

A visita a diferentes museus, incluindo os museus de território, e o tour virtual por outras instituições é uma atividade desta abordagem para ampliar a concepção dos alunos a respeito do tema. A dificuldade de transporte para realizar as visitas deve ser considerada e o uso de fotografias de museus clássicos e de comunidade ou percurso são alternativas para a abordagem.

Recursos usados com link de acesso e/ou materiais motivadores

<https://mariochagas.com/producoes-bibliograficas/artigosecapitulos/>, acesso em 20/5/2025

<https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>, acesso em 22/06/2025

<https://grupocodigo.org.br/>, acesso em 14/5/2025

https://youtu.be/Eu_7hh2yAkE?si=u6VDP_KYBK2xv12p_, acesso em 20/5/2025
<https://youtu.be/TVHrrtM9UD0?si=kawRUQGn93ZUh-6d>, acesso em 19/5/2025
https://youtu.be/VMVZpQATX3A?si=DqUUdXUo-QOWndf_, acesso em 21/5/2025.
<https://youtu.be/AI3diIdAjog?si=elpJK8XmFeh8jM85>, acesso em 21/5/2025.

Avaliação

Os alunos podem levar fotografias de família e objetos de sua preferência, os mais significativos e preciosos para organizarem uma exposição. Cada um deve apresentar a sua fotografia e objetos selecionados. É sabido que um museu não é mais uma coleção de objetos, mas esta iniciativa deve ser o portal, como afirmaram Chagas e Storino (2007) para as memórias e para o simbólico.

Referências usadas para elaboração da abordagem

CHAGAS, Mário de Souza; Storino, Claudia MP. "Os museus são bons para pensar, sentir e agir". In: *Musas* – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

9.1. Abordagem 5 -

Conteúdo(s)e/ou questões a serem explorados

A necessidade de os alunos refletirem sobre a paisagem da Pedra Lisa, a importância do trabalho humano e das histórias pessoais podem estimular o desejo de *registro* e de transmissão das experiências e dos conhecimentos adquiridos, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular. Deste modo, o aluno torna-se sujeito, participa da criação de um museu virtual e da pesquisa de *fontes históricas* locais.

A ausência de instituições museais no território também motiva esta iniciativa. Deve-se acrescentar, a facilidade do uso de tecnologias de informação e de comunicação por parte dos adolescentes, o que os aproximará da abordagem.

A elaboração de um museu virtual também é uma forma de desconstruir a visão tradicional, elitista e de ampliar a participação dos alunos na construção de memórias locais, a partir do cotidiano no território. Por fim, um museu virtual pode ser uma narrativa, escrita a partir dos interesses e percepções dos discentes por meio do afeto e do simbólico.

Conceitos associados ao conteúdo(s) e/ou questões

A cibermusealização é um tema instigante da Museologia Social, que dialoga com a ampliação do acesso e participação das pessoas na configuração de um museu. A experiência virtual utiliza os pressupostos de cuidado com a memória e com a educação. Chaves (2020, p.14)

Os museus virtuais são instituições de memória conectadas que se reconfiguram tanto no tempo como no espaço, proporcionando a difusão de informações sobre o patrimônio.

Na perspectiva virtual, a relação entre os objetos e as pessoas é mais importante do que o objeto em si (Chaves, 2020). Esta afirmativa ratifica a viabilidade do museu virtual ser uma prática pedagógica, alicerçada por reflexões patrimoniais. Neste contexto, a problematização a respeito da categorização do museu virtual ser ou não um museu, tema discutido por Chaves (2020) não é relevante nesta abordagem.

O exercício de musealizar objetos, histórias de vida, documentos, fotografias e vídeos, para alunos e público em geral, com pouco acesso às instituições museais e pouca representatividade sociocultural nos espaços existentes, é uma tarefa profícua, que excede debates teórico-conceituais. O museu virtual existe apenas na internet, no ciberespaço. Seu acervo é constituído por imagens de objetos selecionados pelos visitantes ou por histórias, que as julgam importantes. Chaves (2020, p.35)

Museu virtual: instituição museal na virtualidade, de curadoria colaborativa, que efetua a mediação entre memória, patrimônio e sociedade, socializando na virtualidade.

Objetivo desta abordagem

A abordagem tem por objetivo criar um museu virtual a partir do percurso de aprendizagem realizado na sequência didática, enfocando o trabalho de campo realizado. Adicionalmente, estimular o protagonismo e a colaboração dos alunos, como sujeitos pensantes de suas histórias e das relações simbólicas com objetos e com o território.

Metodologia e estratégias usadas para o desenvolvimento desta abordagem

O professor deve saber o nível de envolvimento dos alunos com museus, atividade proposta na abordagem anterior; solicitar a pesquisa e reunião das fotografias tiradas durante o campo; orientar a escrita de relatos da experiência dos alunos; estimular a produção de vídeos com depoimentos dos estudantes; reunir informações (mapas, notícias, publicações etc.) sobre a Pedra Lisa.

Os alunos devem visitar os sites de alguns museus virtuais, como o Museu da Pessoa e Museu das Coisas Banais para observar os conteúdos, as exposições e a organização do acervo.

Devem também elaborar o nome do museu, sua missão e as estratégias de divulgação nas redes sociais.

Para fins de organização do site, o professor deve criar uma ficha catalográfica para as imagens e objetos doados com dados do doador, do autor das fotografias e do objeto com uma pequena descrição e justificativa simbólica para o objeto compor o acervo. (Chaves, 2020)

Descrição do percurso pedagógico

O professor deve apresentar a proposta de criação de um museu virtual para a turma. Os alunos compartilham as fotografias tiradas no campo e as organiza por eixos temáticos, de acordo com o roteiro pedagógico (figura 7) ou com algum outro critério decidido pela turma. Em casa, devem pesquisar objetos (enxada e outras ferramentas ou objetos subjetivos) e seres vivos (alimentos, plantas e animais) que os façam lembrar ou de alguma forma os remetam à paisagem da Pedra Lisa e ao que aprenderam no campo.

Os estudantes fotografam as peças, criam uma legenda (uma narrativa) para a descrição e identificação simbólica, isto é, o significado para o aluno. Podem ser escolhidas músicas para compor um acervo da Pedra Lisa, sempre com a narrativa das escolhas dos discentes para estimular a reflexão. A diagramação do museu em um site, assim como todo o processo museológico deve ser colaborativo.

Recursos usados com link de acesso e/ou materiais motivadores

<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/5-passos-para-criar-um-museu-virtual-com-seus>

[alunos/#:~:text=Gisella%20Braga:,pode%20acessar%20esse%20museu%20virtual](https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/5-passos-para-criar-um-museu-virtual-com-seus-alunos/#:~:text=Gisella%20Braga:,pode%20acessar%20esse%20museu%20virtual), acesso em 22/06/2025.

<https://museudascoisasbanais.com.br/>, acesso em 22/06/2025.

https://youtu.be/rDT3_VH_Rdk?si=WNoDfZMa93gK2Wpm, acesso em 22/6/2025.

<https://youtu.be/fxTVnueFpZE?si=mP1ovEC3dMyTMLm>, acesso em 22/6/2025.

<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/5-passos-para-criar-um-museu-virtual-com-seus>

[alunos/#:~:text=Gisella%20Braga:,pode%20acessar%20esse%20museu%20virtual](https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/5-passos-para-criar-um-museu-virtual-com-seus-alunos/#:~:text=Gisella%20Braga:,pode%20acessar%20esse%20museu%20virtual), acesso em 22/6/2025.

<https://artsandculture.google.com/story/nwWRKBBnEBSGKg>, acesso em 22/6/2025.

Avaliação

O processo colaborativo de criação do museu pode ser uma avaliação do professor, que observará a relação dos alunos com os objetos e fatos trazidos para a musealização, tendo em vista que a seleção não é aleatória. A verificação da aprendizagem dos conceitos de memória e museu pode ser realizada por meio de uma lista de características elencadas pelos discentes com a apresentação de exemplos do cotidiano. Os alunos podem, como forma de avaliação, planejar exposições temporárias como desdobramentos da primeira.

Referências usadas para elaboração da abordagem

CHAVES, Rafael Teixeira. *Cibermusealização: estudo de caso do Museu Virtual das Coisas Banais da Universidade Federal de Pelotas*. Dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

A sequência didática percorreu assuntos relacionados à temática patrimonial buscando a identificação dos alunos com elementos do seu cotidiano. Todas as abordagens estimularam o protagonismo discente. A participação espontânea é um fator motivador para a aprendizagem. As atividades planejadas tiveram a intenção suscitar reflexões sobre o território de Japeri. Além de promover uma educação crítica e de qualidade. A desconstrução dos conceitos de patrimônio e de museu, por si só, são um passo para a educação patrimonial. Segundo Grunberg (2007, p. 4):

Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.

A educação patrimonial²⁸ requer uma definição clara do docente sobre o conceito de patrimônio cultural. Caso contrário, reproduzirá estereótipos e modelos de exclusão social. Por isso, não é prudente ignorar que o currículo é um misto de proposições ideológicas sobre o que e como ensinar ou não ensinar. Em outras palavras, é um ato político organizado pelo Estado, mas que é praticado pelos professores. Por isso a importância das sequências didáticas para o diálogo com a prática docente.

É necessário avaliar quais patrimônios ou patrimônios de quem a sequência didática destaca ou ignora. Estas questões perpassam as relações sociais entre os grupos dominantes e

²⁸ Horta (1999) foi uma das pioneiras em Educação Patrimonial no Brasil. Sua concepção de educação patrimonial difere desta desenvolvida nos dias atuais. A expressão ‘conhecer para preservar’ ainda é válida, mas não para contemplar um patrimônio edificado, representante de uma elite e afastado do estudante das periferias brasileiras. A educação *pelo* patrimônio é um recurso para a cidadania e para a educação equânime, partindo do território local.

subalternos. Por essa razão, a desconstrução dos conceitos e sua identificação no ambiente de periferia, como da Baixada Fluminense, são uma estratégia didática relevante. A propósito, a discussão conceitual apresentada por Fonseca (2003) e Chuva (2020) a respeito do patrimônio e de sua ampliação é pertinente para o ensino em sala de aula. Da mesma forma, a problematização do que é um museu e suas funções sociais deve pautar o planejamento de uma visita, por exemplo ou mediar as relações dos alunos com os objetos e memórias do cotidiano.

Grunberg (2007) apresenta quatro etapas para a metodologia da Educação Patrimonial. São elas: a observação, registro, exploração e apropriação. Todas dialogam com a sequência didática apresentada. O exercício do olhar, proposto para a escola, foi um meio de aguçar os sentidos para a exploração da paisagem da Pedra Lisa. O registro por meio de fotografias, textos, produção de legenda durante e após o campo na Pedra Lisa contribui para a fixação das novas aprendizagens e para a acomodação dos conhecimentos prévios. Por fim, a apropriação ocorreu por meio da organização de um museu virtual, organizado pelos alunos após todo o percurso pedagógico.

Grunberg (2007) propõe atividades práticas de educação patrimonial. Uma delas é semelhante à abordagem de trabalho de campo na Pedra Lisa. Grunberg (2007, 15):

Planeje uma caminhada para ser realizada com os participantes, defina antes o roteiro, quais ruas, casas, lojas, monumentos, praças, pessoas, feiras, mercados, ruínas, parques, sítios e *paisagens* que poderão ser observados. Como é a paisagem? Tem construções? Quais as atividades que se realizam no local?

A sequência didática proposta para ‘explorar didaticamente’ a Pedra Lisa é uma reflexão local que abrange questões patrimoniais gerais, aplicáveis a qualquer escola brasileira, como as atividades sugeridas por Grunberg (2007). Deste modo, o exercício de planejamento de abordagens interligadas pode integrar o projeto político pedagógico da escola e contar com a participação de várias disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve início a partir das inquietações de uma professora, autora desta pesquisa. A busca por patrimônios possíveis trilhou caminhos surpreendentes. Os discursos de violência, pobreza e inaptidão parecem não silenciar as narrativas das comunidades locais. Assim, a pesquisa revelou, por meio de um estudo de caso, a existência de grupos organizados em associações de moradores, sindicato, companhia de teatro – o Grupo Código – e pontos de cultura entre outros, como artesãos, não abordados no recorte temático.

Ao revisitar o conceito de patrimônio cultural — compreendido como o conjunto de bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, que representam referências à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira —, a pesquisa identificou a presença desses patrimônios culturais na cidade.

O casarão ferroviário, o Pico da Coragem, a Pedra Lisa, o saber fazer e o conhecimento da natureza dos agricultores da Pedra Lisa são algumas das referências das identidades de Japeri. Neste sentido, é pertinente mencionar que a pesquisa não conseguiu investigá-las e tangenciou uma identidade rural, ora reforçada por políticas públicas, como os jogos campesinos, ora desafiada pela transformação do uso do solo e pelo processo de urbanização. Assim, cabem novos estudos para a temática, inclusive por meio da história oral.

A luta camponesa na Pedra Lisa, cuja organização associativa reverberou para o Estado do Rio de Janeiro, como um reflexo das questões fundiárias do passado e de hoje, reitera uma problemática central na formação do território nacional. Além disso, expõe as desigualdades da sociedade brasileira e as suas produções, dentre elas o patrimônio cultural.

O Núcleo Agrário Miguel Couto Filho existe, há pelo menos setenta e sete anos, quando o conflito agrário começou na Pedra Lisa. É uma ‘vida’ que criou uma escola, organizou a comunidade, foi testemunho da barbárie da ditadura militar, serviu aos agricultores para a comercialização e quase sucumbiu. Hoje reflete sobre a própria (r)existência atuando como um patrimônio cultural material (a construção física) e imaterial (as histórias da luta camponesa, os saberes tradicionais e a atualização das demandas sociais comunitárias). Como então, não o considerar um patrimônio cultural? Por que o receio da afirmação, suavizada no próprio texto pela adjetivação patrimônio “possível”?

A resposta para a provocação e autocrítica perpassa o fato de que o patrimônio cultural está no campo das disputas, inclusive de narrativas. As forças econômicas dominantes invisibilizam os esforços do cotidiano dos trabalhadores e, por consequência, desvalorizam suas

práticas culturais. A pesquisa apenas tangenciou os aspectos políticos do patrimônio, o que deve ser desenvolvido em outros estudos.

A necessidade de um inventário participativo, de pessoas da comunidade disponíveis para o trabalho de pesquisa, do diálogo constante com a academia para o suporte técnico, o que já foi iniciado por meio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dificultam a reunião de elementos para a abertura de um processo de tombamento e/ou de registro, junto ao Instituto estadual de patrimônio Cultural (INEPAC) ou ao Iphan.

Mais do que o título de patrimônio, as ações realizadas e as narrativas construídas evidenciam avanços na direção do reconhecimento e da valorização da história e da memória locais. Na área de estudo, a preocupação com a sua proteção é um exemplo disso. Assim, pesquisas posteriores podem investigar, como as comunidades de outras localidades de Japeri, que também possuem histórias próprias, problematizam a realidade do território.

A estação ferroviária de Japeri, um patrimônio reconhecido, diferente da área de estudo, por diferentes contextos e causas não abordados nesta pesquisa, não possui a mesma valorização e uso cotidiano. Isto dificulta sua apropriação pelos moradores da cidade. Contraditoriamente, a paisagem arquitetônica permanece enquanto símbolo de um passado distante e cristalizado no tempo, sem práticas culturais. Assim, reforçando a concepção de patrimônio edificado, elitista e esvaziado de sentido popular. Então, isso é patrimônio cultural?

É óbvio que a provocação é retórica. Não objetiva subestimar a sólida história das ferrovias brasileiras. Esta atravessa a Baixada Fluminense, criando inclusive, a cidade de Nova Iguaçu, da qual Japeri foi emancipada. No entanto, deseja apenas suscitar reflexões sobre o nosso olhar sobre o que é patrimônio cultural. Em resumo, são as pessoas e a relação que estabelecem com os bens culturais que os transformam, ou não, em patrimônio cultural. Este é, portanto, vivo e possui plasticidade para sobreviver ao tempo.

Japeri integra o circuito da Baixada Verde e, com ele, busca uma identidade ligada ao turismo, à sustentabilidade e ao lazer. No entanto, os patrimônios naturais identificados pelo poder público ainda são vistos de modo dissociado das histórias e práticas culturais locais.

Na área de estudo, não há guias comunitários. A história dos camponeses, a chegada dos imigrantes orientais, a diversidade de espécies da flora local ou a sabedoria dos agricultores no cultivo da terra estão em silêncio à espera de quem possa contá-los. Deste modo, o Plano de Manejo da APA Pedra Lisa adquirirá maior significado, visando o aumento da qualidade de vida dos cidadãos, a partir das relações culturais, inclusive econômicas, estabelecidas com os moradores. Do ponto de vista conceitual, é evidente o desafio de conjugar o patrimônio natural com o cotidiano.

A pesquisa segue em direção ao enlace entre a História e a Geografia. Ela nos faz lembrar a história de longa duração, na qual os acontecimentos não são isolados. Ao contrário, resultam das questões espaciais, a exemplo da localização, das características climáticas, geológicas, demográficas ou mesmo da ocupação do solo.

Ao mesmo tempo, o presente estudo ratifica seu caráter geográfico ao identificar a Pedra Lisa como uma paisagem cultural, uns dos principais conceitos desta área do conhecimento. Acrescenta-se a este fato, e em razão dele, o trabalho de campo ser um instrumento para o estudo dos lugares e para descrição da paisagem. Portanto, adquire uma dimensão fundamental. A área em estudo, é de fato, um espaço não formal de aprendizagem para professores e alunos.

A proposição da sequência didática nasce como uma tentativa de explorar pedagogicamente a Pedra Lisa, em razão de seus aspectos geográficos. Porém, adquire outros contornos. As conexões entre a Base Nacional Comum Curricular, o planejamento da rede e o território de Japeri fortaleceram, também, o conceito de paisagem cultural. O olhar dos alunos para outro bairro do município, de características rurais, diferentes do seu, criado a partir de relações de trabalho distintas e produtoras de memória pode ampliar a consciência e a cidadania dos estudantes por meio da alteridade e para a reflexão de si mesmos.

A relação do objeto de estudo com a educação básica possibilitou ratificar a importância da temática patrimonial para a formação do ser humano e de sua *identidade*. No entanto, a pesquisa não reuniu subsídios para afirmar quais são as identidades dos alunos ou suas relações de afeto com o território. Assim, cabem estudos específicos nas escolas, por meio de oficinas, entrevistas, cursos ou trocas com professores, que não foram possíveis para o recorte delimitado.

O Manual de educação patrimonial (GRUNBERG, 2007), indiretamente, inspirou o planejamento das atividades. O patrimônio cultural não consagrado, como o de Japeri, foi abordado nos mesmos princípios e intencionalidade propostos pelo IPHAN. Desta forma, a sequência didática é mais do que uma metodologia educativa. É uma abordagem patrimonial para os estudantes.

A pesquisa identificou o Núcleo Agrário e o saber dos agricultores como patrimônios culturais (materiais e imateriais). Mas, não reuniu fontes - fotografias, objetos, depoimentos e documentos - para prosseguir e contribuir para o reconhecimento oficial. Por isso, as investigações devem continuar na tentativa de organização de um acervo junto à Comunidade Tradicional dos Camponeses.

O estudo tangenciou algumas memórias, de forma indireta. Seu registro por meio da proposição de um museu virtual, ainda que no universo do planejamento, sugere que novos

estudos podem fazê-lo, pois há muitas memórias e saberes ainda acessíveis no município e é preciso registrá-los. A pesquisa espera ter contribuído para uma política patrimonial por intermédio do enfoque educacional.

Aos colegas professores, a pesquisa pretendeu oferecer um subsídio teórico-metodológico para a problematização de qualquer território por meio da cultura. As reflexões desenvolvidas não ignoram as dificuldades do fazer pedagógico. Mas, podem contribuir para o contínuo (re)pensar de nossas práticas e olhares para o ambiente, repleto de saberes, dos nossos alunos.

Por fim, o recorte temático e as reflexões subjacentes evidenciaram que Japeri possui patrimônios culturais *em processo* de identificação, reconhecimento e de problematização das questões sociais. Os desafios do passado e atuais não os invalidam, ao contrário, legitimam sua existência como força para a construção de um futuro próximo, presente nas salas de aula.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Introdução. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- BASTOS, G., Furtado, L., Valente, M. C., & Treiger, T. (2024). A ditadura e o campesinato: busca da verdade, da memória e da reparação no caso Pedra Lisa/RJ. *Revista Da Defensoria Pública Da União*, 20(20), 39-67. <https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i20.p39-67>.
- BASTOS, Gabriel Souza. *Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense*. 2022. 372 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.
- BORJA, B. Cultura e economia nos marcos do capitalismo dependente: considerações sobre a dependência cultural. *Jornal dos economistas*, v. 1, p. 62-68, 2024.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: *São Paulo em perspectiva*, 15.2 (2001): 73-83.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidente da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em: 2 mar. 2025.
- BRASIL. *Plano de implementação dos investimentos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) na Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)*. Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/14399.htm. Acesso em: 20/06/2025
- CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CARVALHO, A.L. *Hino Municipal de Japeri*. Japeri. 1991.
- CHAGAS, Mário de Souza; Storino, Claudia MP. Os museus são bons para pensar, sentir e agir. *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 3, 2007.

CHAVES, Rafael Teixeira. *Cibermusealização: estudo de caso do Museu Virtual das Coisas Banais da Universidade Federal de Pelotas*. Dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (org.). *Seminários DEP/FLUP*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DTCP, 2020. p. 16-35.

CORREIO, R.N.M. (2018). A imigração asiática em Japeri: Uma colônia japonesa em Pedra Lisa na década de 1950. *Mosaico Suplementos*, v. 9, p. 48-55.

DELPHIN, Carlos Fernando. *O Patrimônio Natural no Brasil*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em: 2 mar. 2025.

DIA. *Japeri celebra avanço ambiental com entrega oficial do Plano de Manejo da Pedra Lisa*. Disponível em <https://odia.ig.com.br/japeri/2025/06/7070785-japeri-celebra-avanco-ambiental-com-entrega-oficial-do-plano-de-manejo-da-apa-pedra-lisa.html>, acesso em 18 de Junho de 2025.

Feira de São Cristóvão como patrimônio. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro2327.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/624594b5535083d9032589a4006c2a47?OpenDocument&Start=1.1.1.13>. Acesso em 4 de março de 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de território cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-79.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 25-33.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; GRUNBERG, Evelina. *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (IPHAN). *Livro de Registro dos Saberes*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/fototeca/detalhes/11/fototeca-registro-dos-saberes>. Acesso em: 10 de junho.2025.

JAPERI. *Lei n. 1.408*. 13 de dezembro de 2019.

JAPERI. *Lei n. 1501, de 13 de dezembro de 2022* - Estabelece as Normas de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Japeri - RJ, Disponível em: https://pmjaperi.geosiap.net.br/pmjaperi/websis/siapegov/legislativo/leis/resulta_leis.php. Acesso em 1 de março de 2025.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de [Tradutor(es)]. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LOBATO, Roberto. Paisagem Cultural. *Sociedade dos Geógrafos Mortos*. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P3zfvGiHTPo>

MACEDO, Fausto. *Patrimônio numa hora dessas?* Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/patrimonio-numa-horadessas/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

MACHADO, Dilson Duarte Pinto. *Análise da Bacia Hidrográfica do Rio São Pedro, sub-bacia do Rio Guandu-RJ, a partir do Sistema GTP* (Geossistema - Território - Paisagem) como subsídio à conservação e gestão dos recursos hídricos. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

MARQUES, Janote Pires. A observação participante na pesquisa de campo em educação. *Educação em Foco*, v. 19, n. 28, p. 263-284, 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. *1º Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG: IPHAN, 2009. p. 1-20.

MINC. *O que é Cultura?* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_IBOtGyZrIE. Acesso em: 28 fev. 2025.

MORAES, Cláudia Corrêa de Almeida; FOGAÇA, Isabela Fátima; SOARES, Carlos Alberto Lizídia. Inventário Turístico: constatações e considerações. *Inventário Turístico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Volume 3, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: NORA, Pierre (org.). *Os lugares de memória*. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1993. p. 17-50.

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.605-639.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. p. 12-74.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

_____. Paisagem cultural. In: IPHAN. *Dicionário IPHAN do Patrimônio Cultural: o que é paisagem cultural* (verbete). Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Luciana Cristina Cruz; MORAES, Nilson Alves de. Patrimônios possíveis: modernidade e colonialidade no campo do patrimônio. In: *XXIX Simpósio da ANPUH*. Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 24-28 jul. 2017.

UGALDE, Maria Cecília Pereira; ROWEDER, Charlys. Sequência didática: uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, v. 6, ed. especial, e099220, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31417/educitec.v6ied.especial.992>.

UNESCO. *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>, Acesso em 2 de março de 2025.

VIANNA, Letícia. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analúcia (Orgs). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>

VIEIRA, Luís Renato. Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. *Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado*. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td211>. Acesso em: 2 mar. 2025.

ANEXO A - Oficina para professores. Tema: Japeri: cruzando olhares, (re)produzindo narrativas e ensinando por meio dos espaços da cidade

OFICINA 1 – OLHARES SOBRE JAPERI

Objetivo da oficina: sensibilizar, provocar a reflexão, uma chuva de ideias e um panorama de Japeri.

Pergunta: De que lugar estamos falando?

Conclusão: importância da lente, do olhar, de ver o todo, que é maior do que a soma das partes. De ver que tudo é narrativa, é construção de alguém e com um objetivo. Se está em branco ou não há informação ===== APAGAMENTO, ESQUECIMENTO, INVISIBILIDADE

O PROFESSOR(A) COMO NARRADOR TAMBÉM... ORIENTADOR/COPARTICIPANTE

“Alunos da Rede Municipal de Japeri visitam Aterro Sanitário”

Alunos do 5º ano da Escola Municipal Amaralina, no bairro Beira Rio, em Japeri, fazem visita guiada nesta terça-feira (06), ao Aterro Sanitário de Paracambi, que recebe o lixo produzido pela população de Japeri e de outros quatro municípios.

Fonte: Teixeira, S. Disponível em: <https://www.japeri.rj.gov.br/2023/06/06/alunos-da-rede-municipal-de-japeri-visitam-aterro-sanitario/>

“Alunos da Rede Municipal de Japeri visitam Aterro Sanitário”

Já o aluno Jean Carlos Dias, de 10 anos, falou experiência em ter visitado a região. “Foi muito legal a experiência de ter conhecido o Aterro. Vou chegar em casa e contar para os meus pais tudo que aprendi aqui”, disse.

2ª Edição dos Jogos Campesinos agita Japeri

“Bambolê, corrida de saco e cabo de guerra foram algumas das brincadeiras que embalaram a 2ª edição do JOCAMP. Durante cada jogo era possível ver a animação e a torcida tanto dos alunos, quanto dos professores e gestores das escolas Carlos Alberto, Pedra Lisa, Rio D’Ouro, Paulo Félix, Santo Antônio, Tânia Mara e a creche Janderson.”

Fonte: LOPES, A. Disponível em: <https://www.japeri.rj.gov.br/2023/06/07/2a-edicao-dos-jogos-campesinos-agita-japeri>. Acesso em 8/6/2023.

2ª Edição dos Jogos Campesinos agita Japeri

Para a secretária de Educação, professora Caroline Ontiveros, os jogos Campesinos vão além de uma simples brincadeira, momento de descontração ou competição entre as escolas. “Esse também é um momento de muito aprendizado para os alunos. Através dos jogos conseguimos trabalhar a socialização, respeito e a disciplina dos nossos estudantes, além de estimular a prática esportiva”, explicou a gestora.

Fonte: LOPES, A. Disponível em: <https://www.japeri.rj.gov.br/2023/06/07/2a-edicao-dos-jogos-campesinos-agita-japeri>. Acesso em 8/6/2023.

“Prefeitura e UFRRJ iniciam atualização do Inventário de Oferta Turística de Japeri”.

A aluna de turismo da UFRRJ, Maria Ana Luiza, é moradora de Japeri e se mostrou animada com a oportunidade de conhecer e analisar o turismo japeriense. “Fiquei muito feliz quando a professora falou que a cidade escolhida para o projeto seria Japeri. A nossa disciplina propõe o estudo de uma cidade da Baixada e Japeri merece esse reconhecimento. Vou conhecer ainda mais a minha cidade e vou trabalhar para que mais pessoas conheçam as riquezas de Japeri”, comemorou.

Fonte: Andrade, C. Disponível em <https://www.japeri.rj.gov.br/2023/06/06/prefeitura-e-ufrrj-iniciam-atualizacao-do-inventario-de-oferta-turistica-de-japeri/>. Acesso em 8/6/2023.

“Prefeitura e UFRRJ iniciam atualização do Inventário de Oferta Turística de Japeri”.

“A atualização do Inventário é um grande levantamento de dados. Esse mapeamento trará inúmeros benefícios, como o fomento de políticas públicas relacionados ao turismo, a criação de um banco de dados para que a iniciativa privada possa investir no município, a promoção da cidade, entre muitos outros. A atualização se tornou ainda mais importante quando levamos em consideração o cenário pós-pandemia, onde muitos setores do turismo foram afetados, como o de serviços. Outra prioridade é ampliar e detalhar as informações do setor rural do turismo japeriense”, disse.

Fonte: Andrade, C. Disponível em <https://www.japeri.rj.gov.br/2023/06/06/prefeitura-e-ufrrj-iniciam-atualizacao-do-inventario-de-oferta-turistica-de-japeri/>. Acesso em 8/6/2023.

Encontro de Cavaleiros e Amazonas reuniu dezenas de famílias em Japeri

“Pipoca, correria de crianças e muita música para dançar sozinho ou agarradinho. Foi assim o segundo dia do 1º Encontro de Cavaleiros e Amazona de Japeri, realizado sábado e domingo no bairro Nova Belém. A festa que reuniu pessoas de todas as idades já está no cronograma do próximo ano e deixou sua marca entre as famílias que compareceram em peso ao evento organizado pela prefeitura, por meio das Secretarias Municipais de Agricultura e Pesca e, de Esporte Turismo e Lazer.”

Fonte: TEIXEIRA, S. Disponível em <https://www.japeri.rj.gov.br/2023/04/24/encontro-de-cavaleiros-e-amazonas-reuniu-dezenas-de-familias-em-japeri/>. Acesso em 8/6/2023.

Encontro de Cavaleiros e Amazonas reuniu dezenas de famílias em Japeri

A prefeita Fernanda Ontiveros aproveitou tudo com a família e amigos. “Estou muito feliz porque os moradores abraçaram a ideia e estão aqui prestigiando este primeiro Encontro de Cavaleiros e Amazonas, que marca a cultura rural da nossa cidade”, disse a prefeita.

Fonte: TEIXEIRA, S. Disponível em <https://www.japeri.rj.gov.br/2023/04/24/encontro-de-cavaleiros-e-amazonas-reuniu-dezenas-de-familias-em-japeri/>. Acesso em 8/6/2023.

Japeri

Posteriormente, o Marquês de São João Marcos deu à localidade grande desenvolvimento. Além de incentivar a lavoura, montou engenhos de açúcar, construiu inúmeras casas, erigiu a Igreja de Nossa Senhora de Belém e Menino Deus, inaugurou a primeira escola e, em 1872, criou um teatro. Ainda por influência do Marquês, foi construída a Estrada de Ferro D. Pedro II, cuja estação foi inaugurada em 8 de dezembro de 1858.

Fonte: História da Cidade. Disponível em <https://www.japeri.rj.gov.br/sobre-a-cidade/> Acesso: 9/6/2023

JAPERI

A história de Japeri tem início em 1743, quando de sua fundação, como Morgado de Belém. Inicialmente, as terras onde hoje se situa o município, pertenciam ao antigo engenho de Pedro Dias, e faziam parte de uma sesmaria que existia na freguesia de Sacra Família do Tinguá.

Fonte: História da Cidade. Disponível em <https://www.japeri.rj.gov.br/sobre-a-cidade/> Acesso: 9/6/2023

“Péssimas condições em estrada de Japeri deixam moradores sem transporte e alunos fora das salas de aula”

Moradores enviaram vídeos ao DIA denunciando o descaso da prefeitura na Estrada da Saudade, principal via que liga o bairro Engenheiro Pedreira à cidade de Queimados

Fonte: QUEIROZ, T. Disponível em <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/05/6644166-pessimas-condicoes-em-estrada-de-japeri-deixa-moradores-sem-transporte-e-alunos-fora-das-salas-de-aula.html> Acesso: 9/6/2023.

“Homem é preso após espancar atual namorado da ex na Baixada Fluminense”

“Um homem foi preso após espancar o atual namorado da ex em Engenheiro Pedreira, em Japeri, na Baixada Fluminense. Itomberg Cordeiro Ferreira golpeou a vítima na cabeça com pedradas. O agressor já tem passagem pela polícia por violência contra mulher. Itomberg confessou o espancamento na delegacia. A vítima está internada em estado grave e precisará passar por uma nova cirurgia. “

Fonte: Balanço Geral. Disponível: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/homem-e-preso-apos-espancar-atual-namorado-da-ex-na-baixada-fluminense-04042023>. Acesso: 9/6/2023.

Império da Uva irá homenagear o município carioca de Japeri em 2024

Grêmio Recreativo Escola de Samba Império da Uva

Carnaval 2024

Enredo: Dos Trilhos do Passado, Ao Novo Tempo, Japeri!

Parada de hoje, no Shopping do Artesão, a arte local em exposição! Na Pedra Lisa, o rapel, no Pico da Coragem, os voos de asa delta! As cachoeiras, os rios, o valor do Guandu, que abastece a cidade carioca, com o maior bem da vida, a água!

Chegamos à festa, tem procissão! Têm barraquinhas, exposições! Da nossa colheita

Para São Sebastião, para São Jorge, Nosso Senhor do Bonfim...

E para a Padroeira, Nossa Senhora da Conceição!

Festas juninas por todos os bairros.

Três dias de festas da Emancipação, até trinta de junho, pra celebração.

O Brasão de Armas, que guarda o passado,

Ergue-se na bandeira que tremula a esperança de um novo tempo!

E “Avante cidadão japeriense...”!

OFICINA 2 – É NESSE TREM QUE EU VOU – O TREM COMO UM ELEMENTO IDENTITÁRIO

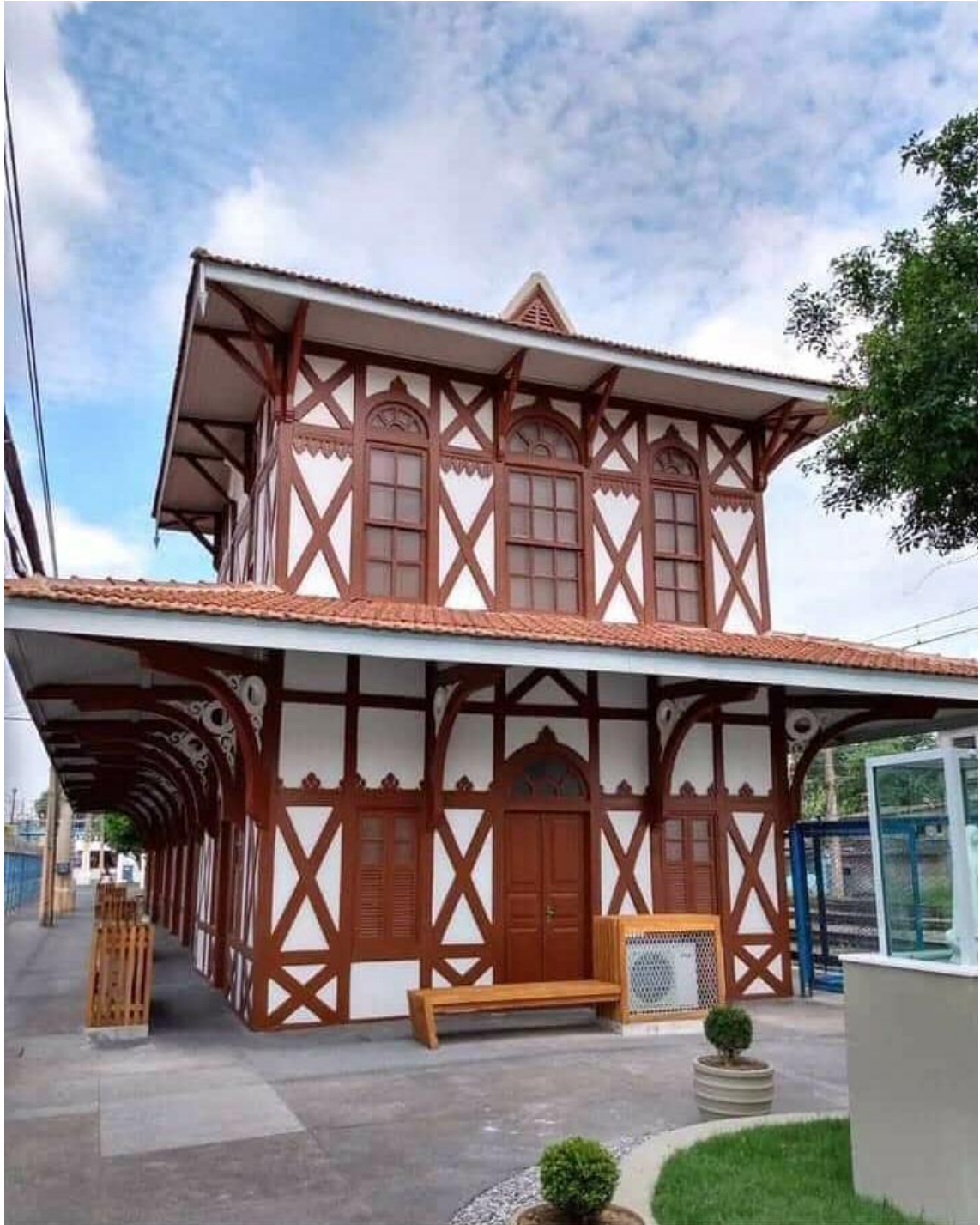
Objetivo: aproximar o cotidiano dos alunos da historicidade do trem, “despertar memórias”, estimular a reflexão sobre os usos do trem e sua relação com a cidade.

Recursos: fotografias e trechos de letras de música que podem ser trabalhados em dupla.











“Segura teu filho no colo
Sorria e abrace teus pais
Enquanto estão aqui
Que a vida é **trem-bala**, parceiro
E a gente é só passageiro prestes a partir”.
(Trem bala, Ana Vilela.)

“Pedro pedreiro pedreiro esperando
Pedro pedreiro pedreiro esperando
Pedro pedreiro pedreiro esperando o trem
Que já vem
Que já vem
Que já vem
Que já vem
Que já vem”. (Pedro Pedreiro, Chico Buarque)

“Pedro pedreiro pedreiro esperando o **trem**
Manhã, parece, carece de esperar também
Para o bem de quem tem bem
De quem não tem vintém
Pedro pedreiro fica assim pensando
Assim pensando o tempo passa
E a gente vai ficando pra trás”. (Pedro Pedreiro, Chico Buarque)

“Está na luta, no corre-corre, no dia a dia
Marmita é fria mas se precisa ir trabalhar
Essa rotina em toda firma começa às sete da manhã
Patrão reclama e manda embora quem atrasar.” (Trabalhador, Seu Jorge)

“E sem dinheiro vai dar um jeito
Vai pro serviço
É compromisso, vai ter problema se ele faltar
Salário é pouco, não dá pra nada
Desempregado também não dá
E desse jeito a vida segue sem melhorar.”

(Trabalhador, Seu Jorge)

“Todo dia ele vem para o centro trabalhar
na rotina do vintém seu negócio é sonhar
de muito longe ele vem pra muito longe ele vai
no trem lotado ele vem. No trem lotado ele vai, vai, vai.” (Japeri, Conexão Japeri)

“Vai pra Japeri um lugar muito longe daqui

Japeri disseram que era perto do mar

Vai pra Japeri um lugar muito longe daqui Japeri”. (Japeri, Conexão Japeri)

“Sou camelô, sou do mercado informal

Com minha guia sou profissional

Sou bom rapaz, só não tenho tradição

Em contrapartida sou de boa família.” (Camelô, Edson Gomes)

“Lá vai o trem com o menino

Lá vai a vida a rodar

Lá vai ciranda e destino

Cidade e noite a girar

Lá vai o trem sem destino

Pro dia novo encontrar

Correndo vai pela terra

Vai pela serra

Vai pelo mar

Cantando pela serra o luar.” (Trenzinho do Caipira com poema de Ferreira Gullar.)

ANEXO B - Prefs Good. Desenhos elaborados pela prefeitura para os pontos simbólicos da cidade

Pico da Coragem

“



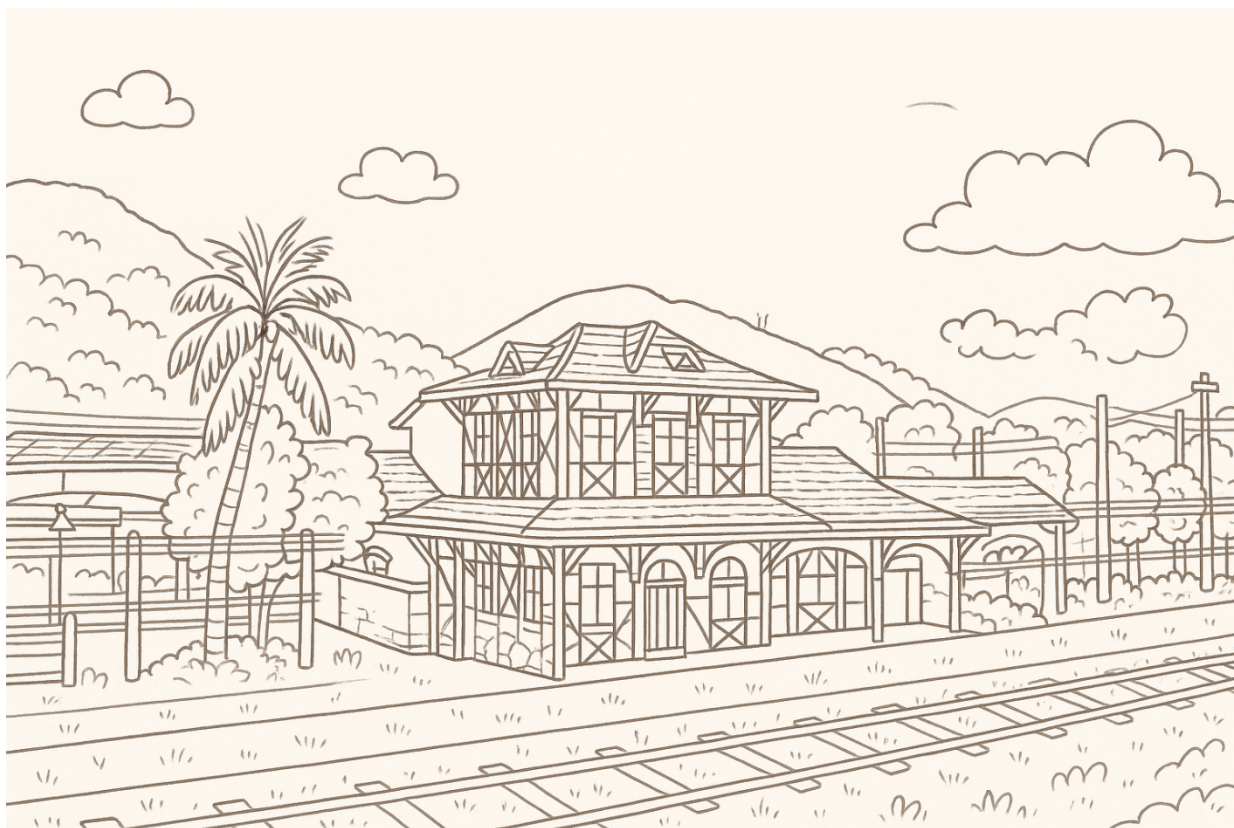
“Alto, livre e cheio de aventura! Dá para ver a cidade todinha de lá de cima. Que tal imaginar o céu mais bonito pra ele?” (JAPERI, 2025)

Rio Guandu



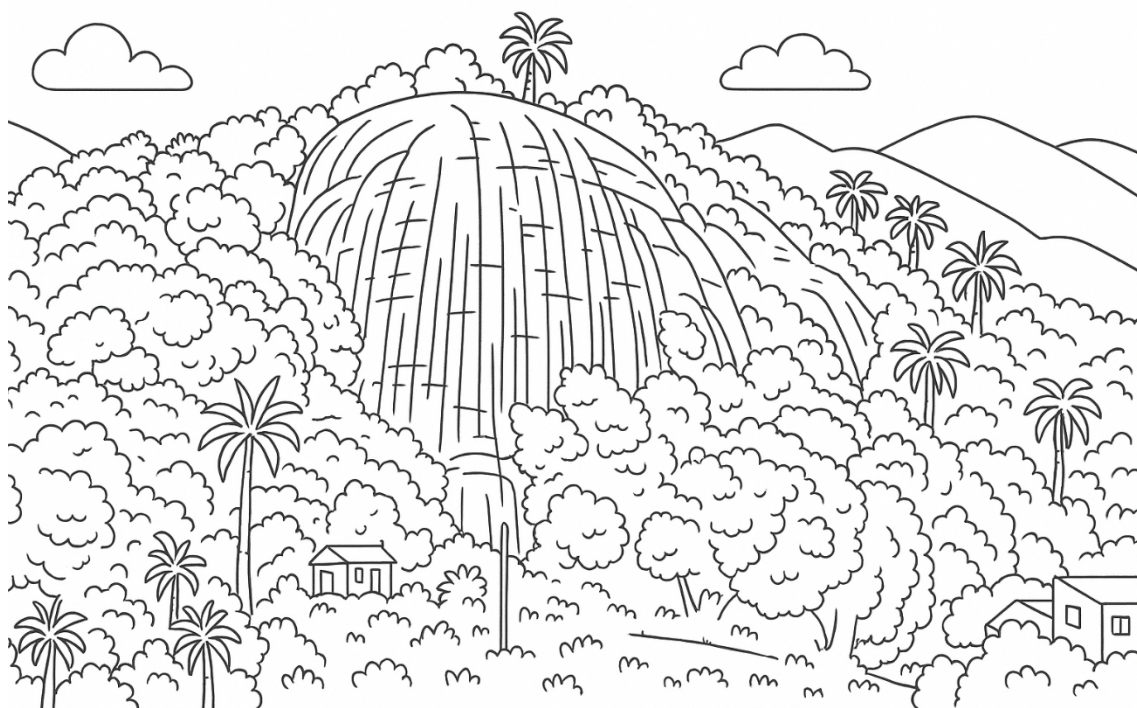
“Nosso rio que corre livre! Ele abastece milhões de pessoas e passa bem aqui por Japeri, que cor tem a sua água?” (JAPERI,2025)

A ilustração homenageia o instrutor de voo livre Afonso Urbieta, que foi pioneiro nas rampas da Serra do Vulcão, em Nova Iguaçu e em Japeri, há quarenta anos.



Casarão de Japeri

“História que mora aqui! Esse casarão guarda muitas *memórias* da nossa cidade. Vamos dar cor para ele?” (JAPERI, 2025. Grifo meu)



Pedra Lisa

“Escorregou? É porque é lisa mesmo! Um dos lugares mais conhecidos de Japeri. Já foi lá?” (JAPERI, 2025)

ANEXO C - Ata da Comissão de Anistia



4516205



00135.225460/2023-18



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Gabinete do(a) Ministro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade
Comissão de Anistia
Coordenação-Geral de Gestão de Processos de Anistia
Coordenação de Sessão e Finalização
Divisão de Sessão da Comissão de Anistia

ATA

Brasília, *na data da assinatura.*

12ª Sessão de Turma

Data: 23 de agosto de 2024

Requerente: Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro - 1ª Defensoria Regional de Direitos Humanos

Anistiando: Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências - ACTPL

Conselheira Relatora: Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Conselheiros presentes: Eneá de Stutz e Almeida (Presidenta)

Ana Maria Lima de Oliveira
Gabriela Barretto de Sá
Isabella Arruda Pimentel
José Carlos Moreira da Silva Filho
Leonardo Kauer Zinn
Maíra de Oliveira Carneiro
Marina da Silva Steinbruch
Mário Miranda de Albuquerque
Rodrigo Lentz
Vanda Davi Fernandes de Oliveira

O requerimento foi analisado pelo Conselho que, por unanimidade, emitiu parecer pelo deferimento, para conceder:

a) declaração da condição de anistiado político à Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências - ACTPL, oficializando em nome do Estado brasileiro o pedido de desculpas pela perseguição sofrida no período ditatorial.

Brasília, 23 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Isabella Arruda Pimentel, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 03/09/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eneá de Stutz e Almeida, Presidente da Comissão de Anistia**, em 03/09/2024, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Davi Fernandes de Oliveira, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 03/09/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Miranda Albuquerque, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 03/09/2024, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Barretto de Sá, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 03/09/2024, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Moreira da Silva Filho, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 03/09/2024, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .



Documento assinado eletronicamente por **Marina da Silva Steinbruch, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 04/09/2024, às 06:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Kauer Zinn, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 04/09/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Lima de Oliveira, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 05/09/2024, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lentz, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 05/09/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra de Oliveira Carneiro, Conselheiro(a) da Comissão de Anistia**, em 09/09/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria Alves da Costa, Coordenador(a)-Geral**, em 09/09/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4516205** e o código CRC **18C6FA37**.

